

REVISTA SAMAYONGA

DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA

Vol. 3 N. 1 (2024)



ÁREAS

1

CIÊNCIAS TÉCNICAS

2

CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

3

CIÊNCIAS MÉDICAS

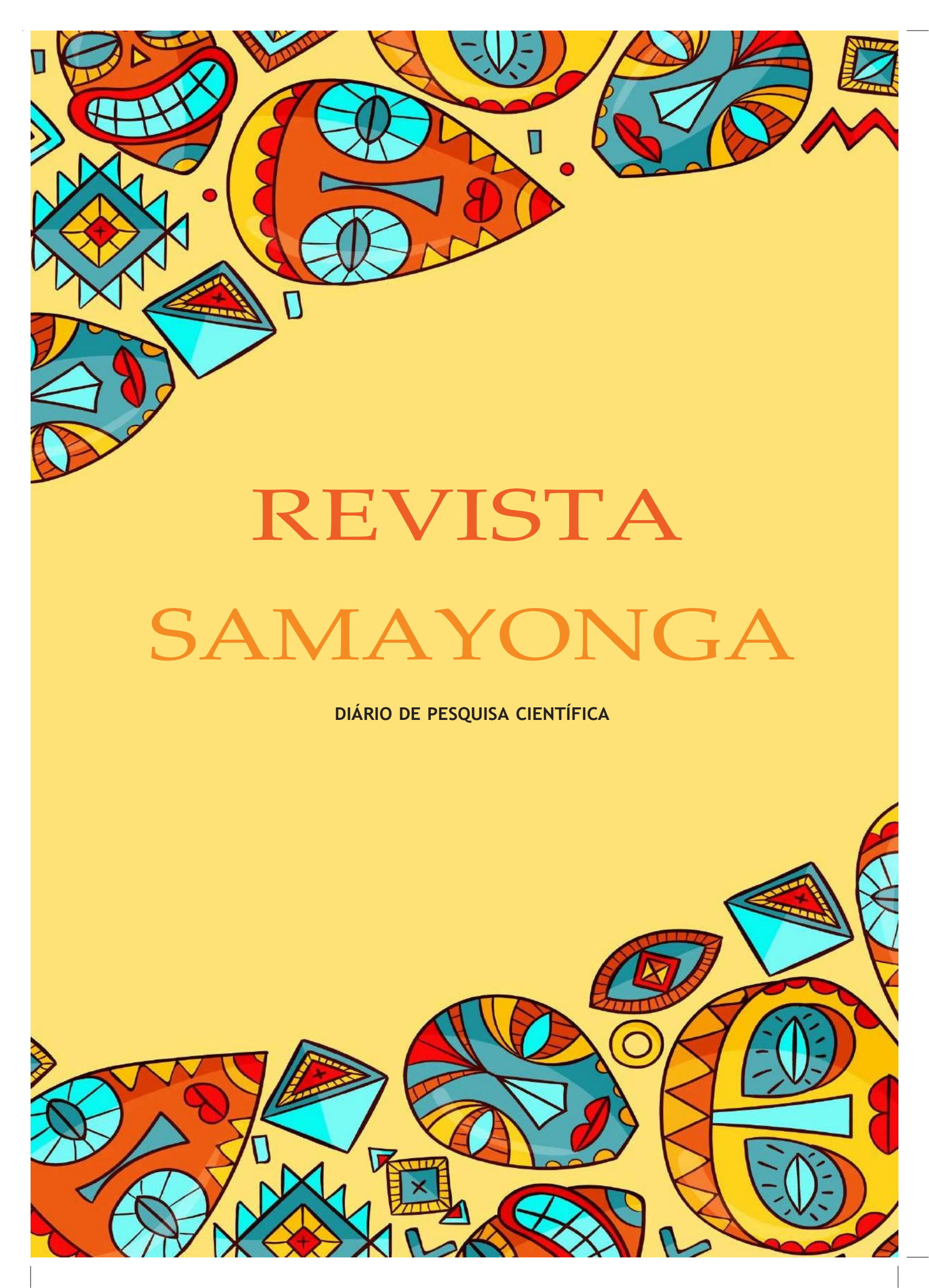


MWARA PWÉ EDITORA



SAMAYONGA





REVISTA SAMAYONGA

DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA

FICHA TÉCNICA

Editor Chefe

Dr. Jorge Rufino

(Universidade Agostinho Neto, Universidade Jean Piaget de Angola)

Conselho editorial

Presidente – Dr. C Francisca Manuela Martins Wille

(Universidade Jean Piaget de Angola)

Dr. C Vicente Eugenio León Hernández

(Universidade de Pinar del Rio)

Dr. C Albano Ferreira

(Universidade Katyavala Bwila)

Dr. C Filomena de Jesus Francisco Correia Filho Sacomboio

(Instituto Superior para as Tecnologias da Informação e Comunicação)

Dr. C Klaus– Dieter Gerhard Wille

Dr. C Ivan Machado

(Universidade de Santa Clara)

Revisão

Eng. Mateus Hamuyela

Equipe Técnica

Elias Clemente Gongga

Eng. Flávio Geremias Miguel Clemente

Fernando Kubuanguêça Feliciano

Paginação & Designer

Vanilson Cristóvão

**Revista técnico-científica Samayonga [recurso eletrônico].
Vol. 3 N. 1 (2024) - Luanda.**

Periodo: Semestral

1. Ciências Técnicas. 2. Ciência da Educação. 3. Ciências Médicas

REVISTA SAMAYONGA

DIÁRIO DE PESQUISA CIENTÍFICA





A
PALAVRA DO EDITOR

BEM VINDO A REVISTA SAMAYONGA

Estimado colegas

A revista Samayonga que agora sai a quarta edição no mercado angolano académico e científico, vai continuar a preencher as grandes lacunas, que as produções e publicações se denominam.

A revista Samayonga vai continuar a ter como objectivo principal a divulgação de trabalhar com:

- Trabalho de fim do curso de licenciatura
- Trabalhos relacionados a pedagogia, sociologia e outros fins
- Investigação de projectos científicos e académicos das áreas da engenharia, medicina e pedagogia

A RICS conta com um corpo editorial de 12 membros, todos com bastantes experiências de mais 20 anos em educação superior na investigação em publicações em revista internacionais. As contribuições enviadas são submetidas a revisão a pares interna e externas e se garante a sua imparcialidade mediante a dupla cega. Os nossos corpos de árbitros fazem parte de uma rede de professores angolanos do ensino superior que podem recomendar com base na norma de revisão.

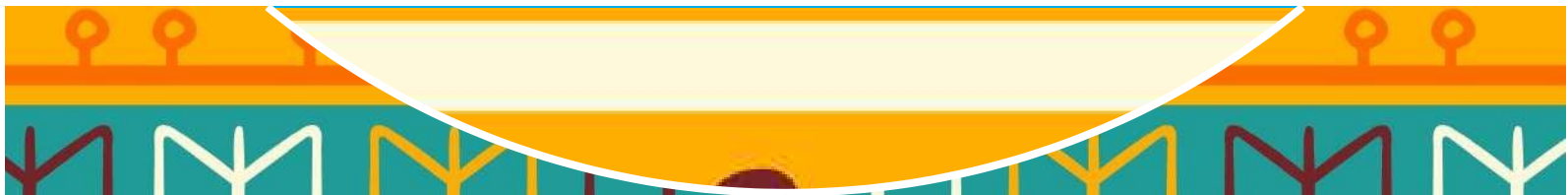
Neste quesito recomendamos que o envio dos trabalhos deve ser realizado por nosso e-mail: secretariageral@ciap-samayonga.co.ao assim como as normas devem ser consultada nas nossas páginas web: www.ciap-samayonga.co.ao

Esperamos que esta revista continue a poder preencher o grande vazio que Angola ainda tem no Ranking do mundo da ciência e da academia.

Luanda, aos 06 de Setembro de 2024

O editor Chefe

Drº. Jorge Rufino

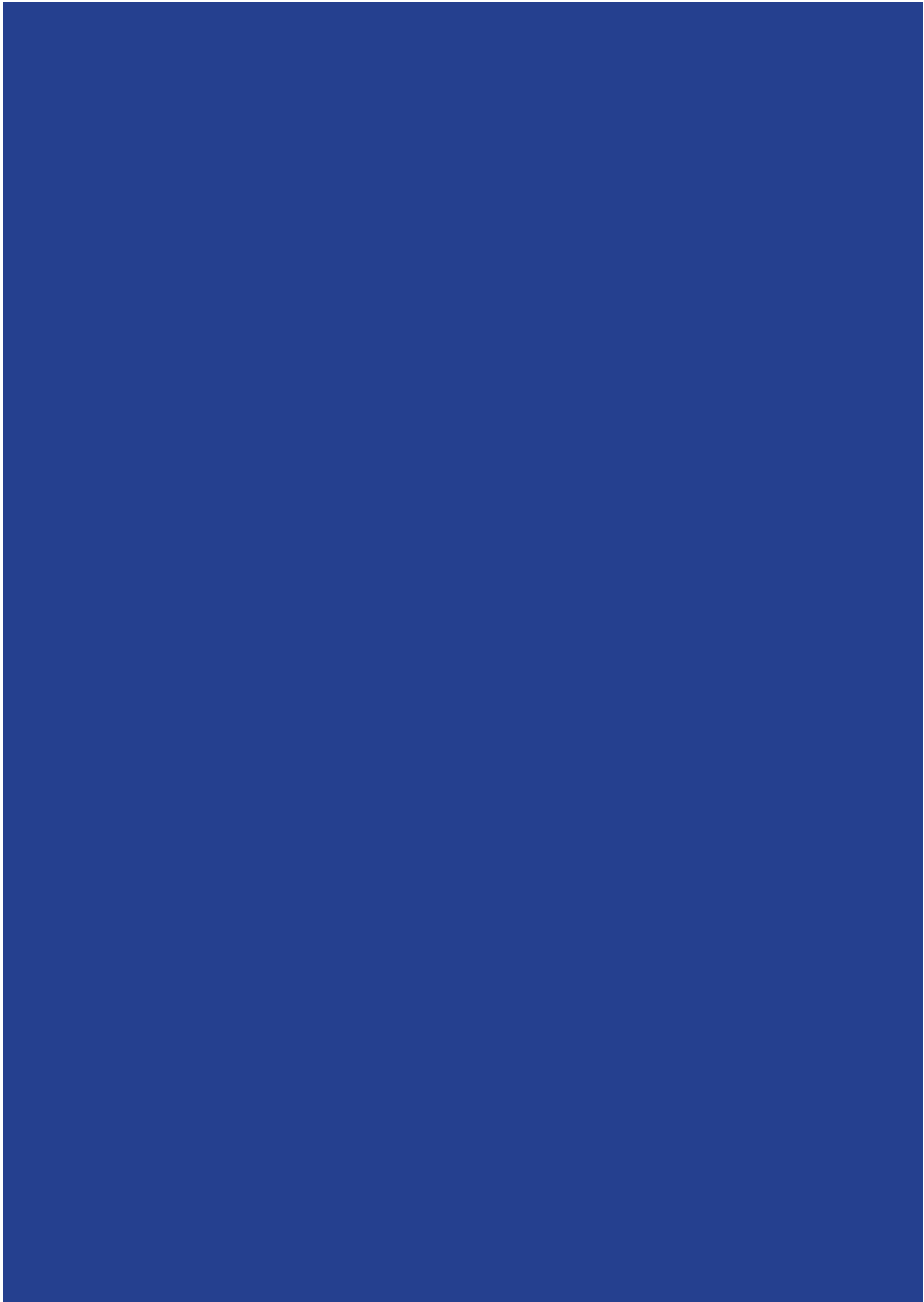


SUMÁRIO

- 07 EDITORIAL
- 09 ARTIGOS
- 11 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DA LINGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM ANGOLA
- 27 A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO SECTOR MINEIRO ANGOLANO POR VIA DO TRIBUNAL ARBITRAL COMO MECANISMO DE ATRAIR INVESTIDORES
- 45 A INFLUÊNCIA DO MEIO SOCIAL NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE E DAS ATITUDES
- 61 A INFLUÊNCIA DO SIGILO PROFISSIONAL NO SERVIÇO DE SECRETARIADO DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS
- 75 COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: QUESTÕES DE CLASSE, RACIAIS E DE GÊNERO NO CAMPO EDUCATIVO E NOS ESTUDOS DE INFÂNCIA EM ANGOLA.
- 93 ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA PARENTALIDADE POSITIVA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS
- 109 ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DE VEGETAÇÃO POR DIFERENÇA NORMALIZADA (NDVI) DA COBERTURA VEGETAL DE 1996 A 2024 NO PERIMETRO DE CONCESSÃO DA SOCIEDADE MINEIRA DE CATOCA
- 121 EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE A PROBLEMÁTICA DO SANEAMENTO BÁSICO NAS COMUNIDADES URBANAS: CASO PARTICULAR DO MUNICÍPIO DO UÍGE.
- 137 A PERCEPÇÃO DO CIDADÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ADVOGADO NA DEFESA NECESSÁRIA NOS TRIBUNAIS.
- 151 RELEVÂNCIA DAS TÉCNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O CRESCIMENTO ORGANIZACIONAL2024



ARTIGOS



ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM ANGOLA

(Análise do plano de estudo de comunicação linguística e literatura infantil da classe de iniciação)

Autora: Maria Teresa de Almeida e Costa | mtcostalma@gmail.com | ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-1352-8141>

UniLuanda – Faculdade de Serviço Social

RESUMO

Este trabalho apresenta o resultado de uma pesquisa qualitativa, com o título “Orientações metodológicas para o ensino da Língua Portuguesa na Educação Pré-escolar em Angola”, baseada na análise do plano de estudo da área curricular de Comunicação Linguística e Literatura Infantil para a classe de iniciação, último ano do subsistema da Educação pré-escolar em Angola, para verificar quais são os objectivos, conteúdos e propostas metodológicas para o desenvolvimento de competências em português língua materna, (PL1) e português língua não materna, (PL2). Os resultados mostram que o plano apresenta como, objectivos, enriquecer o vocabulário e melhorar a compreensão e a expressão oral a partir do que já sabem. Não contém conteúdos referentes aos objectivos, portanto não contempla as competências a desenvolver, como a consciência morfológica, a consciência fonológica e a construção gramatical, essenciais para o domínio da de uma língua. Por sua vez, a formulação dos objectivos e a falta de diferenciação entre PL1 e PL2 pressupõe que todas as crianças angolanas se comunicam em PL1, o que não atende à realidade sociolinguística de Angola, onde a maioria da população tem o PL2 e por ser pobre e ter um baixo nível de escolarização, tem um nível muito baixo de proficiência em português, havendo ainda outra maioria

de famílias analfabetas e semianalfabetas, nas zonas rurais e periurbanas, que falam apenas a sua língua materna local, com muitas crianças em idade pré-escolar que só começam a familiarizar-se com o português na escola, podendo ou não o tomar como PL2, dependendo do seu percurso de escolarização. A falta de objectivos específicos definidos para PL1 e PL2, e respectivos conteúdos, repercute na falta de propostas metodológicas para o professor, dificultando o seu trabalho docente para o desenvolvimento de competências em português, provocando o excesso de repetições e abandono escolar precoce, as crianças com baixa proficiência em PL2 e com PLE. Estas debilidades no plano de estudo é uma discrepância entre a planificação e as necessidades reais do país, reforçando a necessidade de um trabalho conjunto entre o MED, os responsáveis das instituições da educação pré-escolar e escolas primárias, educadores(as) de infância, professores(as), linguistas, pedagogos e outros, para a organização de um plano curricular que reflita propostas diferenciadas para PL1 e PL2, num quadro pedagógico com parâmetros pré-definidos, que permitam a flexibilidade e a adequação. Os procedimentos metodológicos activos, como por exemplo o diálogo com jogos de palavras da mesma família, significados, (oposto e

semelhante), descrição (de propriedades e funções, com adivinhas, mímica, etc), relato de eventos naturais e sociais, narração, encenação, dramatização, recitação, exercícios de discriminação e articulação fonética, etc, são indispensáveis para o

desenvolvimento de competências em português, de forma lúdica na educação pré-escolar, adequando aos objetivos de PL1 e PL2, sendo esta a premissa para o sucesso escolar e profissional no futuro.

Palavras-Chave: Educação Pré-escolar; Orientações Metodológicas; Competências linguísticas. Português Língua Materna; Português Língua não Materna.

ABSTRACT

This work presents the result of a qualitative research, with the title “Methodological orientations for the Portuguese Language as a Subject in Preschool Education in Angola”, based on the analysis of the study plan of the curricular area of Linguistic Communication and Children’s Literature for the class of initiation, the last year of the pre-school education subsystem in Angola, to verify what are the objectives, contents and methodological proposals for the development of competences in mother tongue Portuguese (PL1) and non-mother tongue Portuguese (PL2). The results show that the plan presents, as objectives, to enrich the vocabulary and to improve the comprehension and the oral expression from what they already know. It does not contain content related to the objectives, therefore it does not cover the skills to be developed, such as morphological awareness, phonological awareness and grammatical construction, essential for mastering a language. In turn, the formulation of objectives and the lack of differentiation between PL1 and PL2 presupposes that all angolan children communicate in PL1, which does not meet the sociolinguistic reality of Angola, where the majority of the population has PL2 and because it is poor and have a low

level of schooling, have a very low level of proficiency in Portuguese, with yet another majority of illiterate and semi-literate families, in rural and peri-urban areas, who speak only their local mother tongue, with many children of pre-school age who only begin to familiarize themselves with Portuguese at school, and may or may not take it as PL2, depending on their schooling path. The lack of specific objectives defined for PL1 and PL2, and respective contents, has an impact on the lack of methodological proposals for teachers, making their teaching work difficult for the development of skills in Portuguese, causing excessive repetition and early school leaving, children with low proficiency in PL2 and with PLE. These weaknesses in the study plan are a discrepancy between planning and the country’s real needs, reinforcing the need for joint work between the MED, those responsible for pre-school education institutions and primary schools, kindergarten teachers, teachers, linguists, pedagogues, and others, for the organization of a curriculum plan that reflects differentiated proposals for PL1 and PL2, in a pedagogical framework with pre-defined parameters, which allow flexibility and adequacy. Active methodological procedures, such as

dialogue with plays on words from the same family, meanings (opposite and similar), description (of properties and functions, with riddles, mime, etc.), reporting of natural and social events, narration, staging, dramatization, recitation, discrimination exercises and phonetic

articulation, etc., are indispensable for the development of skills in Portuguese, in a playful way in pre-school education, adapting to the objectives of PL1 and PL2, which is the premise for school success and professional in the future.

Keywords: Preschool education; methodological guidelines; Linguistic competences; Portuguese mother tongue; Portuguese Non mother tongue.

LISTA DE SIGLAS
LM- Língua Materna
LNM- Língua não Materna
L1- Primeira Língua
L2- Segunda Língua
LE- Língua Estrangeira
PL1- Português Primeira Língua
PL2- Português Segunda Língua
PLE- Português Língua Estrangeira
MED- Ministério da Educação

INTRODUÇÃO

Angola é um país multicultural com uma enorme diversidade etnolinguística, com mais de 33 línguas nacionais, o português herdado do colonialismo e outras línguas estrangeiras de imigrantes, que coabitam influenciando-se mutuamente. O português é segunda língua (PL2) da maioria da população que vive nas zonas periurbanas e rurais, “embora muitas famílias das zonas urbanas a tenham assumido como língua materna, (PL1), na educação dos seus filhos”, (Ndolo, 2016). Nas zonas periurbanas e rurais do país, a população comunica-se estritamente

na sua língua materna, (L1) local, tendo o português como segunda, língua (PL2) ou língua estrangeira, (PLE).

Como língua oficial em Angola, o português é a única utilizada no sistema de educação e ensino a partir do pré-escolar, mas pela falta de investimentos na educação pré-escolar, a maioria das crianças angolanas não tem acesso às creches e jardins-de-infância, perdendo a oportunidade de desde cedo começar a aprender PL2. Estima-se que apenas 11% das crianças angolanas usufruem direito, estando nesta cifra, as que frequentam a classe de iniciação em escolas públicas, (UNESCO, 2018).

Estas crianças ao ingressarem nas escolas, frequentam a classe de iniciação onde são educadas em português, e independentemente de o dominarem ou não, elas são expostas às mesmas condições de ensino-aprendizagem, utilizam os mesmos livros e manuais. Salas superlotadas, poucos recursos didáticos e outras condicionantes, aliadas ao estilo de ensino tradicional, (ensinar a todos como a um só), constituem um desafio ao atendimento diferenciado a grupos heterogêneos. Logo, o trabalho para o desenvolvimento das competências em PL1 e PL2 torna-se difícil tanto para os professores como para as crianças da classe de iniciação das escolas públicas, tendo em conta a diversidade linguística, o excesso de crianças nas salas e poucos recursos didáticos.

O Plano de estudo para a Educação Pré-Escolar (2019) define que “a educação pré-escolar é a primeira etapa da educação institucional, é o alicerce do processo de educação ao longo da vida, significando que se devem criar condições básicas e necessárias para que as crianças continuem a aprender e a desenvolver as suas habilidades a partir do que já sabem”, mas, a maioria das crianças dessa faixa etária não beneficia deste alicerce tão importante para o desenvolvimento pessoal e social.

A classe de iniciação na escola pública é insuficiente para as crianças adquirirem as bases para a alfabetização nas classes subsequentes, tanto os de PLE como os de PL2, por terem um baixo nível de proficiência em português pela forte influência das línguas nativas. “Os alunos angolanos têm muita dificuldade em falar e escrever no padrão que lhes é imposto no sistema de ensino porque as estruturas das línguas bantu estão tão enraizadas

no português que elas existem em todos os níveis de escolaridade”, Silva e Canga, (2022).

Segundo Santos, (2002), apesar de “todas as variantes de uma língua serem válidas”, a padronização da linguagem literária, de comunicação oficial e concomitantemente dos manuais escolares e de outras fontes do conhecimento, preconiza a obrigatoriedade do domínio da variante padrão, (de prestígio), do português, como premissa para o sucesso no seu percurso académico.

O plano estudo está concebido para orientar os educadores e professores quanto às finalidades, aos objetivos, competências a desenvolver, procedimentos metodológicos e recursos, sendo estas as ferramentas de base para a organização de todo o processo educativo nas instituições de ensino.

Portanto, é importante e premente que se levante questionamentos sobre o português na educação pré-escolar, para que as mudanças comecem na base, abrindo debates sobre os subsídios didático/pedagógicos dispostos aos professores e outros profissionais, pelo MED, para que possam proporcionar às crianças, ambientes educativos adequados à aprendizagem do português em diferentes contextos porquanto todas as crianças angolanas são educadas em português a partir do pré-escolar, sendo PL1, PL2 ou PLE.

A par de outros estudos já realizados sobre o assunto, este poderá também contribuir com alguns subsídios para se alavancar a qualidade das actividades com essas crianças, para o desenvolvimento de competências em PL1 ou PL2, que estas sejam significativas, interessantes e

necessárias para o início de um percurso escolar de sucesso.

Importa levantar analisar o plano de estudo da educação pré-escolar, focando nas orientações metodológicas para o ensino do português na classe de iniciação.

Neste âmbito foram elaboradas as seguintes questões de investigação:

- Que competências em português são propostos para a classe de iniciação no plano de estudo da educação pré-escolar
- Que procedimentos metodológicas para o desenvolvimento de competências em PL1 e PL2 na classe de iniciação?

São objetivos de investigação, os seguintes:

Objetivo geral: – Analisar as orientações metodológicas no plano de estudo da Educação Pré-Escolar, para o ensino de português na classe de iniciação

Objetivos específicos:

- Identificar as competências em português são orientadas para a classe de iniciação
- Verificar as propostas metodológicas para o desenvolvimento de competências em PL1 e PL2 na classe de iniciação

O PORTUGUÊS NA EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR EM ANGOLA

Angola é uma ex-colónia portuguesa e como tal herdou o português como única língua oficial e o manteve até à actualidade, consubstanciado no na Constituição da República de Angola (2022) no artigo 19º, “Línguas”, ponto 1. “A língua oficial da República de Angola é o português” sendo também a única língua de ensino, conforme a Lei de Bases de Educação e Ensino nº 17/16) alterada pela lei de Base nº 32/20, no artigo 16ª, ponto 1 que determina: “O ensino deve ser ministrado em Português”; no ponto 3, “Sem prejuízo do previsto no ponto 1 do presente artigo, e como complemento e instrumento de aprendizagem, podem ser utilizadas línguas de Angola nos diferentes subsistemas de ensino, nos termos a regulamentar em diploma próprio”.

Sem regulamento orientador até a presente data, fica em aberto a interpretação do ponto 3 deste artigo

e uma lacuna nas orientações para sua aplicação em sala de aula, mas está determinado que a única língua de ensino continuará a ser o português.

Sobre a situação, Ndombele, (2017) afirma que “A Língua Portuguesa, é a língua oficial em Angola e a única de Educação e Ensino a partir da Educação Pré-Escolar, embora seja língua não materna da maioria das crianças angolanas” E propõem o ensino bilingue, nos primeiros anos usando a LM local, como complemento até que o aluno domine o português.

Na mesma perspectiva, Mackenzie e Walker, (2013), consideram que “Modelos de educação que ignoram a língua materna nos primeiros anos de vida podem ser improdutivos, ineficazes e têm um efeito negativo sobre a aprendizagem das crianças.”

Nzau (2011) apresenta como solução para essas situações, “o modelo bilingue, como o sistema ideal para não retirar da criança aquele que pode ser considerado elemento fundamental na estruturação do seu mundo interior e exterior: a língua materna”

Spinasse, (2006) refere que a L1 é a língua adquirida por primeiro, a língua com a qual se estabelece uma relação afetiva, a língua do dia-a-dia.

Para Madeira, (2012), a L2 refere-se a um contexto de aprendizagem em que o falante não-nativo se encontra no seio de uma comunidade em que a língua é utilizada num grande número de situações de comunicação, tendo o falante, assim, oportunidade para participar em interações comunicativas quer com falantes nativos da língua quer com outros falantes não-nativos.

Para a autora, a língua estrangeira LE, a língua cuja exposição ao aprendente ocorre sobretudo em situações de aprendizagem formal, nas quais os conteúdos linguísticos lhe são apresentados sequencialmente e de forma estruturada. Nesta perspetiva, pode-se considerar que o português é língua estrangeira, (PLE) para a maioria das crianças das zonas rurais e periurbanas de Angola.

Quanto à língua não materna (L2) é qualquer língua que é adquirida/aprendida depois da L1 independentemente do contexto. Neste caso a português é língua não materna, PL2 da maioria dos angolanos e embora no senso populacional de 2014 tenha ficado registado a cifra de 74% de falantes da LP, não ficou determinado as percentagens de PL1 e PL2.

Santos, (2002, p. 69), por sua vez lembra-

nos que “A L1 sofre variações linguísticas por ordem geográfica, social, temporal (...), todas as variações são igualmente aceitáveis, mas por razões de ordem lógica, histórica e estética, cultural, social e outras, elege-se uma como «standard». É através dela que o falante tem acesso as informações tecnológicas, científicas culturais, isto é, aos meios para a sua formação pessoal.” como premissa para uma escolarização de sucesso. Considera ainda que a língua é uma questão central nas escolas e nas aulas e que o seu domínio é essencial para o sucesso escolar e a falta dele, uma determinante incontrolável do insucesso (Idem, p. 89).

Neste âmbito, Vasconcelos (1997), afirma que a única forma de prevenir que razões sociolinguísticas conduzam ao insucesso escolar e no futuro à sua discriminação e exclusão, é garantir que todos os alunos acedam a língua padrão e a dominem de modo a poder usá-la fluentemente e apropriadamente. Assim sendo, o domínio do português padrão estatuído nos livros e manuais escolares surge como um fator imprescindível para o percurso de sucesso na escolarização das crianças angolanas, ou seja, independentemente de ser PL1 ou PL2, o seu domínio e comunicação fluente, tanto falada como escrita, determina o sucesso ou insucesso escolar.



Mioto et al, (2018, p. 18), considera que “A competência linguística é a capacidade humana que torna fundamentalmente possível que todo o ser humano seja capaz de interiorizar um ou vários sistemas linguísticos, isto é, uma ou várias gramáticas”. É a competência em adaptar o discurso a diferentes situações e contextos, como por exemplo, existem muitas variações do português, mas na escola deve-se usar a linguagem literária, mais cuidada e o domínio desta gramática é imprescindível para a compreensão dos conteúdos. Para Guimarães, (2017, p. 92) “Cada indivíduo tem a sua gramática própria (...) e todas elas configuram num sistema gramatical completo, com plenos recursos (lexicais, fonológicos, morfológicos, sintáticos), para expressar qualquer pensamento que o falante precise expressar, é a Língua – I, intencional (...). Independentemente

das variações linguísticas, os parâmetros, (termos gramaticais, sons e palavras), permite-nos identificar e diferenciar que língua está a ser utilizada na comunicação tanto falada como escrita.

Nesta perspectiva Mioto et al, (2018, p.25) refere que domínio de uma língua passa pelo conhecimento das estruturas desta língua. “(...) o funcionamento das línguas naturais pode ser reduzido a princípios gerais e abstratos que se aplicam a toda e qualquer língua e a parâmetros que ainda que restritos, dão conta da diversidade entre as línguas”.

A aquisição dos recursos linguísticos (consciência fonológica, lexical e sintática), permite-nos expressar e compreender uma língua, ou seja, dá-nos o domínio da língua, para nos comunicarmos com outro falante da mesma língua, embora cada um

tenha a sua forma de falar dependendo da sua experiência.

Guimarães (2017, p. 106), considera que “a depender da sua trajetória de vida, um mesmo falante pode ter desenvolvido múltiplas Línguas –l que são todas socialmente tidas como “variedades do português”. Esta experiência deve ser o ponto de partida para o professor trabalhar as competências linguísticas com as crianças e organizar atividades que proporcionem novas experiências activas, a mesma perspetiva de Dewey, (1959), Freire, (1966) e Freire, (2005), que permitam comparar e compreender

que todas as variantes do português são válidas, mas que no âmbito escolar é imprescindível a adoção da língua padrão contida nos manuais e livros escolares, para facilitar a aprendizagem da leitura e escrita”. Este um factor de destaque para as crianças bilíngues, de comunidades com baixo grau económico e de escolarização ou analfabetas e por isso com baixo grau de proficiência em português e ao ingressarem na escola encontram muitas dificuldades na comunicação como o professor e na compreensão dos conteúdos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS LINGUÍSTICAS

O desenvolvimento da comunicação linguística requer especialmente um trabalho integrado, na sala, de compreensão e expressão oral e suas funções, capacidades, habilidades fonéticas de articulação, ritmo, entoação (Enciclopédia de Educação Infantil, Vol. III, 1997, p. 669).

Várias pesquisas mostraram que o desenvolvimento da consciência fonológica e a escrita influenciam-se reciprocamente, pois, a criança ocorre à consciência do som da fala para desenvolver a escrita, ao mesmo tempo que aprende a fazer a relação entre sons e letras, desenvolve ainda mais a sua consciência fonológica pois, “A consciência linguística, com maior incidência para a consciência fonológica tem sido associada à aprendizagem da leitura, tornando-se, assim, relevantes, práticas pedagógicas que favoreçam a evolução destas competências, no nível

pré-escolar”. (Sim-Sim et al 2008).

Neste âmbito Ventura et al, (2019) consideram fundamental desenvolver, estimular e treinar a consciência fonológica em idade pré-escolar através de atividades de grupo ou individuais desde que foquem a discriminação auditiva das rimas, contos com rimas, através de diversos jogos, que coloquem as crianças em situações permitam refletir sobre a estrutura da linguagem oral e analisam a língua nos seus constituintes sonoros: discursos–palavras–sílabas–fonemas.

As atividades lúdicas que proporcionem a consciência da palavra, da sílaba e do fonema são fundamentais tanto na aprendizagem da língua falada como a escrita. A recitação de poesias, entoação de canções, lengalengas, trava-línguas e jogos de discriminação de fonemas, tais como treinos de articulação dos fonemas, entre outros, são eficazes para o desenvolvimento

lvimento da consciência fonológica.

Segundo Dewey, (1959, p 87) “a educação é uma função social que assegura a direção e o desenvolvimento de imaturos por meio de sua participação na vida da comunidade a que pertence, equivale com efeito, a afirmar que a educação variará de acordo com a qualidade de vida que predominar no grupo”. Para o autor a criança deve ser educada para a iniciativa e a adaptabilidade, aprendendo através de experiências e não da memorização de conteúdos do passado, prepará-la para as mudanças e a mobilidade da vida social. (Guilherme, 2018)

A técnica pedagógica de Freinet, (1998) é baseada na experimentação e documentação, almejando uma prática educacional totalmente centrada na criança, dando ênfase aos trabalhos manuais, tais como: desenho livre, o texto livre, as aulas-passeio, a correspondência interescolar, o jornal, o livro da vida (diário e coletivo), o dicionário dos pequenos, o caderno circular para os professores, etc.

O professor tem a obrigação de respeitar o conhecimento oriundo do cotidiano das crianças, pois “a função educativa não está de modo algum confinada às paredes da escola”. Freinet, (1966, p 296) Razão pela qual, sugere o seu método mais interativo e fora das paredes da sala de aulas que foi incorporada pelo Movimento da Escola Moderna.

O mesmo pensamento encontra-se no método dialogado, de Paulo Freire, (2005), partindo sempre da palavra que o aluno utiliza no seu quotidiano, (dar sentido às aprendizagens); a contextualização; partindo da experiência dos alunos para o conhecimento, das questões com significado para eles, do vocabulário deles.

Nesta perspectiva, as orientações metodológicas para as crianças da classe de iniciação deviam basear-se em trabalhos colectivos e individuais como o diálogo, jogo, com actividades criativas, tais como produzir adivinhas, pequenas poesias, contos aos quadrinhos com ilustrações, canções, relatos de eventos como passeios, encenação e dramatização de histórias, entre outros, que poderiam ser gravados e filmados, proporcionando-lhes oportunidades de aprendizagem de português, através da experimentação e resolução de problemas e partilha das produções, (orais, desenhos, jogos, etc). Práticas essas organizadas em projetos baseados nos temas trabalhados na Educação pré-escolar, nas experiências das crianças e no quotidiano da sua comunidade.

A abordagem e organização das actividades de comunicação linguística e literatura infantil devem ser diferenciadas tendo em conta realidades diferentes para PL1 e PL2. Em relação as crianças com baixa proficiência em PL2 e PLE, (Ndombele, 2017) “As instruções seriam dadas na língua materna e Língua Portuguesa, introduzindo esta paulatinamente quando os alunos alcançassem a capacidade de se comunicar nesta língua que paralelamente seria ensinada como língua estrangeira”. “O ensino bilingue permitiria a comparação das estruturas sintáticas, gramaticais, assim como das semelhanças e diferenças dos fonemas, entre as duas línguas, favorecendo a aprendizagem da LP”. (idem)

O PLANO CURRICULAR E O ATENDIMENTO À DIVERSIDADE NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A diferenciação pedagógica é um procedimento que procura empregar um conjunto diversificado de meios e de processos de ensino e de aprendizagem, a fim de permitir a alunos de idades, de aptidões, de comportamentos, de «savoir-faire» heterogéneos, mas agrupados na mesma turma, atingir, por vias diferentes, objetivos comuns, (Henriques, (2011, p. 269).

É uma perspetiva que considera o aluno como indivíduo, com as suas características intrínsecas e extrínsecas psicossomáticas, sociais e culturais e tem como objetivo o sucesso educativo de cada um, na sua diferença. A diversidade dos alunos exige diversidade de respostas no processo educativo.(idem, p 171)

Neste âmbito Roldão, (2017, p. 21) considera que aprender significa apropriar-se dos sentidos daquilo que se aprende, atribuir um significado a alguma coisa e inserir cada nova aquisição num processo interativo que se constrói a partir do quadro prévio em que o sujeito se situa.

Os autores preconizam aprendizagens ativas, respeitando o ritmo de aprendizagem de cada aluno, e as necessidades de cada grupo, a sua «Zona de Desenvolvimento Potencial, (Vygotsky, 1989)», orientando-o a buscar o conhecimento, pela colocação de andaimes ou aumento paulatino do grau de dificuldades com a ajuda do professor

ou colega, aprendizagem colaborativa, (Dewey, 1979), muito importante para a aprendizagem de uma nova língua, como o caso da PLE para muitas crianças angolanas.

É imprescindível a organização de planos curriculares abrangentes e abertos à diversidade, ou seja, currículos flexíveis e inclusivos, tendo em conta o contexto sociolinguístico e o espaço geográfico de forma que o que as crianças aprendam seja significativo para o seu quotidiano e o futuro. “Compete aos professores uma responsabilidade acrescida nas opções, decisões e estratégias relativas ao currículo, na sua avaliação e ajustamento, na selecção crítica e/ou produção de materiais curriculares,” (Roldão, 1999 a).

A escola e o/a professor/a devem ter uma orientação sólida, um «frame work» como base para criar projectos, elaborar e adaptar planos abertos e flexíveis, para assim proporcionar o atendimento às necessidades de cada criança, cada grupo e cada local, para que todas tenham oportunidades de desenvolver competências em português, independentemente de a terem como PL1, PL2.

Metodologia

Este estudo baseou-se na análise documental, tendo sido analisados as leis de base nº 17/16 sobre a educação pré-escolar, o plano de estudo e o programa de comunicação linguística para a classe de iniciação refletindo sobre «o que se ensina e como se ensina», (Roldão, 2017). Foram considerados como indicadores os objetivos, conteúdos, as sugestões metodológicas para português PL1 e PL2.

Discussão dos resultados

O plano de estudo para a Educação a Pré-escolar e Ensino Primário 2019, em vigor até agora, contém na sua estrutura os objectivos gerais, caracterização geral, o perfil de saída e plano de estudo por grupos etários em que são determinados os tempos lectivos semanais por áreas curriculares.

Para a classe de iniciação apresenta áreas curriculares de Comunicação Linguística e Literatura Infantil; Representação Matemática; Meio Físico e Social; Expressão Manual e Plástica; Expressão Musical e Expressão Motora/Psicomotricidade.

Na área de Comunicação Linguística e Literatura Infantil que trabalha o desenvolvimento de competências em português, verificou-se a falta de objectivos e, conteúdos e propostas metodológicas, pelo que foram analisadas as algumas considerações gerais na introdução, que podem ser enquadradas no contexto do ensino da LP.

- “A comunicação oral nesta idade é um instrumento fundamental. As actividades devem permitir que a criança seja capaz de exprimir de maneira simples as necessidades e compreender outras situações do quotidiano. Assim, as crianças deste ciclo, ao terminarem esta fase, deverão estar em condições de se exprimir de forma simples em diversas situações”.
- Quanto menor for a idade da criança, maior serão as suas representações e noções sobre o mundo, associadas diretamente a jogos. O educador/professor deverá saber que esse domínio e conhecimentos não se consolidam só nesta etapa educacional, têm sequência na 1.ª classe e noutras subsequentes.,
- Todas as formas de aprendizagem devem estar bem assentes no contexto de cada criança, sendo, para tal, necessário que o educador/professor seja formado para o atendimento das particularidades atinentes às características socioeconómicas e culturais dos indivíduos e das necessidades locais.

As referidas considerações esvaziam-se na incerteza de “o que, como e para quê ensinar” (Roldão, 2017), na área curricular de comunicação linguística e literatura infantil, pela falta de objectivos e conteúdos pré-definidos para PL1 e PL2, dentro de parâmetros para os respectivos contextos, recursos e procedimentos metodológicos que substanciassem a concretização dos princípios explanados nessas considerações.

O plano de estudo apresenta o jogo como o recurso privilegiado para a aprendizagem das crianças, mas nenhuma proposta sobre o tipo de jogos que possibilitam o desenvolvimento da oralidade. (...), através dos quais, “as crianças começam a refletir sobre a estrutura a

linguagem oral e analisam a língua nos seus constituintes sonoros: discursos-palavras-sílabas-fonemas”, (Ventura, 2019), como por exemplo “estimular e treinar a consciência fonológica em idade pré-escolar através de atividades de grupo ou individuais desde que foquem a discriminação auditiva das rimas, contos com rimas”. (Idem).

A abordagem à flexibilidade, adequação do ensino, atendimento diferenciado e contextualizado à comunidade e a cada criança, deveria ser explicado e definido com propostas sobre o trabalho diferenciado do professor e sobre as competências a desenvolver em cada etapa, “e permitir que alunos heterogêneos, mas agrupados na mesma turma, atingir, por vias diferentes, objetivos comuns”, (Henriques, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano curricular para a classe de iniciação carece de propostas pedagógicas específicas para a área curricular de comunicação Linguística e literatura infantil, assim sendo, as orientações metodológicas para o ensino do português na Educação pré-escolar não estão definidas, deixando uma lacuna no apoio pedagógico às instituições e professores/as desde a planificação até prática pedagógica.

A referencia ao melhoramento da compreensão oral, expressão oral e enriquecimento do vocabulário sugere que todas as crianças angolanas falam português, o que não corresponde à realidade sociolinguística angolana. Não há referência a consciência fonológica, e consciência morfológica, fundamentais para o domínio da língua e para a iniciação à leitura e escrita, pois, é imprescindível a criança começar a compreender a função da linguagem escrita e criar o hábito de procurar e compreender informações nos livros, premissa para um bom desempenho escolar no futuro.

A falta de objectivos específicos para PL1 e PL2, e respectivos conteúdos, repercute na falta de propostas metodológicas para o professor, dificultando o seu trabalho docente para o desenvolvimento de competências em português, provocando o excesso de repetições e abandono escolar precoce, tanto das crianças com baixa proficiência em PL2 e as com PLE.

Estas debilidades no plano de estudo constituem uma discrepância entre a planificação e as necessidades reais do país, indiciando a necessidade premente de um trabalho conjunto entre o MED, (Ministério da Educação), os responsáveis das instituições da educação pré-escolar e escolas primárias, educadores(as) de infância, professores(as), linguistas, pedagogos e outros, para a organização de um plano curricular que reflecta propostas diferenciadas para PL1 e PL2, com parâmetros pedagógicos pré-definidos, que permitam a flexibilidade e a adequação ao contexto.

Os procedimentos metodológicos activos, como jogos (palavras da mesma família, significados oposto e semelhante, etc), a descrição (de propriedades e funções, com

advinhas, mímica, etc), o diálogo, a conversação sobre temas diversos, o relato de eventos naturais e sociais, (visita a uma fábrica ou quinta, passeio a um jardim ou parque, o fim de semana, aniversário, a chuva, etc), a encenação de acções simples, narração, (conto e reconto de histórias, interpretação, mudança do fim da história, etc), a dramatização, recitação, exercícios de discriminação e articulação fonética, etc. Estes métodos orais requerem materiais e instrumentos para a produção de recursos de apoio como a gravação de rimas, lenga-lengas, contos, canções, fotografias, desenhos, lócus, fichas, lâminas, fantoches, máscaras, etc, pelos próprios alunos/as, o que tornaria as aprendizagens mais interessantes e significativas para eles/as.

Metodologias activas que proporcionam a interação, a cooperação entre pares e a partilha de opiniões e experiências são indispensáveis para o desenvolvimento de competências linguísticas e comunicativas em qualquer língua, de forma lúdica e colaborativa, na educação pré-escolar, tanto sendo L1, L2 ou LE, como premissa para o sucesso escolar no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MADRA, UNICEF. dezembro 2018. Relatório sobre Educação em Angola, 2018. A Educação no orçamento geral do estado. Recuperado a 15 de junho de 2019 em <https://www.unicef.org/angola/acesso-a-educacao-da-primeira-infancia-e-pre-escolar>
Dewey, J. (1959). Democracia e Educação. Introdução à Filosofia da Educação (4ª Ed). S. Paulo: Educação Nacional.

Freinet, C. (1966). Para uma Escola do Povo. S. Paulo: Martins

Freinet, C. (1998). A educação pelo trabalho. São Paulo: Martins Fontes. (Publicada originalmente em 1947)

Freire, P. (2005). Pedagogia do oprimido. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Gauthier, C. Tardif, M. (2014). A Pedagogia. Teorias e práticas da Antiguidade aos nossos dias. 3ª Ed. Editora Vozes, Petrópolis

Guilherme, M. (2018). O diálogo intercultural entre Freire & Dewey. O Sul e o Norte nas matrizes (pós)-coloniais das Américas. Educação e Sociedade, 38(142), 89–105. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/es/v39n142/1678-4626-es-es0101-73302018179272.pdf>

Guimarães, M., (2017). Os fundamentos da teoria linguística de Chomsky. Editora Vozes, Petrópolis, RJ

Henrique, M. (2011). Diferenciação pedagógica: teoria à prática. [reci/.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6377/](http://reci.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/6377/caderno_investigacao_aplicada_n5_84-94.pdf) caderno investigação aplicada n5 84–94 pdf. Recuperado em 9 de julho de 2019, de <http://www.scielo.mec.pt>

Lei de Bases de Educação e Ensino nº 32/20 de 12 de agosto in Diário da República Iª Série nº 123

Mackenzie, P. J. e Walker, J., 2013. Ensino na língua materna: Lições de política para a qualidade e inclusão, Campanha Global pela Educação. Johannesburg, www.campaignforeducation.org

Mateus, M.H.M. (2011). Diversidade Linguística na Escola Portuguesa. Revista Lusófona de Educação, (18), 13–24. Recuperado em 12 de julho de 2019, de <http://www.scielo.mec.pt>

Mioto, C., Silva, M. C. F. e Lopes, R., 2018, Novo Manual de Sintaxe. Editora Contexto, S. Paulo Undolo. M. (2016), A norma do Português em Angola: subsídios para o seu estudo. Escola Superior do Bengo, Região académica I

Ndombele, E. D. (2017). Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. Revista Internacional em Língua Portuguesa n 31 – 2017 RILP, 72–88. Recuperado em 12 de julho de 2019, de <http://www.scielo.mec.pt>

Pestun, M. S. V., Omote, L. C. F., Barreto, D. C. M., & Matsuo, T. (2010), Estimulação da consciência fonológica na educação infantil: prevenção de dificuldades na escrita. *Psicologia Escolar e Educacional*, 14(1), 95–104.

Plano de estudo da Educação Pré-Escolar e Ensino Primário 2019, Ministério da Educação, Editora Moderna SA, Luanda

Recursos para o Desenvolvimento Curricular – Comunicação Linguística 1997. Enciclopédia de Educação Infantil, vol. III

Roldão, M. C. (2017). Currículo e aprendizagem efetiva e significativa da investigação curricular dos nossos dias. Universidade Católica Portuguesa, PT. Repositório. ucp.pt, bitstream/10400/25167/1. Construir a Autonomia e a flexibilidade curricular – 15–24, pdf. Recuperado em 9 de julho de 2019 em [https:// www.scielo.mec.pt](https://www.scielo.mec.pt)

Silva, A., A. e Ganga, J., G. (2023), O direito à língua e à comunicação na variedade do português de Angola: jogo de forças entre língua oficial, línguas nacionais e norma emergente. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*, São Francisco do Conde (BA) | v.3, nº Especial I | p.301–319 |

Sim-Sim, I. D. e M. F. (1997). Língua materna na educação básica: competências nucleares e níveis de desempenho (Ministério da educação (ed.)

Tenório, S. M. P. C. P., & Ávila, C. R. B. (2012). Processamento fonológico e desempenho escolar nas séries iniciais do ensino fundamental. *Revista CEFAC*, 14(1), 30–38

Vasconcelos, T., (2015). As Variações Linguísticas e suas Implicações na Prática Docente. *Millenium – Journal of Education, Technologies, and Health*.

Ventura, R. Figueiredo, S. Capelas, S. (2019). Eficácia de um programa de desenvolvimento da consciência fonológica no pré-escolar. *Psique*. ISSN 20183–4806. Volume XV janeiro–junho 2019. Pp 98–109. Recuperado a 13 de junho de 2019 em [https:// www.scielo.mec.pt](https://www.scielo.mec.pt)

Nzau, D. G. N. (2011). A Língua Portuguesa em Angola: Um contributo para o estudo da sua nacionalização (Tese de doutoramento). Covilhã: Universidade da Beira Interior. Recuperado em 12 de julho de 2019, de <http://www.scielo.mec.pt>

ARTIGO

2

A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO SECTOR MINEIRO ANGOLANO POR VIA DO TRIBUNAL ARBITRAL COMO MECANISMO DE ATRAIR INVESTIDORES.

Autor: Jonatão Cataleco Dinis Quessongo | jonataokataleko@gmail.com | Docente do Instituto Politécnico da Lunda-Sul

RESUMO

O presente artigo vai versar-se sobre a necessidade de recorrer ao tribunal arbitral como forma de atrair mais investidores em Angola. O estudo tem sua pertinência em virtude de o sector mineiro constituir uma das alavancas para o desenvolvimento da economia angolana. Ao longo dos últimos anos é notório o interesse das grandes empresas multinacionais em investir neste sector, sobretudo nas áreas potencialmente ricas em recursos naturais, como as Lundas, Bié, Cabinda, Jamba Mineira (Huila), mas colocam a

questão do acesso a justiça como garantia do investimento privado. De entre as várias preocupações do sector empresarial, estão o funcionamento dos tribunais em Angola, o acesso a justiça, a tutela efectiva dos seus interesses económicos, a celeridade processual, as burocracias em geral no pleno funcionamento do sistema jurisdicional. A metodologia aplicada se circunscreve na análise documental e análise bibliográfica para aferir os diferentes pontos de vista de autores diversos assim como os documentos orientadores concebidos em Angola para o sector mineiro.

Palavras-Chave: Resolução de conflito, acesso a justiça, investimento privado, sector mineiro.

RESUMEN

Este artículo abordará la necesidad de recurrir al tribunal arbitral como una forma de atraer más inversores en Angola. El estudio tiene su relevancia porque el sector minero es una de las palancas para el desarrollo de la economía angolana. En los últimos años, el interés de las grandes empresas multinacionales en invertir en este sector es notorio, especialmente en áreas potencialmente ricas en recursos naturales, como Lundas, Bié, Cabinda, Jamba Mineira (Huila), pero plantean el tema del acceso a la justicia como garantía de la inversión privada. Entre las diversas preocupaciones del sector empresarial se encuentran el

funcionamiento de los tribunales en Angola, el acceso a la justicia, la protección efectiva de sus intereses económicos, la rapidez procesal, las burocracias en general en el pleno funcionamiento del sistema judicial. La metodología aplicada se limita al análisis documental y al análisis bibliográfico para evaluar los diferentes puntos de vista de diferentes autores, así como los documentos guía diseñados en Angola para el sector minero.

Palabras clave: Resolución de conflictos, acceso a la justicia, inversión privada, sector minero.

INTRODUÇÃO

O acesso a justiça por via de arbitragem é um mecanismo de resolução de conflitos de forma célere, eficaz e menos burocrática, e, este, pode servir de incentivo para o investimento privado em Angola, visto que, a segurança nas dimensões económica e jurídica configuram um pressuposto de atracção dos investidores.

O sector mineiro é um dos mais conflituoso tendo em consideração os avultados investimentos. Em muitos casos, em consequência de alguns factores de carácter objectivo e subjectivo não existem garantias de acesso à justiça de forma célere, tal como afirma Cipriano (2021, p. 182), que os desafios da aplicabilidade da arbitragem em Angola exigem a desjurisdicionalização do sistema judicial angolano, apontando os constrangimentos que enferma a nossa justiça.

Neste tipo de jurisdição (jurisdição arbitral), cumprindo com o princípio da autonomia privada que é característico no sector privado, as partes livremente podem escolher os seus árbitros, garantindo deste modo a celeridade na resolução de conflitos emergentes na vigência dos contratos e a protecção dos seus investimentos.

Um outro aspecto não menos relevante é que, o acesso a justiça por via arbitral e a tutela jurisdicional efectiva arbitral garante, assegura o procedimento judicial célere e útil, materializando o espírito e o desejo do legislador constituinte imposto no artigo 29.º CRA.

A justiça é célere quando a decisão é tomada no prazo razoável e, é útil quando acautela o direito das partes de forma de forma tempestiva, e, não é justiça quando as decisões são extemporâneas.

Não nos parece justa a justiça tardia e morosa. Por este facto, é imperiosa a resolução de conflitos por via dos tribunais arbitrais, dada a dinâmica do mercado mineiro e a sua complexidade. Todas as organizações operam no âmbito de um meio envolvente bastante abrangente e todas as dificuldades que condicionam a sua actividade, podem a longo e curto prazos desencorajar a mesma.

O meio envolvente contextual, pode ser desagregado em quatro contextos distintos: económico, sociocultural, político-legal e tecnológico, Mateus (2017, p.42), embora entendemos que o meio ambiente também o seja. Esta interação factual pode ser a base de muitos conflitos ao longo do círculo funcional de um projecto mineiro.

Esta abordagem é mais uma razão da necessidade de resolução dos conflitos mineiros por via dos tribunais arbitrais. Nesta perspectiva, a nossa investigação analisou o quadro legal sobre arbitragem voluntária como mecanismo de resolução de conflitos no sector mineiro sendo um meio de atracção do investimento privado. A sua estrutura comporta uma metodologia, uma abordagem teórico-conceptual, a discussão dos resultados e conclusões.

Finalmente apresentamos a nossa proposta, para servir de procedimento na resolução de conflito por via da arbitragem e o investimento no sector mineiro.

Metodologia

O método é a organização interna do processo investigativo. É uma tecnofiguração sucessiva de procedimentos que envolvem diversas técnicas e instrumentos que finalmente lhe outorga validade, de acordo com Ramos & Naranjo (2014).

Método Científico é o processo racional que se emprega na investigação. É a linha de raciocínio adoptado no processo de pesquisa, isto na reflexão de Carvalho (2009).

Para uma comunicação com cariz científico, é muito importante definiros procedimentos metodológicos que servem de suporte para a recolha de

dados e a sua consequente teorização. Pelo facto, o formato para recolha de dados segundo Afonso (2014, o. 55) “constitui o ponto de partida fundamental para a tomada de decisões sobre a operacionalização do trabalho empírico (...) ou, o modo como e concretização a recolha de informação relevante para obter resposta à questão de investigar. Com o recurso ao método qualitativo, análise documental e biográfico, a dedução e a indução poderemos obter resultados pretendido, segundo Afonso (2014).

CONCEITUALIZAÇÃO

O actual crescimento das relações, empresarias e de investimento está a exigir um direito mais flexível, mais célere e o mais simples possível, tal como sustenta Cipriano (2021, p. 241).

Arbitragem ocorre quando as partes, por consenso, decidem submeter a decisão do litígio a um terceiro, imparcial

e de confiança, a quem caberá decidir sobre a questão, isto na perspectiva de Samuel (2022, p.35)

O Manual de Introdução à Arbitragem, editado pela Faculdade de Direito-Universidade de Lisboa define arbitragem como meio de resolução alternativo de litígio, sendo o seu carácter alternativo em relação ao tribunal judicial.

Mateus (2017) define a economia mineral, enquanto ciência, como área do conhecimento responsável pela aplicação dos princípios, da metodologia e do instrumento de análise e avaliação económica e financeira da indústria mineira.

Cipriano, (2021) releva a preocupação da relação entre a empresa e o acesso à justiça, defendendo uma justiça célere ao passo que Mateus (2018) considera que a economia mineira em Angola constitui uma alavanca para o seu desenvolvimento.

Na arbitragem, as partes elegem por si mesmas e directamente, ou através de mecanismo por elas determinados, um árbitro para ser o juiz da controvérsia, isso na visão de Lima (2008).

Angola é um país potencialmente rico em recursos naturais. Muitos destes

recursos precisam de ser descobertos, explorados e comercializados, daí que a economia mineira deve prestar atenção no seu potencial mineiro. É sabido que os investimentos do sector mineiro são muito avultados e muitos projectos mineiros para serem explorados precisam de uma participação económica de empresas transnacionais. Para isso, é imperioso que empresas estrangeiras

venham para Angola de modo a participar nestes investimentos. No entanto, para a concretização deste desiderato é necessário garantir a segurança jurídica e económica, facto que pode ser assegurado por via da arbitragem voluntária no investimento privado.

Tudo o dito, implica a criação de um ambiente de negócio favorável com instituições que possam responder as exigências nacionais e internacionais, assim como um quadro legal credível que proteja o sector privado, em Angola.

Para o sector privado, o sistema judicial estadual não é fiável por causa do constrangimento que este cria aos cidadãos, com a burocracia e morosidade na tramitação processual, isto porque os processos levam anos para ser decididos. Estes e outros factores retardam a materialização do tal almejado princípio do acesso a justiça como um direito fundamental. Isto também afecta seriamente o sector económico, sobretudo o privado que precisa de uma segurança jurídica elevada nas transações comerciais. Nesta óptica, é pertinente o incentivo da cultura de arbitragem nos negócios de alto nível de financiamento por causa do carácter célere desta forma de resolução de conflitos.

Epistemologicamente, arbitragem deriva do termo latino *arbitrum*, vertido para português com os vocábulos *árbitrum*, *juiz*, *jurado*, *louvado*, *laudo arbitro*. Na linguagem técnico-jurídica, o termo é empregue para significar processo a que se recorre para se dar solução, mediante um terceiro, ao litígio ou divergência havida entre duas ou mais pessoas, isto na vertente analítica de Cipriano (2021 p.13).

Dário Moura Vicente, citado por Cipriano (2021) define arbitragem como sendo um método heterocompositivo de litígio no qual as partes, colocadas ao mesmo nível, confiam a um terceiro ou a vários por elas escolhidos, no sentido de, com isenção e imparcialidade, solucionarem um determinado litígio actual ou futuro, derivado de uma relação estabelecida entre ambas as partes, com base em princípios e normas de direito e na equidade, tendo a decisão arbitral o valor e a eficácia de uma sentença judicial.

Tanto em Cipriano como em Vicente notamos a unicidade conceptual onde ambos apresentam conceito de arbitragem como meio de resolução de conflitos, coincidindo com o nosso ponto de vista relativamente aos conflitos mineiros.

A lei n.º 29/22 de 29 de Agosto – Lei Orgânica sobre a organização e funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum, em harmonia com o artigo 29.º da Constituição da República de Angola, dispõem que, a todos é assegurado o acesso ao direito e aos Tribunais de Jurisdição Comum para a defesa dos seus direitos e interesse legalmente protegidos, não podendo a justiça ser denegada por insuficiência de meios económicos ou financeiros.

Para garantia deste acesso, reconhecendo a falta de conhecimento específico por parte dos magistrados pode afectar o referido acesso a justiça justa, no artigo 20.º da lei acima referida permite que pessoas que não são magistrados, mas possuem grau académico de Doutores, Mestres possam ser contratadas por meio de avenças para assessorar os juizes dos Tribunais de Relação em certas matérias técnicas e específicas.

Ao nosso ver, a falta de conhecimento técnico nos tribunais por parte dos magistrados em certas matérias específicas, por exemplo na ÀREA DE COMPLANCE na sua forma geral e como garantia do acesso a justiça por via arbitral deveria ser uma solução visto que, o árbitro é uma pessoa com conhecimentos específicos na área de resolução do conflito, com uma certa idoneidade que é contratado pelas partes em litígio para resolver um conflito e que, a decisão por ele produzido é igual a uma sentença dos tribunais estaduais, dando mais celeridade no processo.

Todo aquele que dispõem de capacidade contratual pode, nos termos da presente lei recorrer a um Tribunal Arbitral para resolver litígios relativos a direitos disponíveis, mediante a Convenção de Arbitragem, desde que por lei especial não esteja exclusivamente submetido a Tribunal Judicial ou à arbitragem necessária, artigo 1.º da Lei n.º 16/03, de 25 de Julho.

A ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA COMO MECANISMO DO ACESSO A JUSTIÇA.

Um dos problemas no sistema jurisdicional angolano, prende-se com a questão do acesso a justiça. É importante dizer que o acesso a justiça vem consagrado no artigo 29.º da CRA (Constituição da República de Angola). Nesta norma constitucional, o acesso a justiça é visto como um direito fundamental do cidadão. No entanto, ainda se registam muitos constrangimentos para ter acesso a justiça, que se circunscrevem na morosidade processual, baixa condição económica, interferência política nas decisões judiciais e corrupção.

Na perspectiva analítica de Amaral, (2011, p.15) defende que para tornar efectiva a garantia do acesso à via judiciária torna-se, por isso, imprescindível a eliminação de tais obstáculos de ordem económica.

Na nossa visão, é necessário a eliminação de obstáculos de ordem política, corruptiva, morosidade processual, parcialidade

nas decisões judiciais, efetivando os tribunais arbitrais céleres, imparciais, menos burocráticos. Feito isso, o sector mineiro económico estará seguro, os seus investimentos estarão protegidos e haverá atracção de mais investidores. É de grande utilidade incentivar a cultura de resolução dos litígios no sector mineiro, por uma arbitragem desafogando os tribunais estaduais. É sabido que a justiça arbitral é célere e eficaz, tal como diz, Cipriano, (2021, p.206) caracterizando-a como sendo célere, simples e seguro. Aquele autor acrescenta que, a arbitragem voluntária é possuidora de requisitos que a tornam mais viável na resolução de conflitos, comparativamente ao tribunal estadual uma vez que, assenta nos princípios da autonomia das vontades das partes, celeridade, confidencialidade, segurança, flexibilidade, simplicidade, especialidade e neutralidade.

ALGUNS CONFLITOS NO SECTOR MINEIRO ANGOLANO PASSIVEIS DE UMA RESOLUÇÃO VIA ARBITRAL

Antes de abordar este subtema, importa esclarecermos conceitualmente o conflito em si e a sua possível resolução. Devemos entender que os conflitos resultam das relações sociais que se embelecem entre as pessoas e/ou as organizações, como sendo a falta de entendimento, o choque, enfrentamento, discussão acalorada ou alteração.

Quando se instalam estas e outras situações, e estando perante um conflito, é natural que as partes em desacordo

procurem a melhor solução. Aqui surge a figura de resolução de conflitos que se entende como o mecanismo adequado para redimir a situação conflituosa, cujas causas e caracterização se pode verificar no quadro abaixo.

Causas	Caracterização
Falta de comunicação	A comunicação é um aspecto essencial na interacção entre as pessoas e/ou organizações sendo um elemento de extrema importância.
Desacordo de interesses	Falta de concomitância entre as partes, sendo que uma procura sobrepor os seus interesses à outra.
Valores incompatíveis	As regiões apresentam diferenças culturais que devem ser respeitados.
Desigualdade	As partes procuram desqualificar a outra com uma atitude discriminatória e de supremacia.

Quadro 01-Causas e caracterização de conflitos

Tipologicamente os conflitos podem ser intrapessoais, interpessoais, organizacionais, políticos, militares, religiosos, grupais, como exemplos, não merecendo um esmiuçamento neste artigo.

Retomando a essência do presente estudo, um dos conflitos latentes no sector mineiro consiste nos incumprimentos contratuais relativamente aos projectos de participação para prospecção, pesquisa, e reconhecimento de depósitos secundários.

Nestes tipos de contratos, envolve sempre o Estado Angolano através da concessionária angolana e do outro lado, um particular, normalmente uma empresa e, o compresso arbitral é feito em Decretos Executivos.

Apresentamos como exemplo o Decreto Executivo n.º 169/12 de 11 de Maio que estabelecia a relação contratual entre a Endiama, E.P Kalonda, e a Transsuige no Projecto Luia.

Apesar de que as partes em termos de relação contratual entram em pé de igualdade, mas, havendo um conflito em tribunal, a imparcialidade em juízo fica beliscada porque, psicologicamente a concessionária angolana entra com vantagem por ser empresa do Estado que aprova o contrato mineiro, por isso, a resolução de conflitos em via arbitragem voluntária seria a mais aceitável porque seriam as partes a escolher o juiz (árbitro), visto que o Estado pode tendencialmente ser parte interessada.

Face as múltiplas relações económica, social, laboral e ambiental que se estabelecem no sector mineiro, acarreta consigo múltiplas situações que muito delas podem desembocar em conflitos, envolvendo sempre uma empresa mineira, ressaltando: os incumprimentos contratuais, a violação das normas de protecção do meio ambiente, o despedimento em massa dos trabalhadores, os acidentes de trabalho, a usurpação de terra, a poluição, a omissão do cumprimento da responsabilidade social entre outras.

Em alguns casos os conflitos se revestem em forma de extinção do contrato de trabalho, que é aquele pelo qual um trabalhador se obriga a colocar a sua actividade profissional à disposição de um empregador, dentro do âmbito da organização e sob a direcção e autoridade deste, tendo como contrapartida uma remuneração, Fonseca (2017, p.71).

As distorções relacionais, por exemplo, O de despedimento em massa, são notórias as dificuldades que as empresas passam em termos de indemnização, pois geralmente são valores avultados podendo

muitas vezes levar as empresas a falência.

Estas situações e outras aqui não citadas podem desencadear problemas que ao nosso ver, deveriam ser remetidos a justiça de tribunal arbitral para serem resolvidos, visto que, uma das principais vantagens da justiça arbitral em relação aos tribunais é a celeridade, os efeitos da decisão devem satisfazer os interesses das partes, tal como haveria de ser com os tribunais.

REQUISITO DA ARBITRAGEM VOLUNTÁRIA

Um dos requisitos para resolver conflito por via da arbitragem é a convenção de arbitragem.

Cipriano, (2021) define Convenção de Arbitragem o acordo que as partes celebram no sentido de sujeitarem determinado litígio, actual ou futuro, a um tribunal arbitral.

Na Convenção de Arbitragem as partes delimitam a competência do tribunal para resolverem conflitos. Vejamos. No sector mineiro, tendo em conta que os contratos neste sector são de grande risco e de avultadas somas em dinheiro,

as partes deveriam sempre optar pela via arbitral. Mas para submeter um conflito ou eventual conflito no tribunal arbitral é necessário que a material caia no âmbito do direito disponível, sendo este o segundo requisito. Como terceiro requisito aponta-se o acordo entre as partes, onde as partes se vinculam no compromisso arbitral.

REQUISITO DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM

Os requisitos essenciais são aqueles em os quais o acordo das partes relativamente à resolução da controvérsia não tem a natureza de convenção de arbitragem, não vincula as partes, nem fundamenta a constituição do

tribunal, Cipriano (2021, p.56). O autor em referência aponta requisitos essenciais, integrantes e facultativo. Nesta perspectiva, seriam requisitos essenciais a vontade expressa das partes de que o conflito seja resolvido por via tribunal arbitral,

podendo ser por via da cláusula arbitral ou compromisso arbitral, nos termos do artigo 2.º da Lei Arbitragem Voluntário, a observância do formalismo imposto pelo artigo 3.º (sem prejuízo da lei especial exigir forma mais solene, a Convenção de Arbitragem deve ser celebrada por escrito), isto é, o compromisso deve revestir forma escrita, a disponibilidade do direito a ser submetido a litígio por via arbitral (direito patrimonial). Aqui, impõe-se que o direito seja disponível e o legislador angolano consagrou-os no artigo 1.º da Lei de Arbitragem Voluntária – são direitos de natureza patrimonial, excepto quando a lei serve para eles a intervenção de um tribunal estadual ou para arbitragem necessária.

Os requisitos integrantes também estão previstos na Lei de Arbitragem Voluntária, tais como: a determinação do lugar para a realização da arbitragem, a escolha da língua a ser utilizada, a nomeação de um perito pelo tribunal, a referência da regra do processo, a determinação da lei aplicável à capacidade das partes,

a escolha da lei aplicável à forma da convenção de arbitragem e a validade do consentimento, a escolha da lei aplicável ao processo arbitral, atribuição da faculdade dos árbitros julgarem segundo a equidade, a determinação dos encargos do processo, a determinação do prazo para prolação da decisão arbitral, a escolha da data do início da arbitragem, a indicação dos prazos para petição e contestação, a determinação das consequências de omissão e faltas, a intervenção de terceiro, a escolha do prazo para requerer a retificação e esclarecimentos, a designação, no caso de pluralidade de demandante ou de demandados.

Finalmente, abordaremos os requisitos facultativos que, também vêm previsto na Lei de Arbitragem voluntária que são: a opção da moeda para custear o processo ou honorários dos árbitros, dos mandatários, a fixação dos efeitos da revelia, a fixação de uma maioria qualificada para a decisão, a substituição de uma testemunha por outra não arrolada inicialmente.

Tipo de Arbitragem a luz da legislação angolana

O manual de Introdução à Arbitragem, editados pela faculdade de Direito, da Universidade de Lisboa, assinala os seguintes tipos de arbitragens:

1. **Arbitragem ad hoc:** é um mecanismo de arbitragem estabelecido especificamente para aquele litígio específico.
2. **Arbitragem institucional:** submete-se o litígio a uma instituição de arbitragem que tem a sua própria infraestrutura e as suas regras.

Cipriano (2021), distingue os seguintes tipos de arbitragens:

1. Relativamente ao objecto em litígio, temos: arbitragem comercial ou societária, que incide sobre contratos civis e contratos de sociedades comerciais e situações conexas;
2. Quanto à organização, a arbitragem pode ser oficial ou necessária, aquela prevista e imposta por lei;

3. Quanto ao âmbito, arbitragem pode ser nacional e internacional;
4. Quanto à norma aplicável, a arbitragem pode ser segundo o direito; refere-se àquela em que os árbitros decidem conforme a lei.

A Lei de Arbitragem Voluntária em vigor em Angola, no seu artigo 2.º consagra duas modalidades de arbitragens:

1. Arbitragem por cláusula compromissória;
2. Arbitragem por compromisso arbitral.

Na primeira as partes por meio de uma cláusula as partes submetem a resolução de um conflito futuro por meio de um árbitro.

Aplicando em material mineira, isto pode ser feito no contrato de exploração mineira, onde, as partes, prevenindo constrangimento dos tribunais estaduais futuros (morosidades, intervenção política), remetem por exclusividade a resolução de litígio por um árbitro, constituindo a preterição do tribunal arbitral nos termos do artigo 494.º do Código de Processo Civil angolano.

No segundo caso, as partes por meio de uma convenção de arbitragem, submetem a resolução de um conflito presente

por meio de um árbitro. Segundo a classificação da Faculdade de Direito seria uma arbitragem ad hoc, em que, a arbitragem é estabelecida especificamente para aquele litígio específico. No sector mineiro poderia ocorrer em caso que as partes não colocaram uma cláusula de resolução de conflitos por um tribunal arbitral e, no meio do contrato mineiro surge um conflito. Neste caso, evitando constrangimento dos tribunais estaduais (corrupção, morosidade), escolhem um árbitro, submetendo esta resolução por meio de tribunal arbitral.

CONSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL ARBITRAL

O Tribunal Arbitral pode ser constituído ou composto por um único árbitro ou por vários, sempre em número ímpar. Se o número de árbitros não for fixado na Convenção de Arbitragem ou em escrito posterior assinados pelas partes, nem deles resultar, o tribunal é composto por três árbitros, artigo 6.º da Lei 16/03 de 25 de Julho, Lei de Arbitragem Voluntária.

Para Cipriano, (2021) a constituição do tribunal arbitral efectiva-se com a acção arbitral. Por conseguinte, a acção arbitral tem o seu começo, salvo convenção das partes em contrário, com a notificação aos demandados ou aos demandantes do pedido de submeter o litígio ao tribunal arbitral.

DIREITO APLICÁVEL NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A resolução dos conflitos por via arbitral dá a possibilidade de as partes escolherem a lei aplicável à matéria do litígio. Podem até escolher ordenamentos internacionais, tais como

acordos, convenções internacionais e costumes internacionais, por isso a Lei 16/03 de 25 de Julho, no seu artigo 24.º dispõe que,

As partes podem acordar na Convenção de Arbitragem ou em acordo escrito posterior que o Tribunal Arbitral julgue, segundo a equidade ou segundo determinados usos e costumes, quer interno quer internacionais. Na falta de acordo, o Tribunal julga segundo o direito constituído. Nas decisões tomadas com base nos usos e costumes, o Tribunal Arbitral é obrigado a respeitar os princípios de ordem pública do direito positivo angolana.

Nas zonas de exploração mineiras existem diferentes costumes, pelo que, mais uma vez, temos uma oportunidade de acolher o costume, nos temos do artigo 7.º da Constituição

da República conjugado com a lei da arbitragem na resolução dos conflitos entre as comunidades e a empresas mineiras, sobretudo os conflitos de terras.

VANTAGENS E DESVANTAGENS DA ARBITRAGEM

No processo arbitral, o árbitro, como um juiz privado escolhido pelas partes ou apontado de acordo com a convenção arbitral, enfrenta as questões diante dele com o mesmo espírito que o juiz apontado pelo Estado, observando, porém, as regras e procedimentos escolhidos pelas partes. Da autonomia das partes na escolha resulta as vantagens da arbitragem. Lima, (2008) assinala as seguintes vantagens:

Eficácia, concorrência, custo e celeridade e rapidez. Segundo o autor citado, os participantes do comércio temem o procedimento e os juízes estatais. Temem o procedimento pelo seu ritualismo, sua publicidade, sua lentidão e seu custo, temem os juízes por uma falta de tempo e de especializações para resolverem casos. Temem, portanto, a sentença

judicial, uma sentença de improvisado desenlace, tecnicamente incorrecta. O procedimento arbitral é, em contrapartida, flexível e rápido. A designação do árbitro para resolver um caso concreto, feita pelos interessados ou encomendada a uma instituição responsável, é garantia de dedicação e perícia. Também se diz que, as vezes a arbitragem é mais rápida e barata relativamente aos procedimentos jurisdicionais.

A Faculdade de Direito–Universidade Nova de Lisboa, assinala as seguintes vantagens:

Flexibilidade, na arbitragem são as partes que decidem o processo a seguir, ao contrário do tribunal judicial em que se seguem as leis processuais estabelecidas.

Especialização, havendo uma disputa numa área específica, é possível apontar como árbitro alguém que seja especialista na área.

Confidencialidade, a natureza provada da arbitragem torna-a confidencial.

Velocidade, a arbitragem é mais rápida do que o tribunal judicial.

Adequação para transação internacional, combate-se aqui a desconfiança face aos tribunais estrangeiros. Por exemplo, se uma empresa Russa tem um litígio com uma empresa americana e esta tem de decidir onde resolver o eventual litígio, a empresa Russa não poderá ir a um tribunal americano e vice-versa. A arbitragem aparece como uma solução desta situação.

Agora, indo para o nosso contexto, numa situação em que uma empresa do estado angolano seja parte de um contrato de concessão mineira, e, havendo litígios entre ambas e se o mesmo for remetido nos tribunais angolanos a desconfiança poderá ser um facto. Neste caso, para promover a confiança a arbitragem pode ser a melhor solução.

Como não pode haver vantagens sem desvantagens a Faculdade de Direito-

Universidade Nova de Lisboa, assinala as seguintes desvantagens: Custos, normalmente a arbitragem é mais cara já que tem que se pagar aos árbitros, que existem. A excepção é a arbitragem nos casos de consumo que não é gratuita, mas é bastante económica. A habitabilidade, nem todas as causas podem ser submetidas a arbitragem. Face aos tribunais angolanos a arbitragem sempre será vantajosa.

AS DECISÕES DOS TRIBUNAIS ARBITRAIS ANGOLANOS

A Comissão Mediação, Arbitragem e Camaras Privadas define Tribunal Arbitral como sendo é uma coligação de árbitros no procedimento arbitral desenvolvido por mais de um árbitro e não uma instância superior, semelhante à organização judicial estatal

O artigo 2, n.º 2 do Código de Processo Civil dispõem que, a todo o direito, excepto quando a lei determina o contrário,

corresponde a acção adequada a fazer valer em juízo. Aqui juízo pressupõe um tribunal, quer estadual ou arbitral que recebe petições, solicitações, situação fáctica que carece de uma intervenção judicial no sentido de esclarecer o sentido normativo ou tomar uma decisão. Tal como já nos referimos, no caso de arbitragem, tal facto pode ocorrer por uma pré-vinculação ao tribunal arbitral,

por Cláusula Arbitral ou Clausula Compromissória, isto é, a previsão da arbitragem antes da existência do conflito e por Compromisso Arbitral, isto é, as partes pactuam que o conflito, já existente entre elas, será resolvido por arbitragem, isto é uma vantagem para o negócio de

altos valores ou transnacionais porque as partes confiam e escolhem árbitros que eles confiam e sabem que a justiça será imparcial e séria. Sobre as decisões arbitrais a lei base de arbitragem em Angola (Lei 16/03 de 25 de Julho), dispõem o seguinte:

1. Quando forem vários os árbitros, a decisão é tomada com a presença de todos e por maioria simples, salvo se, por convenção das partes, for exigível maior número de votos.
2. As partes podem convencionar, para a hipótese de não se formar a maioria exigida que a decisão seja tomada pelo árbitro-presidente ou que o litígio seja tomado pelo árbitro-presidente ou que o litígio seja decidido no sentido do voto por ele expresso.
3. As partes podem acordar ou os árbitros, por unanimidade, resolver que as questões processuais suscitadas no decurso da arbitragem sejam decididas pelo árbitro presidente.

A decisão arbitral em regra é colectiva, só por acordos das partes ou dos árbitros esta poderá ser singular. Outros factos, também já abordado é que o tribunal arbitral deve sempre ser constituído por um número ímpar, isto para permitir que haja voto vencido e evitar que haja empates.

Da abordagem feita, a questão em análise, nota-se que, os conflitos do sector mineiro poderiam ter tratamento célere e eficaz por meio de compromisso arbitral, garantindo a segurança e a confiança jurídica dos investidores.

ELEMENTOS DA DECISÃO ARBITRAL

Samuel, (2021, p.203), designa sentença o acto pelo qual o juiz decide a causa principal ou algum incidente que apresente, segundo a Constituição e a lei, a figura de uma causa.

Entendemos que na perspectiva da arbitragem, seria o acto pelo qual os árbitros decidem uma causa por meio de uma cláusula arbitral ou compromisso arbitral com base na lei, costume ou equidade.

Cipriano, (2021, p.155) a sentença arbitral é o acto em que árbitro resolve o litígio, total ou parcialmente, ou, ao invés decide julgar inexistente, ineficaz ou invalida a convenção de arbitragem, ou de decide não arbitrável o litígio ou, enfim, improcedente a acção.

Nos termos do artigo, 27.º da Lei 16/03 de 25 de Julho a decisão do Tribunal Arbitral deve ser reduzida a escrito e dela constar:

- a. A identificação das partes;
- b. A referência à Convecção de Arbitragem;
- c. O Objecto do litígio;
- d. A identificação de cada árbitro;
- e. O lugar da arbitragem, o local e a data em que a sentença foi proferida;
- f. A decisão tomada e a respetiva fundamentação;
- g. A assinatura dos árbitros.

ÁRBITROS E REQUISITOS

Os árbitros devem, no exercício da sua função de composição de conflitos, mostrar-se dignos da honra e responsabilidades inerentes ao processo, não podendo representar nem agir no interesse das partes e obrigando-se a decidir com independência, imparcialidade, lealdade e boa-fé e a contribuir para um processo célere e justo (artigo 15 da lei 16/03).

Entende-se por árbitro (do latim arbiter) toda a pessoa singular, maior e plenamente capaz que, nos termos da convenção de arbitragem, tenha sido incumbida, só ou em conjunto com outros, de integrar

O artigo 8.º da Lei 16/03 de 25 de Julho dispõem que, podem ser designados árbitros as pessoas singulares que estejam no pleno gozo e exercício da sua capacidade civil.

No nosso entendimento, o árbitro é um terceiro neutro na arbitragem escolhido ou aceite pelas partes para decidir uma disputa patrimonial disponível com base na lei, equidade, no costume por eles definidos no âmbito da convenção de arbitragem ou cláusula compromissória.

o tribunal arbitral destinado a dirimir o litígio, Cipriano (2021, p.88).

Discussão dos resultados

A nossa discussão olha na arbitragem voluntária como meio de resolução de conflitos no sector mineiro angolano por via dos tribunais arbitrais como sendo um mecanismo de atrair investidores nacionais e estrangeiros para realizarem investimentos no referido sector.

Ao nosso ver os investidores seguem a segurança jurídica económica e o acesso a justiça por via arbitral seria um incentivo para atrair investidores, tendo em conta as características deste tipo de justiça baseada em casos concretos e por ser célere. De acordo com Samuel (2021, p.35) Este método, assume-se como grande instrumento de composição de conflito de diversa natureza, em que se atribui ao árbitro o poder de solucionar a questão em litígio em termos semelhante à uma decisão judicial.

É inquestionável reconhecer que as quere-las em torno do sector mineiro envolvem conhecimentos técnicos portadores de determinadas especificidades. Colocar a solução destes problemas nos tribunais estaduais seria uma violação porque a solução deste litígio no tribunal estadual não alcançaria a justiça almejada em virtude de os tribunais carecerem, de fundamentos de facto e de direito. Como um juiz fundamentaria um facto que não conhece ou uma matéria que não é sua especialidade? Não estamos a negar o conhecimento ou a afirmar que os juizes não têm domínio da matéria jurídica que rege o sector mineiro mas, por este ser bastante complexo.

Como solução paralela a este facto, a lei 29/22 de 29 de Agosto - Lei Orgânica sobre a Organização e funcionamento dos Tribunais de Jurisdição Comum, no seu artigo 20.º impõem que os Tribunais de Relação devem contratar assessores e consultores, e, impõem que estes devem ter o grau académico de Doutores e Mestres. A ideia é que estes ajudem os Magistrados em matérias específicas durante o julgamento de determinados casos.

A Resolução de conflitos por via arbitral, dispensaria estes assessores e consultores, visto que, o árbitro é uma pessoa com conhecimento específico, uma pessoa idónea que as partes escolhem para resolver um conflito de interesses. Isso trás consigo a segurança jurídico-económica entre as partes e atrai investidores estrangeiros e nacionais para investirem em Angola.

Para esclarecer todo o percurso descrito neste trabalho, tomamos como exemplo o constante no Decreto Executivo n.º 169/12 de 11 de Maio, que estabelece a relação contratual entre Endiama, E.P, Kalonda, e a Transuige, com um investimento de 5.000.000,00 (Cinco Milhões de Dólares Americanos), uma reserva operacional no montante de USD: 500.000,00 (Quinhentos Mil Dólares Americanos), onde a Endiama detinha 30%, Kalonda 22% e Transuige 48% sem garantias do acesso a justiça justa. Este investimento é considerado claramente como um risco. Pelo facto, um investidor que não confia numa justiça de um país não faria tal investimento.

Por isso, uma vez que a justiça angolana está cheia de problemas de corrupção, tal como hoje se assiste em tribunais superiores. Foi assim que, no dia 27 de Maio de 2023, pela 15: na cidade do Huambo, a Ordem dos Advogados de Angola (OAA), na sua Assembleia Geral Extraordinária deliberou sobre a promoção de um procedimento legal para o afastamento do Presidente do Tribunal Supremos e do Conselho Superior da Magistratura Judicial,(www.

oaang.org). Associado a morosidade processual, burocracia na tramitação processual e outros problemas de índole político (interferências dos políticos na justiça) a solução para este dilema seria apostar no acesso a justiça por via arbitral, pelas características já identificadas, (célere e permitir a vinculação das partes).

Pelos riscos apresentados e os empecilhos que o sistema judicial angolano apresenta na tramitação processual, comprometendo o acesso a justiça, recomenda-se a promoção da cultura da arbitragem, e que os litígios dos projectos de carácter contratual ou violações de normas ambientais com base em projectos e contratos mineiros possam ser resolvidos por via arbitral, criando mais confiança e segurança jurídica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho abordamos a resolução de conflitos no sector mineiro angolano por via do tribunal arbitral como mecanismo de atrair investidores.

Recorremos ao método qualitativo, análise documental e bibliográfico, a dedução e a indução para poderemos obter resultados pretendido. Para sustentar a nossa abordagem fundamentada os vários autores e leis angolanas em matéria de arbitragem e acesso a justiça visto que, arbitragem é uma forma de acesso a justiça, isto é, no sistema extrajudicial.

Na discussão pretendida analisamos o Decreto Executivo n.º 169/12 de 11 de Maio, que estabelece a relação contratual entre Endiama, E.P, Kalonda, e a Transuige. Concluimos que alguns projectos mineiros, tendo em conta aos seus valores avultados e sua posição estratégica para a economia angolana deveriam ser submetidos ao procedimento arbitral, isto é, por via do compromisso arbitral para salvaguardar o interesse de partes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, N. Investigação naturalista em educação: Um guia prático e crítico. Portugal: Fundação Manual Leão, V.N.Gaia

AMARAL, Jorge Augusto Pais de Direito Processual Civil, 10.º Edição, Almedina 2011.

Angola (2003). Lei 16/03 de 25 de Julho. Lei da Arbitragem Voluntária. Diário da República I Série- n.º.58 de 25 de Julho de 2003, Imprensa Nacional-EP

Angola (2012). Decreto Executivo N.º 169/12 de 11 de Maio. Estabelece o Contrato de Associação em participação para prospeção, pesquisa, e reconhecimento de depósitos secundários de diamantes entre a Endiama, e, E.P. Kalonda, e a Transuige, Diário da República, I-Série- N.-89, de 11 de Maio de 2012, Imprensa Nacional-EP.

Angola (2010), Constituição da República de Angola. Revista pela Lei 16/8/2021) –Diário Oficial da República, I Série –n.º 154 de 16 de Agosto. Luanda, Imprensa Nacional – EP Código de Processo Civil Angolano (Lei n.º 44.129, de 28 de Dezembro de 1961).

Angola (2022), Lei n.º 29/22 de 29 de Agosto. Estabelece a Organização e Funcionamento dos Tribunais da Jurisdição Comum. Diário da República, I Série – n.º163 de 29 de Agosto de 2022, Imprensa Nacional-EP

CARVALHO, J. Eduardo, Metodologia do Trabalho Científico, 2.º Edição, Escolar Editora, 2009

CIPRIANO, Felix, A Arbitragem Voluntária Como Garantia de Acesso ao Direito e ao Investimento Privado, editora Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, 2021

Comissão de Mediação e Arbitragem da OAB/MT, Castilha Mediação, Arbitragem e Câmaras Privadas, 3.º Edição, 2017

FONSECA, Pedro Aldino, O Contrato de Trabalho no Ordenamento Jurídico Angolano Antes e Depois da Nova Lei Geral do Trabalho, 1.º Edição, 2017

LIMA, Sérgio Mourão Correia, Arbitragem Aspecto Fundamentais, Editora, Companhia Editora Forense, 2008

Manual de Introdução à Arbitragem, editada pela Faculdade de Direito-Universidade de Lisboa, Ano Letivo 2018/2019-Mestrado em Direito Forense e Arbitragem.

MATEUS, Noé João, Diamante de Angola da Mina à Montra Competitividade e Gestão, editora, Lexdata, 2017

RAMOS & NARANJO, Metodologia de Investigação Científica, 1.º Edição, Escolar Editora, 2011

SAMUEL, Venâncio Makuiza, Direito Processual Civil Simplificado, Editor Michel Kanianga, Edição-Kawa Edições, Luanda-2021

Website: www.oaang.org

ARTIGO

3

A INFLUÊNCIA DO MEIO SOCIAL NA FORMAÇÃO DA PERSONALIDADE E DAS ATITUDES

Autores: Fátima Tomás Dias dos Santos Gama | fatima_tsg@hotmail.com | Instituto Superior politécnico Deolinda Rodrigues (IDERO).

Alcides Simão Sebastião | alcidessebastiao@hotmail.com | Instituto Superior politécnico Deolinda Rodrigues (IDERO).

Ivanov kapacata Fernando Cesar | ivanovcesar@hotmail.com | Instituto Superior politécnico Deolinda Rodrigues (IDERO)

RESUMO

Este estudo investigou a influência do meio social na formação da personalidade e das atitudes dos residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele em Cacucaco, com o objectivo de analisar a influência do meio social na formação da personalidade e das atitudes dos residentes. A Centralidade de Cacucaco enfrenta desafios socioeconómicos significativos, o que motivou a análise de como esses factores influenciam o desenvolvimento pessoal dos seus moradores. Os objectivos específicos foram: Medir a influência das condições económicas e sociais na formação das atitudes e personalidade dos residentes. Avaliar a qualidade das interacções familiares e comunitárias e seu impacto no desenvolvimento pessoal. Investigar o papel das instituições educacionais na formação de atitudes e personalidade.

Este estudo utilizou uma abordagem quantitativa, com uma amostra de 105 indivíduos moradores do bloco 4 da Centralidade do Sequele. Foi aplicado um questionário estruturado para recolha de dados sobre percepções pessoais em relação às condições socioeconómicas,

qualidade das interacções familiares e comunitárias, e o papel das instituições educacionais. Os resultados indicaram que a maioria dos residentes percebem uma forte influência das condições económicas nas suas atitudes e personalidade (77,1%). Além disso, a qualidade das relações familiares foi considerada positiva por uma grande maioria (86,7%), enquanto as interacções comunitárias mostraram uma divisão significativa de opiniões, com 54,3% percebendo um impacto negativo. Este estudo confirmou que as condições socioeconómicas têm uma correlação significativa com as atitudes e traços de personalidade dos residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele. Além disso, destacou a importância das relações familiares na promoção do desenvolvimento pessoal, enquanto evidenciou a necessidade de melhorar as interacções comunitárias para que estas contribuam de forma mais positiva. As recomendações incluem políticas públicas que visem melhorar as condições económicas, fortalecer os laços familiares e comunitários, e aprimorar a qualidade da educação local, visando um desenvolvimento mais equitativo e sustentável da comunidade.

Palavras-Chave: Condições socioeconómicas, Personalidade, Atitudes e Interacções familiares.

ABSTRACT

This study investigated the influence of the social environment on the formation of the personality and attitudes of residents of block 4 of Centralidade do Sequele in Cacuaco, with the aim of analyzing the influence of the social environment on the formation of the residents' personality and attitudes. The Centrality of Cacuaco faces significant socioeconomic challenges, which motivated the analysis of how these factors influence the personal development of its residents. The specific objectives were: To measure the influence of economic and social conditions on the formation of residents' attitudes and personality. Assess the quality of family and community interactions and their impact on personal development. Investigate the role of educational institutions in shaping attitudes and personality. This study used a quantitative approach, with a sample of 105 individuals living in block 4 of Sequele Centrality. A structured questionnaire was applied to collect personal perceptions regarding socioeconomic conditions, quality of family and community interactions, and

the role of educational institutions. The results indicated that the majority of residents perceive a strong influence of economic conditions on their attitudes and personality (77.1%). Furthermore, the quality of family relationships was considered positive by a large majority (86.7%), while community interactions showed a significant division of opinion, with 54.3% perceiving a negative impact. This study confirmed that socioeconomic conditions have a significant correlation with the attitudes and personality traits of residents of block 4 of Sequele Centrality. Furthermore, he highlighted the importance of family relationships in promoting personal development, while highlighting the need to improve community interactions so that they contribute in a more positive way. The recommendations include public policies that aim to improve economic conditions, strengthen family and community ties, and improve the quality of local education, aiming for more equitable and sustainable development of the community.

Keywords: Socioeconomic conditions, Personality, Attitudes and Family interactions

INTRODUÇÃO

A formação da personalidade e das atitudes dos indivíduos é um processo complexo e multifacetado, influenciado por uma série de factores biológicos, psicológicos e sociais. O meio social, em particular, desempenha um papel crucial nesse processo, moldando comportamentos, crenças e valores ao longo do tempo. No município de Cacuo, especificamente na Centralidade do Sequele, essa dinâmica se torna ainda mais interessante devido às características únicas da região, como a diversidade cultural, o desenvolvimento urbano acelerado e as disparidades socioeconómicas.

Este estudo tem como objectivo analisar a influência do meio social na formação da personalidade e das atitudes dos residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele em Cacuo. A pesquisa busca compreender como diferentes aspectos do ambiente social como a família, a educação, as interacções comunitárias e as condições económicas contribuem para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

A influência do meio social na formação da personalidade e das atitudes é um tema amplamente discutido nas ciências sociais e comportamentais. No entanto, há uma lacuna significativa na literatura específica sobre como esses factores se manifestam em contextos urbanos em desenvolvimento, como o município de Cacuo, especialmente na Centralidade do Sequele. Este bairro, caracterizado por sua diversidade cultural, rápido crescimento urbano e desigualdades socioeconómicas, oferece um cenário único para investigar como diferentes elementos do meio social podem impactar o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos. Para direccionar este estudo,

formulamos a seguinte pergunta de partida: Como o meio social influencia na formação da personalidade e das atitudes dos residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele em Cacuo?

Com base na pergunta de partida, o estudo explorará as seguintes hipóteses: **H1:** As condições socioeconómicas dos residentes da Centralidade têm uma correlação significativa com suas atitudes e traços de personalidade. **H2:** A qualidade das relações familiares e comunitárias da Centralidade tem um impacto positivo no desenvolvimento pessoal dos indivíduos.

Para afirmar, as hipóteses acima aplicou-se um questionário aos moradores do bloco 4 da Centralidade do Sequele com o objectivo de analisar a influência do meio social na formação da personalidade e das atitudes dos residentes. Sendo assim, o artigo tem como objectivos específicos: medir a influência das condições económicas e sociais na formação da personalidade e das atitudes dos residentes; avaliar a qualidade das interacções familiares e comunitárias e seu impacto no desenvolvimento pessoal bem como investigar o papel das instituições educacionais na formação da personalidade e das atitudes.

Com esses objectivos específicos, busca-se compreender a influência do meio social na formação da personalidade e das atitudes é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas e programas sociais que visem a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar da comunidade. No contexto de Cacuo, um município em constante crescimento e transformação, este estudo pode fornecer conhecimentos valiosos para gestores públicos, educadores, psicólogos e outros profissionais envolvidos no desenvolvimento social e comunitário.

Teorias sobre a Formação da Personalidade e Atitudes

A formação da personalidade e das atitudes dos indivíduos é um tema de grande interesse em psicologia e sociologia. Diversas teorias foram desenvolvidas para explicar como esses aspectos são moldados ao longo da vida, levando em consideração factores biológicos, psicológicos e sociais. A seguir, apresentamos algumas das principais teorias que abordam a formação da personalidade e das atitudes.

Teoria Psicossocial de Erik Erikson

Erik Erikson propôs a Teoria do Desenvolvimento Psicossocial, que descreve oito estágios pelos quais um indivíduo passa ao longo de sua vida. Cada estágio envolve um conflito psicossocial que deve ser resolvido para o desenvolvimento saudável da personalidade.

Por exemplo: Confiança vs. Desconfiança (0–1 ano): O bebé desenvolve confiança quando seus cuidadores são responsivos e consistentes. Identidade vs. Confusão de Papel (12–18 anos): Os adolescentes exploram diferentes papéis e identidades para desenvolver um senso coerente de si mesmos. (Erikson, 1982).

Teoria do Condicionamento Operante de B.F. Skinner

B.F. Skinner, um dos principais defensores do behaviorismo, acreditava que a personalidade e as atitudes são formadas através do condicionamento operante. De acordo com esta teoria: Reforço: Comportamentos que são seguidos por recompensas tendem a ser repetidos. Punição: Comportamentos que são seguidos por punições tendem a ser evitados. Skinner enfatizava o papel do ambiente e das experiências de vida na modelagem do comportamento (Skinner, 1974).

Teoria do Condicionamento Operante de B.F. Skinner

B.F. Skinner, um dos principais defensores do behaviorismo, acreditava que a personalidade e as atitudes são formadas através do condicionamento operante. De acordo com esta teoria: **Reforço:** Comportamentos que são seguidos por recompensas tendem a ser repetidos. **Punição:** Comportamentos que são seguidos por punições tendem a ser evitados. Skinner enfatizava o papel do ambiente e das experiências de vida na modelagem do comportamento (Skinner, 1974).

Teoria da Aprendizagem Social de Albert Bandura

Albert Bandura propôs a Teoria da Aprendizagem Social, que destaca a importância da observação e da imitação no desenvolvimento da personalidade e das atitudes. Os principais conceitos incluem: **Modelagem:** As pessoas aprendem novas atitudes e comportamentos observando outros (modelos) e imitando-os. **Auto-eficácia:** A crença de um indivíduo em sua capacidade de realizar ações específicas influencia seu comportamento e atitude (Bandura, 1977).

Teoria dos Traços de Personalidade

A Teoria dos Traços de Personalidade sugere que a personalidade é composta por vários traços que são relativamente estáveis ao longo do tempo. Um dos modelos mais conhecidos é o Modelo dos Cinco Grandes Traços (Big Five): **Abertura à Experiência:** Criatividade e curiosidade. **Conscienciosidade:** Organização e responsabilidade. **Extroversão:** Sociabilidade e assertividade. **Amabilidade:** Cooperação e simpatia. **Neuroticismo:** Tendência a experimentar emoções negativas (Costa & McCrae, 1992).

Teoria Cognitiva de Jean Piaget

Jean Piaget focou no desenvolvimento cognitivo e como ele influencia a formação da personalidade e das atitudes. O autor destacou quatro estágios principais de desenvolvimento cognitivo: Sensório-Motor (0-2 anos): Exploração do mundo através dos sentidos e acções. Pré-Operacional (2-7 anos): Desenvolvimento da linguagem e pensamento simbólico. Operacional Concreto (7-11 anos): Pensamento lógico sobre eventos concretos. Operacional Formal (12 anos em diante): Pensamento lógico abstracto (Piaget, 1998).

Teoria Ecológica de Urie Bronfenbrenner

A Teoria Ecológica de Urie Bronfenbrenner aborda a interacção entre o indivíduo e os múltiplos sistemas ambientais que influenciam o desenvolvimento: Microssistema: Família, escola, pares. Mesossistema: Interacções entre os diferentes microssistemas. Exossistema: Contextos que afectam o indivíduo indirectamente, como o trabalho dos pais. Macrossistema: Cultura, valores e normas sociais. Cronossistema: Mudanças e transições ao longo do tempo. (Bronfenbrenner, 1996).

A formação da personalidade e das atitudes é um processo complexo que envolve a interacção de múltiplos factores. As teorias apresentadas oferecem diferentes perspectivas sobre como esses factores influenciam o desenvolvimento individual. No contexto da Centralidade do Sequele, em Cacauco, é importante considerar essas diversas teorias para entender como o meio social específico da região contribui para a formação das personalidades e atitudes dos seus residentes.

A formação da personalidade e das atitudes é um campo vasto e multifacetado da psicologia. Teorias clássicas como as de Sigmund Freud e Carl Jung destacam a influência das experiências na infância e do inconsciente na formação da personalidade. Freud sugere que as primeiras interações sociais e as experiências familiares moldam a estrutura da personalidade através de mecanismos como a internalização de normas e valores. Na teoria dos traços de personalidade de Gordon Allport, a personalidade é composta por traços duradouros e estáveis, influenciados tanto pela herança genética quanto pelo ambiente social. A Teoria Social Cognitiva de Albert Bandura enfatiza o papel do aprendizado social e da observação de modelos no desenvolvimento das atitudes e comportamentos.

METODOLOGIA E RESULTADOS

Trata-se de um estudo de carácter descritivo, com abordagem quantitativa. Para a recolha de dados utilizou-se o questionário com perguntas fechadas, estruturados e aplicados aos residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele. A amostra foi seleccionada (105 indivíduos) de

forma a garantir a representatividade das diferentes faixas etárias, géneros e níveis de escolaridade e condições socioeconômicas usando a técnica de amostragem aleatória simples.Os dados recolhidos foram analisados estatisticamente para identificar padrões e correlações entre as variáveis estudadas.

Tabela 1 – Distribuição da amostra segundo as variáveis socio-demográficos

Variáveis Sociodemográficas	Frequência (n)	Percentagem (%)
Género		
Masculino	76	72,4
Feminino	29	27,6
Faixa-etária		
Menos de 20 anos	20	19,1
20 a 30 anos	26	24,8
31 a 40 anos	29	27,6
Mais de 40 anos	30	28,5
Nível Académico		
Ensino Médio	55	52,4
Frequência Universitária	32	30,5
Licenciatura	15	14,3
Mestrado	3	2,8

Fonte: Autores (2024)

Em relação às variáveis sociodemográficas, os dados do quadro acima demonstram-nos que quanto ao género 72,4% dos inquiridos são do sexo masculino e 27,6% são do sexo feminino.Quanto à faixa-etária, 28,5% dos inquiridos têm mais de 40 anos, 27,6 % têm a idade que situa entre os 31 e os 40anos, 24,8% dos residentes da Centralidade, em Cacuaco têm idade que se situa entre os 20 e os

30 anos, e 19,1 % dos inquiridos tem menos de 20 anos. Em relação ao nível académico, 52,4% dos inquiridos têm o médio concluído, 30,5 % dos inquiridos estão frequentar o ensino universitário, 14,3% dos residentes da Centralidade, em Cacuaco são licenciados e somente 2,8 % dos inquiridos têm grau de mestrado.



Os dados sociodemográficos apresentados fornecem uma visão detalhada sobre a composição da amostra de residentes da Centralidade do Sequele, e destacam algumas tendências importantes relacionadas ao género, faixa etária e nível académico. A seguir, comentamos os resultados com base nas variáveis fornecidas: A maior proporção de homens na amostra pode influenciar os resultados gerais do estudo, especialmente se houver diferenças significativas nas atitudes e personalidades baseadas no género. É importante considerar essa diferença ao interpretar os dados e ao

planejar intervenções comunitárias. A distribuição etária equilibrada sugere uma população com uma gama diversificada de experiências e necessidades. Programas e políticas devem considerar as diferentes fases da vida representadas para serem eficazes. A elevada qualificação académica dos residentes é um indicativo positivo para o desenvolvimento social e económico do bairro. Isso pode reflectir uma população bem informada, com maior capacidade de participação em processos de decisão e desenvolvimento comunitário.

Tabela 2 – Distribuição da amostra segundo as condições económicas actual influencia as suas atitudes e personalidade

Condição económica actual influencia suas atitudes e personalidade	Frequência (n)	Percentagem (%)
Concordo totalmente	81	77,1
Discordo totalmente	24	22,9
Total	105	100

Fonte: Autores (2024)

Em relação à condição económica actual influencia as atitudes e personalidade dos inquiridos, a tabela mostra que 81 indivíduos que corresponde a 77,1 % concordam totalmente que a sua condição económica actual influencia as atitudes e personalidade, enquanto 24 indivíduos inquiridos que correspondem a 22,9% discordam totalmente.

totalmente sugere que há uma diversidade de experiências e crenças entre os residentes da centralidade. Esta diversidade pode ser explorada mais a fundo para entender melhor como diferentes factores, além da condição económica, contribuem para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos nesta comunidade.

Os resultados destacam uma forte percepção da influência das condições económicas na formação das atitudes e personalidade entre a maioria dos inquiridos. No entanto, a existência de uma minoria significativa que discorda

Tabela 3 – Distribuição da amostra segundo a qualidade das suas interacções familiares tem um impacto positivo no seu desenvolvimento pessoal

A qualidade das suas interacções familiares tem um impacto positivo no seu desenvolvimento pessoal	Frequência (n)	Percentagem (%)
Concordo totalmente	91	86,7
Discordo totalmente	14	13,3
Total	105	100

Em relação à qualidade das suas interacções familiares tem um impacto positivo no seu desenvolvimento pessoal, a tabela mostra que 91 indivíduos que corresponde a 86,7 % concordam totalmente, enquanto 14 indivíduos inquiridos que correspondem a 13,3% discordam totalmente.

Os resultados indicam que a maioria dos residentes do bloco 4 da centralidade, valorizam a qualidade das interacções familiares e reconhecem seu impacto

positivo no desenvolvimento pessoal. No entanto, a existência de uma minoria que discorda sugere que há uma diversidade de experiências e percepções sobre a importância das relações familiares.

Tabela 4 – Distribuição da amostra segundo a educação recebida tem um papel significativo na formação da sua personalidade e atitudes.

A educação recebida tem um papel significativo na formação da sua personalidade e atitudes	Frequência (n)	Percentagem (%)
Concordo totalmente	61	58,1
Discordo totalmente	44	41,9
Total	105	100

Relativamente à educação recebida tem um papel significativo na formação da personalidade e das atitudes dos inquiridos, a tabela mostra que 61 indivíduos que corresponde a 58,1 % concordam totalmente, enquanto 44 indivíduos inquiridos que correspondem a 41,9 % discordam totalmente.

Os resultados indicam uma divisão perceptível na opinião dos residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele sobre o papel da educação na formação da personalidade e atitudes. Embora uma maioria relativa reconheça a importância da educação formal, uma minoria substancial acredita que outros factores têm uma influência maior.

Tabela 5 – Distribuição da amostra segundoas escolas e universidades locais contribuem positivamente para o desenvolvimento da personalidade

As escolas e universidades locais contribuem positivamente para o desenvolvimento da personalidade	Frequência (n)	Percentagem (%)
Concordo totalmente	55	52,4
Discordo totalmente	50	47,6
Total	105	100

Fonte: Autores (2024)

Relativamente as escolas e universidades locais contribuem positivamente para o desenvolvimento da personalidade dos inquiridos, a tabelamonstra que 55 indivíduos que corresponde a 52,4 % concordam totalmente, enquanto 50 indivíduos inquiridos que correspondem a 47,6 % discordam totalmente.

Os resultados indicam uma opinião diferente entre os residentes da Centralidade do Sequele sobre a eficácia das escolas e universidades locais em contribuir para o desenvolvimento da personalidade. Uma ligeira maioria reconhece a contribuição positiva dessas instituições, enquanto uma minoria significativa discorda, sugerindo que há experiências variadas e percepções diferentes sobre a qualidade e o impacto da educação local.

Tabela 6 – Distribuição da amostra segundo a avaliação da influência das interacções com a comunidade local na formação da personalidade

A avaliação da influência das interacções com a comunidade local na formação da personalidade	Frequência (n)	Percentagem (%)
Influência positiva	48	45,7
Influência negativa	57	54,3
Total	105	100

Fonte: Autores (2024)

Relativamente à avaliação da influência das interações com a comunidade local na formação da personalidade dos inquiridos, a tabela mostra que 48 indivíduos que correspondem a 45,7% disseram que influencia positivamente, enquanto 57 indivíduos inquiridos que correspondem a 54,3 % disseram que influencia negativamente. Os resultados indicam

uma opinião maioritariamente negativa entre os residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele sobre a influência das interações comunitárias na formação da personalidade. A maioria dos inquiridos acredita que essas interações têm um impacto negativo, enquanto uma parcela significativa ainda reconhece um impacto positivo.

Discussão dos resultados

No que concerne os resultados da hipótese 1 (H1). O alto percentual de indivíduos que concordam que a condição económica influencia suas atitudes e traços de personalidade (77,1%) sugerem uma forte percepção dessa relação. O teste de qui-quadrado mostrou um valor $p < 0,05$, podemos rejeitar a hipótese nula (H0) e aceitar a hipótese alternativa (H1), confirmando que as condições socioeconómicas têm uma correlação significativa com as atitudes e traços de personalidade.

Quanto aos resultados da Hipótese 2 (H2). Os dados indicam que a maioria dos indivíduos concorda que as relações familiares têm um impacto positivo no desenvolvimento pessoal (86,7%). No entanto, há uma divisão quanto à influência das interações comunitárias, com uma ligeira maioria percebendo uma influência negativa. O teste de qui-quadrado para os dados familiares mostrou um valor $p < 0,05$, podemos rejeitar a hipótese nula (H0) e aceitar a hipótese alternativa (H1), confirmando que as relações familiares têm um impacto positivo significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objectivo principal investigar a influência do meio social na formação da personalidade e das atitudes dos residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele , em Cacuaco. Os objectivos específicos incluíram medir a influência das condições económicas e sociais na formação da personalidade e atitudes, avaliar a qualidade das interacções familiares e comunitárias e seu impacto no desenvolvimento pessoal, bem como investigar o papel das instituições educacionais na formação da personalidade e atitudes.

Medir a Influência das Condições Económicas e Sociais. Os resultados revelaram que uma maioria significativa dos inquiridos (77,1%) acreditam que a condição económica actual influencia fortemente suas atitudes e personalidade. Este dado confirma a hipótese de que as condições socioeconómicas têm uma correlação significativa com as atitudes e traços de personalidade dos residentes. A percepção de que a condição económica afecta a formação pessoal destaca a importância de políticas públicas que visem melhorar as condições de vida e proporcionar maiores oportunidades económicas para a população.

Avaliar a Qualidade das Interacções Familiares e Comunitárias. Em relação às interacções familiares, uma esmagadora maioria (86,7%) dos inquiridos concordam que a qualidade das interacções familiares tem um impacto positivo no desenvolvimento pessoal. Este resultado confirma a importância das relações familiares saudáveis para o desenvolvimento equilibrado dos indivíduos. Por outro lado, a avaliação das interacções comunitárias apresentou uma divisão significativa, com 54,3% dos inquiridos, acreditando que essas interacções influenciam negativamente na formação da personalidade. Este resultado indica a necessidade de intervenções para fortalecer a coesão comunitária e promover relações mais positivas e construtivas dentro da comunidade.

Investigar o Papel das Instituições Educacionais. Quanto ao papel das instituições educacionais, os resultados mostram uma divisão quase equilibrada, com 52,4% dos inquiridos concordando que as escolas e universidades locais contribuem positivamente para o desenvolvimento da personalidade, enquanto 47,6% discordam. Esta divisão sugere que, embora as instituições educacionais sejam reconhecidas por uma parte significativa da população pelo seu papel formativo, há um número substancial de indivíduos que não percebem um impacto positivo, possivelmente devido a experiências educacionais negativas ou insuficientes. Isso aponta para a necessidade de melhorias na qualidade e acessibilidade da educação local, além de reforçar a importância das escolas e universidades no desenvolvimento integral dos indivíduos.

Os resultados deste estudo indicam que as condições socioeconómicas, as interacções familiares e comunitárias, e as instituições educacionais desempenham papéis cruciais na formação da personalidade e atitudes dos residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele, em Cacuaco. As condições económicas são vistas como um factor determinante, destacando a necessidade de políticas económicas inclusivas

e de suporte. Relações familiares positivas são essenciais para o desenvolvimento pessoal, enquanto a comunidade local precisa de maior coesão e apoio para influenciar positivamente seus membros. Finalmente, as instituições educacionais têm um papel significativo, mas que necessita de aprimoramento e fortalecimento.

Com base nos resultados e nas conclusões do estudo sobre a influência do meio social na formação da personalidade e das atitudes dos residentes do bloco 4 da Centralidade do Sequele, em Cacucaco, aqui estão algumas sugestões:

1. Implementar políticas públicas voltadas para a melhoria das condições económicas dos moradores, proporcionando oportunidades de emprego, acesso a serviços básicos e programas de desenvolvimento económico local.
2. Incentivar a criação de espaços comunitários seguros e inclusivos, como parques, centros culturais e espaços para actividades recreativas e educacionais.
3. Investir na melhoria da infra-estrutura escolar e na qualificação dos professores, visando proporcionar um ambiente educacional mais estimulante e inclusivo.
4. Estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação para acompanhar o impacto das políticas implementadas e ajustar estratégias conforme necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allport, G. W. (1937). Personality: A Psychological Interpretation. New York: Holt.

Allport, G. W. (1966). Traços de personalidade: padrões e desenvolvimento. Cultrix.

Bandura, A. (1986). Social Foundations of Thought and Action: A Social Cognitive Theory. Englewood Cliffs, NJ: Prentice–Hall.

Bandura, A. (2001). Teoria social cognitiva: conceitos básicos. Artmed.

Bronfenbrenner, U. (1996). A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. Artmed.

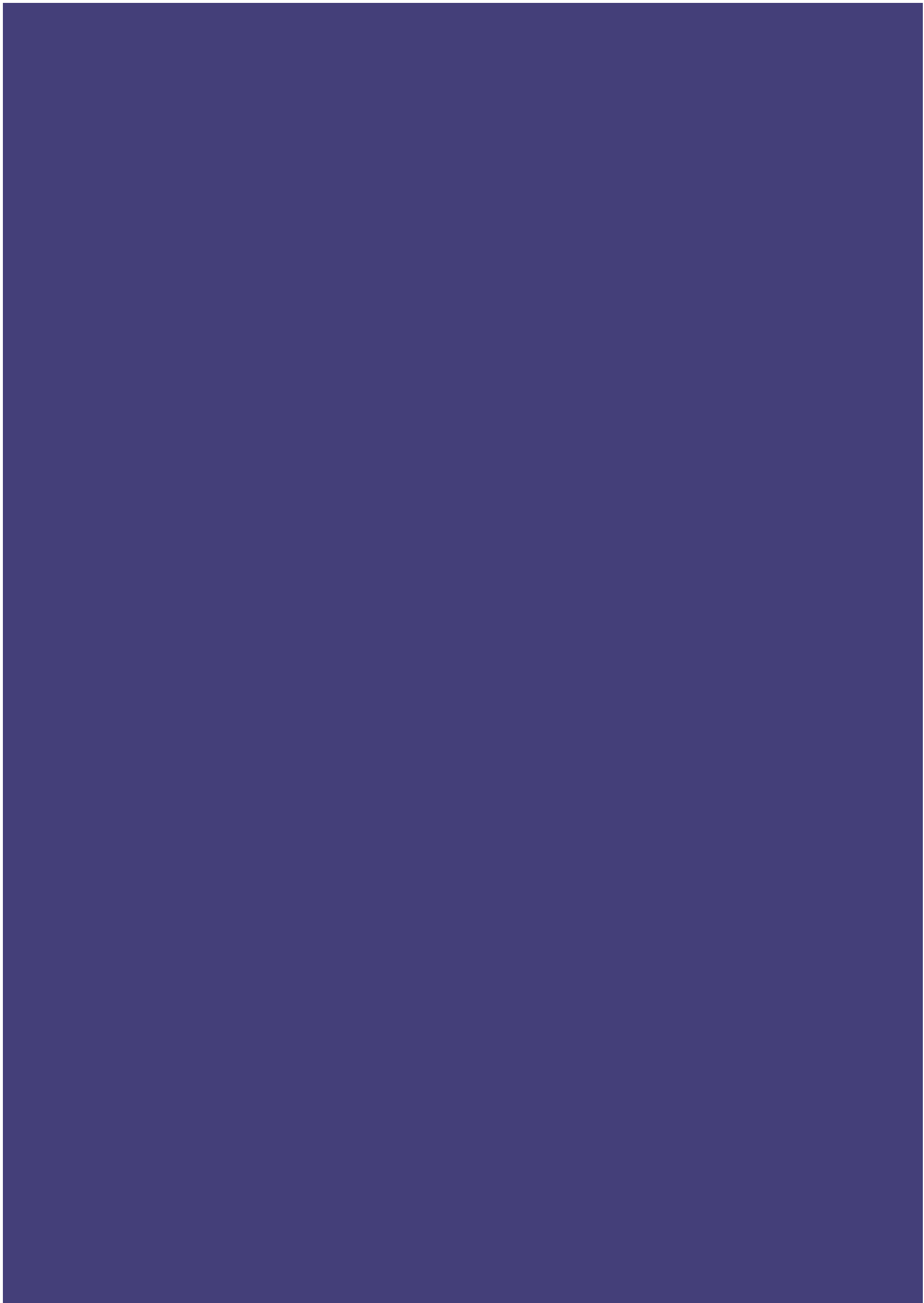
Erikson, E. H. (1998). Identidade, juventude e crise. Artes Médicas.

Freud, S. (1923). The Ego and the Id. London: Hogarth Press.

Piaget, J. (1976). A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Zahar.

Skinner, B. F. (2003). Ciência e comportamento humano. Martins Fontes.

ARTIGO
4



A INFLUÊNCIA DO SIGILO PROFISSIONAL NO SERVIÇO DE SECRETARIADO DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

Autor: Flávio Mendes Luís Mpeve | mpevemendes@gmail.com.

RESUMO

O presente artigo buscou apresentar uma abordagem sobre a influência do sigilo profissional no serviço de secretariado das organizações empresariais. O objectivo geral consiste em analisar os aspectos que podem influenciar na falta de sigilo profissional no serviço de secretariado das organizações empresariais. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica sobre presente tema, com ajuda de vários instrumentos físicos e eletrônicos que auxiliam na construção de textos e discussões técnicas pertinentes. Conclui-se que o sigilo profissional no serviço

de secretariado, é essencial para as organizações empresariais, porque visa melhorar as funções e os aspectos da profissão de secretariado, pois ela exige por parte dos secretários profissionais, princípios éticos e morais. O sigilo como fonte de decisão, transmite a sensação de tranquilidade e ajuda no crescimento do carácter dos secretários e na relevância do segredo e da conduta laboral no sector de secretariado, tornando fundamental para controlar o desempenho e características do cargo de Secretário, que obrigam do lado destes profissionais, fortes bases sobre ética porque torna-se notável como um modelo para os membros da equipe.

Palavras-Chave: Sigilo Profissional, Serviços de Secretariado, Organizações empresariais.

INTRODUÇÃO

O presente artigo diz respeito a uma investigação que foi realizada e subordina-se ao tema: a importância do sigilo profissional no serviço de secretariado das organizações empresariais. A pesquisa tem como finalidade analisar o aspecto que podem influenciar na falta de sigilo profissional no serviço de secretariado das organizações empresariais. Portanto, pretende-se saber se os profissionais de secretariado das organizações empresariais, têm sigilo ao exercerem as suas funções, visto que o sigilo pode ajudar e muito no funcionamento da instituição, bem como ajudar a instituição a preservar o seu bom nome.

Apresentamos uma revisão histórica sobre o secretariado, onde podemos ver que trata-se de uma profissão muito antiga e que temo Egipto como um dos países mais antigos, na prática desta profissão, sob o ponto de vista de vários autores conceituamos o sigilo profissional, onde podemos ver que muitos deles estão de acordo que o sigilo é não revelar informações passadas por outrem, sem a sua autorização. O “segredo ou sigilo” pode significar ocultação ou preservação de informações, as quais dizem respeito à intimidade da pessoa e, nessa condição, devem ser mantidas e preservadas de forma idónea e sem expor a identificação da pessoa que na qual confiou-nos o segredo.

Parafraseando os pesquisadores Prodanov & Freitas (2013, p. 84) sobre o problema a tratar, é questão não resolvida e que é objecto de discussão, em qualquer domínio do conhecimento. Portanto, uma questão que mostra uma situação que requer discussão, investigação, decisão ou solução no que diz respeito ao sigilo profissional. Sabe-se que a deontologia profissional joga um papel de capital importante em matérias de secretariado, pois as áreas profissionais vivem disso, requerem uma vida interna empresarial reservada das outras empresas e entidades singulares.

De maneira simplificada sobre o sigilo profissional, podemos apresentar adiante a pergunta de partida que nos servirá de guião para nossa pesquisa de campo como questão que pretenda resposta. Pois, todo o processo da mesma se desenvolve em torno de uma questão que, depois se redonda em solução. O problema que pretendemos estudar é

o seguinte: Qual é o aspecto que pode influenciar na falta de sigilo profissional no serviço de secretariado da Faculdade de Humanidades?

O objectivo geral do artigo, consiste em analisar os aspectos que podem influenciar na falta de sigilo profissional no serviço de secretariado das organizações empresariais. Já os objectivos específicos foram: Perceber as bases conceptuais de sigilo profissional, demonstrar alguns aspectos que podem influenciar na falta de sigilo profissional no serviço de secretariado da Faculdade de Humanidades.

O tema é de relevância social, académico e empresarial, porque vai nos possibilitar saber se os profissionais de secretariado têm sigilo no exercício das suas funções. E pode ajudar os profissionais de secretariado, saberem que a quebra de sigilo pode comprometer a imagem e o bom nome da instituição.

METODOLOGIA

Para o tipo de pesquisa, escolhemos o modelo bibliográfico, onde houve a necessidade de pesquisar em livros (físicos e digitais), artigos científicos indexados nas bases de dados da Revista Electrónica Academicus, fichas de apontamentos, dissertações, teses e bibliotecas do Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues (IDERO), Instituto Superior Politécnico Metropolitano de Angola (IMETRO) e da Universidade Gregório Semedo (UGS), o que nos possibilitou estruturar a revisão bibliográfica. No presente artigo, serão utilizados apenas obras publicadas no período de 2006 a 2023. As palavras-chave utilizadas no processo de pesquisa serão: sigilo, profissional, serviços de secretariado e organizações empresariais.

RESULTADO E DISCUSSÃO

CONCEITO SIGILO PROFISSIONAL E SUA INFLUÊNCIA NO SERVIÇO DE SECRETARIADO DAS ORGANIZAÇÕES EMPRESARIAIS

Antes de aprofundarmos o assunto proposto para este artigo, vamos apresentar o histórico e algumas definições de alguns termos para que tenhamos algum conceito que vá nos servir de base para a compreensão dos nossos resultados.

Subentendemos que para abordar sobre Sigilo é necessário conhecermos a sua origem. Sendo assim, segundo Sampaio e Rodrigues (2014, p.88), este termo “tem origem do latim sigillum, que significa selo ou segredo”.

Ainda sobre a origem deste termo, Freitas GF et al (2010), citados por Valadares e Abrão (2015, 11), concordam com ideia anterior acrescentando mais informações. Segundo estes autores, “segredo ou sigilo vem do latim sigillum, significando sinal, sinete, selo, segredo. O qual cabe o sinônimo latino de secretum, que quer dizer reservado, escondido”.

Os autores Viana, Santos & Oliveira (2020, p. 2) afirmaram que “a palavra sigilo também se origina no latim, sigillum. Marca pequena, sinalzinho, objeto de relevo, selo. Exprime algo que deve ser protegido. O sigilo relaciona-se ao estabelecimento de relação técnica e formal, tendo em vista que a/o assistente social estabelece uma relação profissional com as/os usuárias/os, e não relação de amizade e informalidade, embora estabeleça vínculo de confiança, proximidade com as/os usuárias/os”.

A enciclopédia livre Wikipédia (2011), citado por Almeida (2011, p.16), nos diz que “durante o século XX o sigilo profissional começa a enquadrar-se na esfera jurídica e apoiar-se no direito do cidadão e não mais apenas como dever do profissional”.

Actualmente, segundo Reis, Oliveira & Silva (2021, p.10), “na maioria das empresas, os Códigos de Ética incluem cláusulas sobre o sigilo profissional, pois, muitas precisam assegurar-se por causa do tipo de produto fornecido para a sociedade em geral”.

Como se percebe, todos os autores que aqui apresentamos possuem a mesma ideia sobre a origem e significado do termo. Este assunto já possui legislação própria; daí a compreensão do porquê que grande parte das organizações criam mecanismos que obrigam quer os mais antigos, quer os recém-contratados a responsabilizarem-se pelo segredo da informação por conta da qualidade que se pretende apresentar ao público.

Os autores Reis, Oliveira & Silva (2021, p.6), nos apresentaram alguns conceitos sobre Secretário-Executivo:

O profissional diplomado por Curso Superior de Secretariado, legalmente reconhecido, ou diplomado no exterior por Curso Superior de Secretariado, cujo diploma seja revalidado na forma da lei; b) portador de qualquer diploma de nível superior que tenha comprovado, através de declarações de empregadores, o exercício efetivo, durante pelo menos trinta e seis meses.

A deontologia profissional, para França (2008, p.431), “é o conjunto de regras éticas e jurídicas pelas quais um determinado profissional deve pautar o seu comportamento”.

O sigilo profissional, na opinião de Sampaio & Rodrigues (2014, p.88), é a “guarda de informações obtidas em razão do exercício profissional, de tudo aquilo que lhe foi confiado como sigilo, ou o que veio a ser conhecido devido seu estatuto profissional”.

A ética, de acordo com Moraes (2006, p. 59), ela pode ser definida como o “conjunto de princípios que regem a conduta funcional dentro da profissão”.

Diante destes conceitos torna-se claro para qualquer indivíduo que presta serviços de secretariado a necessidade de se ter sempre em consideração que nele, a ética, o sigilo e a deontologia profissional são, para para a instituição em que trabalham, aspectos importantes de se ter sempre em conta.

Para Marcondes (2020, p.12), “segredo e sigilo profissional apresentam-se como sinônimos, conforme definição do Dicionário Aurélio: “Sigilo profissional – dever ético que impede a revelação de assuntos confidenciais ligados à profissão; segredo profissional”.

Na opinião de Moraes (2006, p.76), “são objecto de segredo não só as informações transmitidas, mas também todos os dados

obtidos em contexto de trabalho”.

Por outras palavras, o segredo faz referência a confidencialidade dos dados passados, tal como todas as informações conseguidas no ambiente laboral; o sigilo profissional, por sua vez, procura certificar-se da segurança dos ficheiros ou de seu local embora, ambos os termos possuam a mesma significação.

Diante destas ideias e de acordo com Marcondes (2020, p.12), “podemos dizer que a diferença entre segredo e sigilo profissional é nenhuma, ou seja, são sinônimos, tem os mesmos significados. Referem-se ao dever ético de um profissional que impede a revelação de assuntos confidenciais ligados à profissão”.

De acordo com Marcondes (2020, p.13), “para as empresas, possuir em seu quadro empregados éticos e preocupados com o sigilo profissional é importante até mesmo para a sua reputação no mercado”.

Segundo Moraes (2006, p.74), “a vida íntima de cada pessoa deve ser objecto de reserva e guardada em confiança, pela atenção à privacidade de cada pessoa e garantia do segredo profissional. O cuidado e o segredo profissional são o garante do direito e da necessidade de privacidade”.

Depreende-se que, para as organizações, ter no seu grupo funcionários educados e alarmados com o segredo laboral é

relevante até mesmo para a sua imagem em face à concorrência por representarem a certeza da dignidade e do desejo de sigilo.

Na opinião de Ourives (2006, p.251), “a privacidade como condição de autonomia, faculta um sentimento de segurança e favorece o desenvolvimento da personalidade individual”. Para Reis, Oliveira & Silva (2021, p.4), “a importância do sigilo e ética profissional na área do secretariado, é imprescindível para dominar as funções e aspectos da profissão de Secretariado, que exigem por parte dos secretários, sólidos princípios éticos”.

Marcondes (2020, p.32), acrescenta também que “o mesmo é válido para o profissional que opta por tomar atitudes éticas no ambiente de trabalho, pois passa a ser visto como um exemplo pelos colegas de trabalho”.

Por outras palavras, o sigilo como fonte de decisão, transmite a sensação de tranquilidade e ajuda no crescimento do carácter pessoal e na relevância do segredo e da conduta laboral no sector do secretariado, tornando fundamental para controlar o desempenho e características do cargo de Secretário, que obrigam do lado destes profissionais, fortes bases sobre ética porque torna-se notável como um modelo para os membros da equipe.

É, para nós, de extrema importância que constatem os pareceres que a lei ou legislação angolana apresentam sobre a temática à que nos propusemos abordar por este constituir um assunto que carece de um certo cuidado na sua abordagem.

De acordo com a Lei n.º 38/20 do Código Penal Angolano, publicado em diário da república, no CAPÍTULO VIII dos Crimes Contra a Reserva da Vida Privada, no seu ARTIGO 232.º sobre a Violação de segredo, nos diz que:

1. Quem revelar ou se aproveitar de segredo alheio de que tenha tomado conhecimento em razão do seu ofício, emprego, profissão, arte ou situação em que se encontrar é punido com pena de prisão até 1 ano ou com a de multa até 120 dias.

2. Se do facto descrito no número anterior resultar prejuízo para qualquer pessoa, a pena é a de prisão até 18 meses ou a de multa até 180 dias.

Por sua vez, o ARTIGO 233.º que fala sobre violação de sigilo profissional imposto por lei, nos diz que “quem, em violação da sua obrigação de sigilo ou reserva profissional, imposta por lei divulgar segredo de outra pessoa é punido com pena de prisão de 6 meses a 3 anos ou com a de multa de 60 a 360 dias”.

A mesma lei, no seu ARTIGO 234.º sobre agravamento, diz que “as penas estabelecidas nos artigos 230.º a 233.º são

agravadas em um terço nos seus limites mínimo e máximo, se o facto for praticado com intenção de obter recompensa para o agente ou para outra pessoa ou de prejudicar alguém”.

No CAPÍTULO IV sobre os Crimes Cometidos no Exercício de Funções Públicas e em Prejuízo de Funções Públicas, consta no seu ARTIGO 375.º sobre Violação de segredo por funcionário que:

- 1. O funcionário ou pessoa especialmente obrigada à prestação de serviço público que, consciente de que põe em perigo o interesse público ou o de terceiro ou com a intenção de obter para si ou para outra pessoa um benefício, revelar segredo que lhe tenha sido confiado ou de que tenha tomado conhecimento no exercício do seu cargo ou função é punido com pena de prisão de 1 a 5 anos.*
- 2. Em caso de negligência, a pena é de prisão até 1 ano ou de multa até 120 dias.*
- 3. O procedimento criminal depende de participação da entidade responsável pelo serviço ou de queixa do ofendido.*

A lei geral do trabalho de Angola, na sua subsecção II, que versa sobre despedimento disciplinar, no seu Artigo 225º sobre Justa causa, é-nos apresentado algumas infracções disciplinares que se constituem graves por parte do trabalhador para despedimento disciplinar. Na alínea h) aponta também a “quebra do sigilo profissional ou de segredos da produção e outros caso de deslealdade, de que resultem prejuízos graves para a empresa”.

A mesma lei, aponta no seu Artigo 46.º sobre os Deveres do trabalhador, que um deles é, de acordo com a sua alínea h) “Guarda sigilo profissional, não divulgando informações sobre a organização, métodos e técnicas de produção, negócios do empregador, guardar lealdade, não negociando ou trabalhando por conta própria ou por conta alheia em concorrência com a empresa”.

Como se pode ver, é imperioso que todo e qualquer trabalhador dê primazia ao sigilo, quer profissional ou não, por conta das sanções que a lei apresenta e que podemos estar expostos em face à quebra do segredo.

Existe uma certa necessidade por parte da direção de inúmeras instituições em ter no seu quadro de pessoal funcionários capazes de manter em segredo ou sigilo informações que podem comprometer a imagem destas e o estatuto que elas possuem perante as outras. Segundo França (2008, p.472), “há infração por quebra de sigilo, quando esta se faz de forma intencional, ou seja, com a presença de dolo, sendo as mais diversas formas utilizadas para esta quebra como: forma oral, escrita, por meio da imprensa, entre outros”.

Na opinião de Przenyczka, Lacerda & Chamma (2011, p.147), “o sigilo pode ser quebrado se o crime é de ação pública que não dependa de representação, ou seja, aquela que não necessita da reclamação da vítima”.

Por outras palavras, não existe apenas crime por quebra de segredo quando esta ocorre de modo propositado mas, ela também pode ocorrer quando não há manifestação do lesado.

Para Reis, Oliveira & Silva (2021, p.12):

“o sigilo como um dever em razão do exercício da profissão é estipulado por meio do Código de Ética, é confiado a um profissional, sendo previsto e regulamentado. A quebra do sigilo pode ser muito prejudicial para a empresa, mas pode afetar e influenciar pessimamente, na vida profissional da secretária que deixa de cumprir com o Código de Ética”.

Para Marcondes (2020, p.21), “para ser considerada quebra de sigilo, as informações divulgadas somente podem ter sido obtidas através da função ou ofício que o profissional possui, onde o acesso a informação é concedido por necessidade e confiança”.

Isto significa que a quebra do segredo pode configurar-se como danosa para a organização e pode interferir e induzir negativamente na vida laboral do funcionário que interrompe a

obediência da linha de conduta mas, para que assim seja subentendida, os dados expostos apenas devem ser adquiridas por intermédio do cargo ou tarefa que o funcionário tem, sendo o acesso aos dados passados por conta das tarefas que o cargo exige.

De acordo com Reis, Oliveira & Silva (2021, p.12), “a quebra de sigilo só pode ser considerada se as informações expostas forem adquiridas por meio do exercício da função”. Na visão de França (2008, p.472):

“para se caracterizar a quebra de sigilo profissional é necessário o preenchimento de alguns requisitos: existência de um segredo, o qual sua revelação pode trazer dano; conhecimento desse segredo em razão e função, ofício, ministério ou profissão; ausência de motivos relevantes; possibilidade de dano a outrem, não sendo necessário que esse dano se concretize e a existência de dolo obrigatoriamente”.

Depreende-se que o rompimento do segredo profissional é assim subentendido se os dados divulgados forem acessados no decorrer do desempenho do cargo e se existe um que se tenha conhecimento por parte do profissional de secretariado mas, ainda que os danos não aconteçam, o sigilo pode ser rompido se o delito for de importância pública e não carece de testemunhas.

Torna-se necessário existir penalização por quebra de sigilo profissional por conta das inúmeras informações que devem permanecer no ceio dos funcionários de uma determinada instituição. Segundo a ACIAB (2018, s.p.), “existem várias

áreas de atividade laboral nas quais o sigilo profissional é um elemento constante. Quais as consequências da quebra do sigilo profissional? Da psicologia à medicina, passando pelos serviços jurídicos, são imensas as áreas em que a quebra do sigilo profissional não pode acontecer”.

Na opinião de Reis, Oliveira & Silva (2021, p.12), “se for quebrado o sigilo e dentro do contrato de trabalho, houver a cláusula de «sigilo ou confidencialidade», que obriga o empregado a não expor ou divulgar informações e dados para terceiros, é proporcionada para o empregador a presunção relativa de dano, a ser tomado uma providência”.

Isto significa que são inúmeras as secções em que a quebra do segredo laboral não pode ocorrer e, por conta deste facto, na eventualidade de se romper o sigilo e existir no contrato de trabalho um ponto ou parágrafo, que exige o funcionário a não apresentar ou exhibir conhecimentos e arquivos para desconhecidos, é dado à instituição a dedução própria de prejuízo e decidir o que fazer.

Na visão de Nunes, Amaral e Gonçalves, (2005, p. 118), “recorrer a aconselhamento previamente à decisão de divulgar ou não a informação, realçando-se que, mesmo face a um possível aconselhamento no sentido de poder ser quebrado o sigilo, é ao próprio que compete a decisão final, a assunção do acto e das respectivas consequências”.

Novamente de acordo com a ACIAB (2018, s.p.), “as consequências de uma quebra de sigilo profissional podem ser, à luz da legislação laboral, encaradas da mesma forma do que qualquer outro aspeto vigente no contrato que é quebrado por uma das partes”.

Os autores Reis, Oliveira & Silva (2021, p.12), acrescentam também que “a quebra do sigilo pode ser muito prejudicial para a empresa, mas pode afetar e influenciar pessimamente, na vida profissional da secretária que deixa de cumprir com o Código de Ética”.

Por outras palavras, o rompimento do segredo pode constituir um prejuízo para a instituição, mas pode atingir e conduzir negativamente o historial curricular do funcionário que parou de obedecer o Código de Ética embora, os danos de uma quebra do segredo podem ser, de acordo com a lei geral do trabalho, subentendidas do mesmo modo que qualquer outro ponto

existente no contrato que é rompido por um dos lados.

O sigilo profissional no serviço de secretariado, tem influenciado de forma positiva as organizações empresarias, quando são bem administradas pelos profissionais de secretariado e de forma negativa quando são mal administradas, visto que as empresas são constituídas por pessoas, que se relacionam constantemente com intuito de alcançar diversos objectivos. A falta de sigilo profissional, pode não só comprometer as pessoas envolvida no processo, mais também a própria organização empresarial.

Acredita-se que a profissão de secretariado surgiu a partir do trabalho feito pelos Escribas, no Egipto antigo, que conheciam a leitura e a escrita, o que era muito raro, pois, somente alguns homens tinham acesso a este tipo de trabalho, e que tinham como principal objectivo a escrita de ordens, comunicados, e registro dos acontecimentos, em pergaminhos, e também, a organização destes materiais, em uma espécie de arquivo (dos Reis, de Oliveira & Silva 2021, p. 5).

Rovere&Correa (2015, p. 6), dizem que:

“a profissão de Secretariado Executivo teve sua origem no Egito Antigo quando surgiram os profissionais especializados em registrar as conquistas de guerra antes depois das batalhas, estes eram denominados escribas. Eles tinham o privilégio da escrita e da leitura, faziam arquivamento de pergaminhos, redigiam leis, dentre outras actividades, o que se assemelhava à tarefa de assessoria.

Conforme Casimiro (1998) “o Secretário deve ter-se originado no Egito há 500a.C., com funções pouco definidas”. No entanto, o termo “secretária” somente foi oficializado em 1935, pois além das tarefas mecanicistas passou-se a anotar recados, receber e efectuar ligações telefónicas (Rovere&Correa 2015, p. 6).

Por muitos anos, a profissão de assessor, foi exercida por pessoas do sexo masculino, mas, por causa da Revolução Industrial, houve a necessidade da inserção da mão-de-obra feminina nas empresas, e durante o período das duas Guerras Mundiais, o cargo de secretário tomou outra dimensão, pois o mercado de trabalho abriu suas portas à mão-de-obra feminina, principalmente na Europa e nos Estados Unidos em decorrência da necessidade do envio dos homens para os campos de batalhas (Reis, Oliveira & Silva 2021, p. 5).

Com o passar do tempo a profissão de Secretariado Executivo, passou a conhecer uma enorme evolução e transformação, o secretário passou a ter mais visibilidade e expressão dentro da organização.

Ainda de acordo com Rovere&Correa(2015, p. 9), as mudanças são significativas e fizeram com que o profissional se afastasse dos velhos estereótipos, começando a assumir vida própria dentro das organizações, revelando competências até então

desconhecidas, ou seja, o profissional de secretariado executivo mudou sua imagem nas organizações ao deixar de ser um mero elemento de apoio, passando a executar tarefas mais criativas e complexas, com capacidades de opinar, decidir e interagir com os outros sectores dentro da organização, visto que seu trabalho influencia directamente nos resultados.

O profissional de secretariado com sua capacidade de actuar nos diferentes sectores da empresa, é um dos maiores depositários de informações sigilosas. Cabe a ele garantir esse direito, em relação a cada pessoa que se relaciona com a empresa, e de certa forma criar, para a organização, a imagem de integridade que, entre outros aspectos, supõe transparência e discrição (Whitaker & Cavalcanti 2010, p. 10).

Para Albernaz (1989) A actuação do profissional de Secretariado Executivo “vem sendo vista como a de um assessor, gestor e consultor. Portanto, está enquadrada no grupo que prevê um profissional, com uma formação eclética, considerado de nível intelectual adequado ao perfil do profissional exigido pelo mercado” (Maróco, 2011, p.76).

Assim na abordagem sobre a profissão do secretário, procuramos realçar a evolução histórica desta profissão; neste outro ponto vamos olhar para o mesmo assunto mas, sob uma perspectiva actual.

As organizações contemporâneas, esperam dos profissionais de Secretariado

Executivo a consciência de seus deveres, dedicação ao trabalho, equilíbrio emocional para desempenhar suas actividades, que sejam dignos de confiança, que saibam delegar actividades e que tenham habilidades para trabalhar em equipas, ou seja, a expectativa das organizações é de que a actuação desse profissional atenda as demandas organizacionais numa dimensão mais ampla (Hill e Hill, 2012, p. 56).

O propósito profissional está ligado ao seu desenvolvimento pessoal. Solidificar-se-á não só de acordo com a postura por ela adoptada, como também, a forma como investe na carreira. Seu objetivo é realizar um trabalho com qualidade, que satisfaça à sua personalidade, seus objetivos e seus anseios (Zinkemer, 1999, p. 90).

Todas as tarefas por ela desenvolvidas estão ligadas ao raciocínio, à inteligência, à percepção, para tomada de atitudes e decisões, para um desenvolvimento de trabalho eficaz, com responsabilidade, qualidade, no trato com as pessoas de todos os níveis sociais e hierárquicos. Desse modo, é necessária a intelectualidade no seu desempenho profissional (Bourasseau, 1999, p. 33).

A secretária que está permanentemente ligada na atualidade, que busca através da educação, do conhecimento, de cursos, de palestras aprimorar-se, aperfeiçoando o seu desenvolvimento, obterá sucesso na profissão, e os seus propósitos profissionais serão alcançados com maior eficácia (Carvalho, 2001, p. 87).

Em época de globalização, não se pode dizer que um profissional deva ser tão-somente especialista ou mais generalista. Ele deve possuir características positivas de ambas as posições. Todo profissional deve conhecer sua área em detalhes,

ser especialista, mas deverá entender as conexões entre todas as áreas, ser um generalista para decidir com eficiência entre soluções de problemas que envolvem mais de uma área. Ele deve ter o poder de abstracção e ser flexível (Medeiros, 1995, p. 50).

O novo profissional é aquele que se preocupa em acompanhar o mercado de trabalho, planeia sua carreira passo a passo, actualizando-se sempre e buscando qualidade de vida. Deve ter vida saudável, com relativo espaço para o lazer e a cultura geral, além do equilíbrio entre mente e corpo (Veigas, 2007, p. 65).

Ele deve ser uma pessoa responsável pelo próprio desenvolvimento. Ser extremamente activo, questionador, e deve não aceitar passivamente nenhuma atitude imposta, procurando sempre expressar suas opiniões de forma clara (Zinkemer, 1999, p. 90).

A secretária actual vem procurando estabelecer o fortalecimento dos elos do trabalho de equipe. Não se compromete apenas na veracidade e exactidão das informações que ela busca e fornece, como também, com a qualidade no atendimento ao seu público interno e externo. O Seu trabalho é desenvolvido através do estabelecimento de metas, para que sejam alcançados os objectivos propostos por sua organização. Ela, está sempre preparada para internalizar mudanças repentinas e inovações tecnológicas em grande escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o propósito de alcançar uma ideia mais clara sobre sigilo profissional no serviço de secretariado, é preciso destacar os principais pontos que se relacionam com o estudo que realizamos. Para tal, na discussão do nosso estudo, levamos em consideração que este assunto é de grande importância, principalmente, nas instituições públicas angolanas.

Assim o sigilo profissional no serviço de Secretariado das organizações empresariais públicas e privadas influencia de forma positiva, pois o seu compromisso implica o trabalhador a manter e a não divulgar a terceiros, qualquer informação essencial para operações da empresa.

Hoje é importante perceber que o profissional de secretariado desempenha diversas tarefas ou actividades em uma organização empresarial. Muito além da imagem que só atende telefones, agenda reuniões e organiza as actividades dos administradores, hoje em dia, o técnico de secretariado assume mais compromisso e suas responsabilidades estão bem distantes dos sérvios burocrático e de rotinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Almeida, S. M. (2011). O sigilo profissional no contexto da estratégia saúde da família. Universidade federal de minas gerais. Curso de especialização em atenção básica em saúde da família. Governador Valadares/Minas Gerais.

Bourasseau, D. (1999). Secretária hoje assistente amanhã. Portugal: Cetop, I/D.

Carvalho, A. (2001). Manual do Secretariado executivo, (8ª ed.). São Paulo. Editora: D'livros.

Ceneviva, W. (1996). Segredos profissionais. São Paulo: Malheiros Editores.

Reis, C. O.; Oliveira E. A. N. & Silva M. S. (2021) Sigilo profissional, na área de secretariado.

França, G. V. (2008). Medicina legal. (8ª ed.), Guanabara Koogan

Gil, A. C. (2008) Métodos e técnicas de pesquisa social (6ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.

Hill, M. A. & Hill, A. (2012). Investigação por questionário. Lisboa: Silabo.

<http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/23047>

<https://www.e-konomista.pt/quebra-do-sigilo-profissional/>

<https://www.scielo.br/lj/sssoc/a/3cBSk3BSWnWgzXYPzPL8j3r/?lang=pt&format=pdf>

Marcondes, J. S. (06 de novembro de 2020). Segredo e Sigilo Profissional: O que é? Diferença, Quebra Sigilo. Disponível em Blog Gestão de Segurança Privada: <https://gestaodesegurancaprivada.com.br/segredo-e-sigilo-profissional-o-que-e-diferenca/> - Acessado em 16 de março de 2023.

Morais, A. M. M. (2006). Segredo profissional. Faculdade De Medicina Da Universidade Do Porto – Serviço De Bioética E Ética Médica.

Aurélio. P (2006). Novo Dicionário. versão 5.0; edição revisada e atualizada: Dicionário eletrônico. Curitiba: Positivo; Cd-rom.

Nunes, L.; Amaral, M. & Gonçalves, R. (coordenação) (2005). Código Deontológico do Enfermeiro: dos comentários à análise de casos, Edição: Ordem dos Enfermeiros.

Ourives, A. (2006). Confidencialidade e Privacidade in: Neves, M. C. P.; Pacheco, S. (coord.). Para uma ética da enfermagem, Coimbra, Gráfica de Coimbra.

Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). Metodologia do trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico (2ª ed.). Rio Grande do Sul – Brasil: Universidade Feevale.

Przenyczka, R. A., Lacerda, M. R. & Chamma, R. C. (2011). Sigilo profissional: quando revelar? in *Enfermagem em Foco*.

Rovere, A. S. D & Correa P. S. (2015) O perfil do profissional de secretariado executivo: competências em decorrência da globalização.

Sampaio, S. S. & Rodrigues, F. W. (2014). Ética e sigilo profissional in: *Serviço Social*, São Paulo, n. 117, pp. 84–93, jan./mar.

Valadares, A. B. R. & Abrão, K. E. P. (2015). Sigilo profissional e valores éticos na prática de enfermagem. Universidade Católica de Brasília–UCB. Brasília–DF.

Veigas, R. (2007). Guia de Secretariado: técnicas e comportamentos. São Paulo. Editora: Erica.

Viana, B. V.; Santos, J. Z. & Oliveira, T. C. (2020). Sigilo, material técnico e material técnico sigiloso. CRESS PR/Seccional de Londrina.

Whitaker, M. C. & Cavalcanti, T. N. (2010) Ética e sigilo na empresa e os profissionais de secretariado.

Zinkemer, B. (1999). Secretária eficiente. São Paulo. Editora: Nóbél.

ARTIGO

5

COMPREENSÃO DAS DESIGUALDADES SOCIAIS: QUESTÕES DE CLASSE, RACIAIS E DE GÉNERO NO CAMPO EDUCATIVO E NOS ESTUDOS DE INFÂNCIA EM ANGOLA.

Autores: Rosalina Malesso Ferreira Lambo Chimuco | rosalinalambo@yahoo.com | Mestre em Comunicação Política pelo ISCTE e doutoranda em Educação pela Universidade Lusófona de Lisboa.

Moisés Messele Cupenala | mcupenala2019@gmail.com | Licenciado em Ensino da Geografia e mestrando em Ciências da Educação, na especialidade de Educação e Conservação da Natureza no ISCED-Huambo.

RESUMO

Este artigo é parte de um trabalho investigativo cujo objectivo foi a percepção das desigualdades sociais no género e no campo educativo em Angola, a fim de se compreender as desigualdades raciais e o direito a escolaridade em todos os géneros nos primeiros anos. As desigualdades sociais podem ser vistas na distribuição ou no acesso a um determinado bem. Vivemos numa sociedade, aqui destacando a sociedade angolana em que talentos e potencialidades não faltam, porém, os entraves surgem no momento em que pessoas com capacidades e habilidades tentam demonstrar e muitas vezes sem sucesso fruto do contexto e realidade que lhes são impostas, verificando-se assim as oportunidades a caírem por terra chegando a ponto de estas pessoas desistirem. Neste artigo demonstraremos que muitas vezes o facto de se pertencer

a uma classe social baixa serve de obstáculo na visibilidade e encontro de oportunidade por parte de vários grupos sociais. Existem também classes ou grupos privilegiados e que com os seus dons ou talentos e, por pertencerem às famílias de classes sociais altas estão inseridas a grupos raciais com maiores vantagens e isto pode ser verificado neste trabalho, grupos sociais com maior visibilidade e talentos podem demonstrar em qualquer parte da sociedade o quanto podem e fazem. Estudos sobre o tema em questão é necessário para melhor compreensão e reflexão para a desconstrução da prática preconceituosa das diferenças raciais na infância. Neste estudo recorreremos a uma metodologia quantitativa, revisão bibliográfica de livros e artigos que tratam sobre as desigualdades raciais.

Palavras-Chave: Percepção, desigualdades sociais, questões de classe raciais, género.

ABSTRACT

This article is part of an investigative work, which aims was to understand the perception of social inequalities in gender and in the educational field in Angola, in order to understand racial inequalities and the

right to schooling in all genders in the first years of schooling. Social inequalities can be seen in the distribution or access to a particular good. We live in a society, here particularize the Angolan in which talents and potentialities are not lacking, however, the obstacles arise at the moment when people with such capacities and abilities

try to demonstrate and often without success fruit of the context and reality that are imposed on them and we verify that opportunities fall to the ground reaching the point of these people give up. In this article, we will demonstrate that often the fact of belonging to a low social class serves as an obstacle in the visibility and encounter of opportunity on the part of various social groups. There are privileged classes or groups and that with their gifts or talents and because they belong to the families of high social classes are inserted

into racial groups with greater advantages and this can be verified in this work, social groups with greater visibility and talents can demonstrate in any part of society how much they can and do. Studies on the subject in question is necessary to understanding and reflection for the deconstruction of the prejudiced practice of racial differences in childhood. In this study, we used a qualitative methodology, bibliographic review of books and articles that deal with racial inequalities.

Keywords: Perception, social inequalities, racial class issues, gender.

INTRODUÇÃO

O trabalho que nos propusemos, procura abordar a Compreensão das desigualdades sociais: questões de classe, raciais, de género no campo educativo e nos estudos de infância. É frequente nos estudos das ciências sociais nos depararmos com o termo de desigualdade social, estes estudos não se caracterizam somente em ciências sociais, mas também se encontram em outras áreas do saber. No dia-a-dia é habitual ouvirmos esses termos de desigualdade social, classe racial e género racial em diversos grupos de indivíduos, muitos deles, procuram se desfazer desse tipo de linguagem com objectivo de unificarem as pessoas e retirar as divisões de classes que se têm verificado em várias áreas da sociedade. Por outra, no ramo mediático nos discursos políticos verifica-se o apelo para se minimizar ou acabar com as desigualdades sociais, apelar ao direito de escolarização para todas as classes e principalmente nas classes iniciais.

Segundo Machado (2015) “As desigualdades sociais são diferenças sistemáticas e persistentes de acesso a bens, recursos e oportunidades, que se estabelecem entre pessoas, grupos sociais ou mesmo populações inteiras”. Neste contexto, existem pessoas ou grupos de indivíduos com talentos, capacidades e desempenhos, destacados, mas infelizmente não têm como exibir ou mostrar seu potencial por falta de oportunidades, ou por pertencerem a famílias de baixo nível social.

Por outra, na mesma linha de pensamento, pode-se afirmar que há pessoas ou grupos privilegiados com os seus dons ou talentos, e por pertencerem as famílias de classes sociais altas estão inseridas a grupos raciais com maiores vantagens e, conseqüentemente conseguem mostrar os seus talentos para qualquer parte da sociedade, eis a razão da desigualdade social e as classes raciais.

Neste contexto Barata (2009) citado por Pitombeira & Oliveira (2020, p.1703) reforça a questão das desigualdades sociais e afirmam que é de grande importância compreender como as desigualdades presentes na organização social de cada sociedade são refletidas no estado de saúde da população, assim como no acesso dos serviços de saúde existentes.

Um exemplo que nos leva a perceber com mais profundidade sobre as

desigualdades sociais são as notas adquiridas por estudantes durante os testes de admissão nas escolas, analisemos o caso das notas que variam de (0) zero à (20) vinte valores. Notas essas que o teto máximo é de 20 valores e o mínimo é zero, aí consoante a hierarquização pode gerar-se desigualdades e fechar oportunidades de ingressar em uma escola ao nível superior para aqueles que aspiram este escalão.

ORIGEM DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

As desigualdades sociais surgem da diferenciação existente em vários grupos em função das disparidades económicas e muitas vezes culturais.

Lopes (2017, p.19) clarifica que:

“O sistema educativo não pode situar-se numa posição de indiferença face as desigualdades e afastar-se dos problemas que se encontram nas suas próprias entranhas, antes pelo contrário, necessita de focalizar-se nos seus problemas internos, contando com o apoio da comunidade em que a escola está inserida”.

Nos dias de hoje nota-se em Angola que muitas crianças encontram-se fora do processo de ensino por causa da adaptação linguística, muitas delas têm o umbundo como língua materna e na escola encontram o português como segunda língua, as crianças sentem-se excluídas socialmente e muitas abandonam o ensino logo nos primeiros anos de escolarização, para as jovens meninas, não fogem regra no sul de Angola para muitas famílias o casamento e a gravidez é sinónimo de riqueza, nesse caso, as meninas estão preparadas para o casamento aos 12 anos de idade, por isso é que notamos em Angola o género

feminino com maior debilidade no que tange a nível de escolarização na infância.

De acordo com Barros et.al (2011) pode-se perceber que esta situação constitui um problema. Apesar de ser impossível inverter o problema, a sua mitigação é um imperativo pois a ausência de estratégias para o efeito continuaremos a verificar níveis alarmantes de limitações para as pessoas do ponto de vista sócio-económico e não só.

Assim, mitigar as desigualdades sociais é importante e pode promover a coesão social, a saúde e bem-

estar, desenvolvimento económico, sustentabilidade e consequentemente reduzir os níveis de conflitos e violência nas sociedades em particular em Angola, criando sociedades mais equitativas e justas que é o tipo de sociedade que tanto se almeja. Daí que esta sociedade deve ser tratada e encarada como um sistema de tal forma que qualquer alteração sobre um de seus integrantes afectará todo o sistema.

Debates em torno da problemática relacionada com as desigualdades sociais não é recente, como não é também o tema em questão pois elas existem em toda parte do mundo e congrega diversos factores tal como apresentados anteriormente. E, tem a ver também com o género, a raça, a cor

até mesmo a crença, (MERELES, 2014).

A minimização das desigualdades educacionais é crucial para sociedades que almejam um desenvolvimento socio-económico e cultural coeso. A educação constitui o principal caminho para a promoção do respeito, da igualdade social através do acesso aos serviços. Ela contribui para a prevenção de tensões sociais e é uma via para a construção da identidade nacional, projectando assim uma sociedade justa e saudável.

Arroyo (2010, p.3) destaca a necessidade de inverter o quadro ao afirmar que:

“Corrigir as desigualdades educacionais perpassa as justificativas de todas as políticas. Mostrar o pouco que se avançou, se retrocedemos e o que planejar, que estratégias e que intervenções no sistema escolar, na formação docente para corrigir as desigualdades no próximo decênio”.

Numa primeira análise podemos dizer que as distribuições das notas estão correctas de acordo com os talentos, capacidade, desempenho dos estudantes, aqueles que tiveram maior desempenho durante o teste têm direito a melhor classificação, classificação esta que os permitirá ao primeiro lugar no teste, os que tiveram classificação média estarão em segundo lugar, assim sucessivamente. Toda essa classificação está correcta, a Sociologia adiciona-nos com uma palavra a explicar que em muitos países, vários estudos têm mostrado que as hierarquias das classificações dos estudantes estão associadas por vezes de maneira muito forte, por exemplo por altos níveis sociais,

a cor da pele, e grupos étnico-racial ou género.

Pierre Bourdieu, citado por Machado (2015) nas suas abordagens nos levam a perceber que «os estudantes das famílias com mais capitais económicos e culturais, na acepção de Pierre Bourdieu, estão mais bem equipados para enfrentarem a instituição escolar e os seus procedimentos de avaliação e certificação».

Do nosso ponto de vista e mergulhando em realidades como é o caso de Angola podemos discordar com essa afirmação, nem todo estudante de classe social alta está equipado para enfrentar instituições

escolares, pelo contrário, o facto é que infelizmente por causa das desigualdades sociais existem em Angola muitos bons estudantes e bem equipados que por falta de oportunidades não conseguem chegar até essas escolas de maior renome a nível mundial.

É urgente reconhecer o racismo como uma questão estrutural e sistémica que requer mudanças profundas nas instituições sociais e nas mentalidades para ser superado, (DE ABREU PESTANA, 2023, p.9).

Neste contexto, percebe-se que o racismo está atrelado nas instituições manifestando-se nos sistemas de educação, saúde, justiça, nas normas sociais, entre outras esferas de uma sociedade. O racismo estrutural constitui um entrave pois, grupos desfavorecidos têm acesso restringido às oportunidades para a sua ascensão perpetuando a situação já tida como degradante. Este tipo de racismo não só afecta a pessoa mas também a própria sociedade uma vez que propicia na a divisão de classes.

TIPOS DE DESIGUALDADES SOCIAIS

Therborn (2010) destaca três principais tipos das desigualdades sociais: a) desigualdade de saúde e morte ou desigualdade vital, b) desigualdade existencial e c) desigualdade material ou de recurso.

a)- Desigualdade de saúde e morte ou desigualdade vital

Na verdade todo o homem é mortal, e vulnerável a qualquer tipo de enfermidade. Neste caso em diversas partes do mundo nota-se que a saúde está dividida em distintas classes.

Nos países com o nível de saúde mais precário como é o caso de Angola, assiste-se todos os dias elevados casos de mortalidade infantil, as crianças morrem dos zero (0) aos cinco (5) anos, por falta de qualidade nos hospitais públicos, muitas dessas crianças pertencem a famílias de classe baixa, muitas delas não têm oportunidade de se tratarem em hospitais particulares que possam oferecer mínimas condições para minimizar os problemas de saúde que assolam esses petizes.

b)- Desigualdade existencial

Esse tipo de desigualdade atinge o ser humano. A mesma limita a liberdade de acção de certos grupos de pessoas, em Angola há muitos anos as mulheres não tinham liberdade para exercerem cargos de destaque porque não era permitido para muitos sectores, as mulheres eram vistas como sexo mais frágil, o lugar para elas era simplesmente os trabalhos domésticos, com o passar do tempo nos últimos cinquenta anos e com a evolução já se notou a inclusão das mulheres nos sectores chaves e tiveram maior abertura para os sectores públicos nessa altura o racismo em muitos países passou a ser desacreditado.

Pese embora, alguns países até hoje ainda nota-se casos muito fortes de racismo em todos os sectores onde as pessoas de raça negra não ocupam lugares de destaque, isso, muitas das vezes causou exclusão social por parte das pessoas com esse tipo de tom de pele, ou seja, pele negra, para esse tipo de situação o nível da humilhação para os negros é maior.

c)- Desigualdade material ou de recurso

Por último, temos a desigualdade material ou de recurso esse caso dá-se pelo facto de haver diferentes níveis sociais por parte de um grupo ou população de um determinado país ou território. Assim sendo, podemos distinguir a desigualdade no acesso a Educação e ao capital social.

Na educação como já nos referimos anteriormente, as desigualdades de recompensa ou de resultados podem causar desequilíbrios de oportunidades, aqueles que forem melhores recompensados com bons resultados podem ter maior oportunidade de suas carreiras estudantil, aqueles que não tiverem bons rendimentos poderão não ter muitas oportunidades na vida, ou seja em suas carreiras futuras. Nesses aspectos podemos referir que estamos perante uma desigualdade de oportunidades.

Para Bezerra (s.d) além das desigualdades já mencionadas acima, existem outras como a desigualdade económica; desigualdade

de género, o segundo surge quando existe disparidades entre homens e mulheres no que respeita aos direitos e oportunidades; desigualdade racial, este surge quando disparidades entre grupos raciais ou étnicos; desigualdade educacional, o acesso desigual à educação de qualidade é uma das formas mais significativas de desigualdade social; desigualdade de saúde, refere-se às diferenças no acesso a serviços de saúde.

Assim, não importa o tipo de desigualdade o ideal é continuar a lutar no sentido de se encontrar uma sociedade que seja digna de se viver com direitos e oportunidades para todos os integrantes da mesma, sociedades com sistemas educativos e de saúde inclusivos para a promoção da igualdade.

O GÉNERO NO CAMPO EDUCATIVO E NOS ESTUDOS DE INFÂNCIA

De acordo com os autores Johnson (1997) e Lerner (1986) citados por do Amaral (2011) nos levam a perceber que as desigualdades sociais entre os géneros surgem de acordo com o advento de um chefe ou líder da família, este chefe da família atribui poderes ao género masculino em relação ao feminino.

Nesta perspectiva, entende-se que as desigualdades sociais entre os géneros surgem têm sua génese através de uma diversidade de factores quer do ponto de vista socio-económico, cultural assim

como também histórico e isto depende em muitos casos como as sociedades atribuem papéis ou estatutos aos géneros. Outra situação tem que ver com a questão da promoção dos géneros no mercado de trabalho em que privilégios podem recair a um determinado género em detrimento de outro.

Por sua vez, Sardenberg (2015, pp.67-68) explica que o patriarca atribui poderes de dominação por parte dos homens em relação as mulheres e crianças. Isto vem desde os tempos mais antigos em que as

mulheres e crianças eram simplesmente incutidas que tinham que realizar trabalhos menos forçados e os homens eram obrigados a realizarem trabalhos mais forçados.

As desigualdades sociais entre os géneros surgiram desde muito tempo e a mitigação deste mal requer uma combinação de esforços. A partir do momento em que se atribui ao homem o estatuto de provedor, ou seja, como expoente máximo comparativamente às mulheres ali começa a se manifestar desigualdades. Daí que, comunidades interirras, governos e Organizações Não-governamentais devem traçar estratégias para se inverter este quadro se queremos construir uma sociedade que se preze igualitária.

Muitos estudiosos sobre desigualdades sociais como (ERIKSON; JONSSON, 1996; BREEN et.al., 2009) citados por Mont'Alvão Neto (2014, pp.419–420) afirmam que devido a melhoria de condições de vida e nas mudanças demográficas têm contribuído para a redução das desigualdades educacionais. Os autores fazem ainda menção de factores como a diminuição do tamanho das famílias, melhoria dos padrões de saúde e nutrição dos estudantes, expansão e melhoria dos sistemas de educação básica e de nível médio– principalmente no sector público, que tem facilitado o acesso de classes mais baixas

SITUAÇÃO NA SOCIEDADE ANGOLANA

O género feminino em algumas regiões de Angola concretamente na margem sul sobretudo na região do Namibe, são preparadas muito cedo para serem boas donas de casa, excelentes esposas mas, não lhes são incutidas o direito de escolarização, em relação ao género masculino, muitos deles são formados para futuramente estarem socializados com o público que puderem

encontrar no mundo a fora, os mesmos são incutidos para resolverem problemas familiares quando forem adultos, e que no futuro possam ser homens capazes de dirigir uma nação.

Lopes (2017, p.19) reforça a necessidade de se inverter a questão que hoje constitui motivo de vários debates:

“A eliminação das desigualdades de género é determinante para a construção de uma sociedade equitativa e todas as pessoas têm o direito de viver e aprender num ambiente livre de discriminação, o que só é possível com o acesso à educação”.

Com o desenvolvimento da sociedade, em Angola, as mulheres conseguiram dar um salto maior, ou seja, significativo no que se refere à escolaridade, elas conseguiram superar-se academicamente a ponto de estarem em muitos casos a competir com os homens em vários sectores de actividade, o que não era possível no passado pelo facto de ter sido retirado o direito de escolarização logo na infância, esta posição torna o género

feminino num lugar de destaque, no que concerne ao mercado de trabalho. Elas, hoje são bem vistas a nível dos trabalhos realizados por elas e pelos vencimentos que auferem no final do mês que tem sido igual ou superior a dos homens.

Silva e Carvalho (2009, p.2402) traz em abordagem a situação de Angola e o autor afirma que:

“A actual situação social do país, marcada por desigualdades sociais e pela pobreza, tem contribuído para a deturpação de valores essenciais à convivência social, à coesão e ao desenvolvimento. A chave para a edificação de uma cidadania democrática assente nos valores da igualdade, fraternidade, solidariedade, dignidade, respeito, etc., numa sociedade que se pretende mais justa, passa pela aposta numa educação intermulticultural onde a educação tradicional, despida dos seus aspectos mais retrógrados, tenha o seu espaço”.

Pertencer a classes sociais que diferem uma das outras causam desequilíbrios na formação nos primeiros anos de escolaridade, a cor da pele tem sido alvo de racismo, causa

desequilíbrio nos estudos de infância e provoca exclusão social por parte das mesmas crianças. Muitas delas não aguentam esses ataques e desistem logo no primeiro ano de escolaridade.

Métodos utilizados

Para a realização desta pesquisa investigativa utilizou-se métodos teóricos e empírico.

Métodos teóricos:

Análise bibliográfica: Foi determinante para a concretização do mesmo através de livros e artigos que tratam acerca da compreensão das desigualdades sociais: questões de classe, raciais, de género no campo educativo e nos estudos de infância.

Indutivo-dedutivo: Este método permitiu através do estudo bibliográfico das diversas fontes disponíveis que sustentaram a investigação partindo sempre de interpretações gerais para particular acerca da compreensão das desigualdades sociais: questões de classe, raciais, de género no campo educativo e nos estudos de infância.

Método empírico:

Observação: Foi útil relativamente aos conhecimentos que se pretendiam obter no que diz respeito ao conhecimento que os entrevistados possuem acerca da compreensão das desigualdades sociais.

População e amostra

A população correspondeu a 120 estudantes do 1º ao 4º ano do curso de Ciências da Comunicação, no ISUPEEKUIKUI2 e a amostra foi constituída por 62 estudantes.

Instrumentos de recolha de dados

Para a recolha de dados recorreremos ao uso de questionário contendo perguntas abertas e fechadas relativamente à compreensão das desigualdades sociais.

Situação na sociedade angolana

Nesta secção serão apresentados os resultados da investigação feita e para melhor elucidação os dados serão apresentados em gráficos.

QUESTÃO 1- Já alguma vez ouviu falar de desigualdades sociais?

Gráfico nº1- Conhecimento sobre as desigualdades sociais



Fonte: Autoria própria (2024)

Dados do gráfico nº1 revelam que 61 dos 62 entrevistados, o que corresponde a 98% têm conhecimento sobre as desigualdades sociais isto por si só constitui um sinal positivo, pois esta temática deve se constituir como motivo de debate no seio de vários actores da sociedade com vista a se encontrar estratégias no sentido de se inverter o quadro uma vez que é

um problema que afecta infelizmente a sociedade, assim, quanto mais discussões em torno da mesma forem geradas maior será o número de pessoas com o conhecimento da problemática. De salientar que ainda existem pessoas que desconhecem a questão das desigualdades sociais. Como se pode observar no gráfico acima, 2%.

QUESTÃO 2- Conheces alguns elementos que concorrem para as desigualdades sociais em Angola?

Gráfico nº2- Conhecimento de elementos concorrentes para as desigualdades sociais



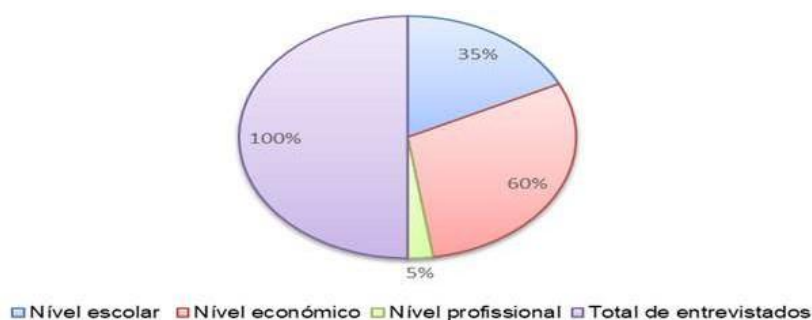
Fonte: Autoria própria (2024)

O gráfico nº2 revela que dos 62 entrevistados, 57 o que perfaz 92% conhecem os elementos concorrentes para as desigualdades sociais. É um indicador positivo na medida em que o desconhecimento destes elementos podem contribuir negativamente na percepção da temática

em questão. Ainda assim, existem pessoas como é o caso de 3 constituindo 5% dos entrevistados que afirmaram categoricamente desconhecerem tais factores e, daí a fraca percepção destes acerca do tema.

QUESTÃO 3 - Como se manifestam as desigualdades sociais em Angola?

Gráfico nº3 - Manifestação das desigualdades sociais



Fonte: Autoria própria (2024)

Ao observar os dados do gráfico nº3 facilmente se percebe que as desigualdades sociais em Angola manifestam-se com maior frequência de com os entrevistados a nível económico tal como afirmou 60% dos entrevistados, porém manifestam-se também a nível escolar de acordo com 35% dos entrevistados. Ainda assim, foi possível detectar que para além destas vertentes também a nível profissional a problemática pode se manifestar como afirmou 5% dos entrevistados.

QUESTÃO 4 – A nível escolar como as desigualdades sociais se manifestam?

Dos 62 estudantes entrevistados 58 afirmaram que as desigualdades sociais a nível escolar manifestam-se pelo racismo, crença religiosa, extrato social e por intermédio de tratamentos privilegiados para alguns em detrimentos de outros. Em menor percentagem (4) abstiveram-se em responder e tal atitude pode ser interpretada no desconhecimento sobre o assunto em questão.

QUESTÃO 5- Sabes que existem diferenças de classes raciais?

Gráfico nº5- Diferenças de classes raciais



Fonte: Autoria própria (2024)

Quanto ao gráfico n°5, é possível perceber que 57 dos entrevistados, o que corresponde a 92% dominam que existe diferenças de classe raciais, enquanto 3, correspondendo

a 5% diz não saber se existe diferenças de classes raciais e, finalmente 2 dos entrevistados, 3% estavam confusos relativamente a temática em questão.

QUESTÃO 6 - Quais são as classes raciais que conheces?

Gráfico n°6 - Diferenças de classes racias



Fonte: Autoria própria (2024)

Dados constantes no gráfico n°6 levam-nos a entender que relativamente as classes raciais todos os os entrevistados 62, perfazendo

100% têm o domínio de que existem apenas as raças branca e negra.

QUESTÃO 7- Das classes raciais que conheces qual delas é mais privilegiada que a outra no que diz respeito à educação?

Gráfico nº7- Classes racias mais privilegiadas



Fonte: Autoria própria (2024)

Os dados constantes do gráfico nº7 dizem respeito aos privilégios das classes raciais e, relativamente a isto os nossos entrevistados 62, o que corresponde a 100% afirmou que entre as duas classes raciais em Angola, a mais classe com mais privilégios é a classe branca. Este posicionamento pode ser entendido em função das limitações enfrentadas por outra classe (a negra) em determinados serviços.

QUESTÃO 8 - És pai ou encarregado de educação?

Gráfico nº8 - Papel desempenhado na família



Fonte: Autoria própria (2024)

Das pessoas entrevistadas 36, igual a 58% são pais, enquanto 26, igual a 42% são encarregados de educação.

QUESTÃO 9 - Já alguma vez levou seu filho em uma instituição de ensino para matriculá-lo e viu-se vedado por não se da classe alta?

Gráfico nº 9 - Limitação no acesso aos serviços



Fonte: Autoria própria (2024)

Relativamente a questão 9 dos 62 entrevistados 33 das pessoas o que corresponde a 53% afirmaram que já tiveram dificuldades no acesso a muitos serviços e, destacaram como exemplo o acesso ao ensino por não serem permitido aceder à diversas instituições devido a uma série de factores de entre as quais a condição financeira e o status social, o que a todo custo constitui um aspecto negativo.

E, apesar deste elevado número, 42% o que perfaz 26 entrevistados afirmaram que nunca verificaram limitações sempre que tentaram aceder aos serviços que estes necessitavam, o que é um bom sinal. 5%, que corresponde a 3% disseram que apenas algumas vezes viram-se vedados no acesso de certos serviços.

QUESTÃO 10- Porquê não conseguiu matricular seu filho escola de sua preferência?

Gráfico nº10- Razões da limitação no acesso aos serviços



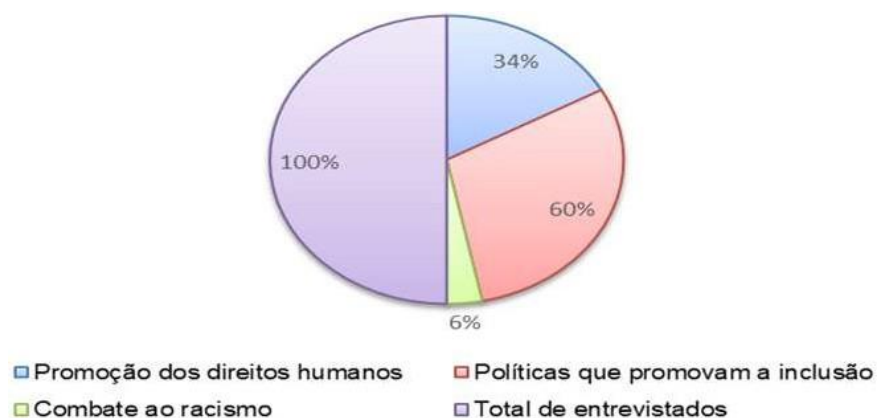
Fonte: Autoria própria (2024)

Quando questionados sobre as razões das limitações aos serviços 42%, o que corresponde a 26 pessoas destacam a pobreza como principal factor que esteve na base de tal situação, a pobreza na sociedade actual é um mal que infelizmente afecta vários segmentos e, a luta para o combate deste mal é um imperativo pois ela

serve de entrave em todos os aspectos da vida humana. Outros 53% equivale a 33 pessoas o que constitui a maioria entre os entrevistados descreve o racismo como factor limitante para o acesso aos serviços em muitas realidades, inclusive em Angola.

QUESTÃO 11- No teu ponto de vista o que deve ser feito para se minimizar situações de desigualdades sociais no acesso aos bens e serviços?

Gráfico nº11- Medidas mitigatória para as desigualdades sociais



Fonte: Autoria própria (2024)

Questionados sobre as estratégias para a mitigação das desigualdades sociais a maioria dos entrevistados 37, o que corresponde a 60% apresentou como medida principal Políticas que promovam a inclusão sem porém descrever que políticas seriam essas, mas apesar deste posicionamento pode se afirmar que estas políticas são cada vez mais necessárias com vista a se inverter o quadro. Por outro lado 21 pessoas dos entrevistados, 34% no entanto descrevem a promoção dos direitos humanos como alternativa. Na

verdade a promoção dos direitos humanos pode contribuir positivamente para a minimização deste mal que enferma a sociedade. Ainda dentro desta situação anormal 4 pessoas o que perfaz 6% foram apologistas em afirmar que a estratégia passaria pelo combate ao racismo. O combate ao racismo é uma questão com que hoje o mundo se depara, apesar de ser uma tarefa difícil acções concretas são cada vez mais necessárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo e fruto de fontes consultadas relativamente a temática, pode se afirmar que as desigualdades sociais, a questão de classes sociais e raciais que remontam do passado e que infelizmente ainda enfermam o mundo e, em particular Angola, esta situação pode ser minimizada com a escolarização e valorização de todas as classes existentes na sociedade, bem como igualdades de oportunidades. A valorização da diversidade étnica, o caso de Angola, já sabido por ser pluri-língua pode exigir uma educação que sirva de elemento de combate às desigualdades sociais e que promova a ascensão de pessoas de estratos sociais mais baixos, que valorize o talento, capacidades, habilidades destas classes desfavorecidas. Uma educação que tenha as línguas maternas, como é o caso do umbundu, um elemento facilitador das aprendizagens e com vista a se evitar o fracasso escolar desta franja da sociedade.

Outros estudos futuros podem ser cruciais no aprofundamento do tema desigualdades sociais, a questão de classes sociais e raciais, portanto o mesmo não se esgota nesta pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arroyo, M. G. (2010). Políticas educacionais e desigualdades: à procura de novos significados. *Educação & Sociedade*, 31, 1381–1416.

Barros, M. B. de A., Francisco, P. M. S. B., Zanchetta, L. M., & César, C. L. G.. (2011). Tendências das desigualdades sociais e demográficas na prevalência de doenças crônicas no Brasil, PNAD: 2003– 2008. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(9), 3755–3768. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232011001000012> . Acessado aos 7 de Março de 2024

Bezerra, J. (s.d). **Desigualdade Social.** Toda Matéria, Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/desigualdade-social/>. Acesso em: 29 ago. 2024

De Abreu Pestana, D. M. A. (2023). A desigualdade ainda está entre nós? Notas insurgentes sobre as raízes da discriminação racial: Is inequality still with us? Insurgent notes on the roots of racial discrimination. *Revista Desenvolvimento Social*, 29(2), 7–34.

Do Amaral, S. G. P. (2011). Gênero e Desigualdade Social pontos para Reflexão.

Lopes, L. F. R. A. (2017). Relações sociais de género e o papel da educação. Percepções de docentes universitários angolanos de instituições públicas do ensino superior (Master's thesis). Disponível em : <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/84102> Acessado aos 19 de Agosto de 2024

Machado, F. L. (2015). Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas. *Desigualdades sociais no mundo atual: teoria e ilustrações empíricas*, (9).

Mereles, C. (2014). Desigualdade Social: Um problema sistémico e urgente. Disponível em: <https://www.politize.com.br/desigualdade-social/> . Acessado aos 7 de Março de 2024

Mont'Alvão Neto, A. L. (2014). Tendências das desigualdades de acesso ao ensino superior no Brasil: 1982–2010. *Educação & Sociedade*, 35, 417–441.

Pitombeira, D. F., & Oliveira, L. C. D. (2020). Pobreza e desigualdades sociais: tensões entre direitos, austeridade e suas implicações na atenção primária. *Ciência & saúde coletiva*, 25, 1699–1708.

Sardenberg, C. M. B. (2015). Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais.

Silva, E. A. D., & Carvalho, M. J. D. (2009). Educação em Angola e (des) igualdades de género: Quando a tradição cultural é factor de exclusão.

Therborn, G. (2010). Os campos de extermínio da desigualdade. *Novos estudos CEBRAP*

ARTIGO

6

ANÁLISE SOBRE A INFLUÊNCIA DA PARENTALIDADE POSITIVA NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO DA CRIANÇA EM FAMÍLIAS MONOPARENTAIS

Autores: Dorivaldo Guedes | dorivaldog@hotmail.com | Docente na Universidade Jean Piaget.

Edmilson dos Prazeres | Docente na Universidade Jean Piaget.

Francisco Cambamba | Docente na Universidade Jean Piaget.

Stela António | Estudante Finalista do Curso de Psicologia.

RESUMO

A parentalidade positiva assim como condições ambientais e genéticas, podem influenciar no desenvolvimento físico, psico-social da criança, bem como no aspecto da cognição social. O objectivo do presente estudo é de *analisar a influência da parentalidade positiva no desenvolvimento cognitivo da criança* por meio de uma revisão integrativa, onde serão apresentados conceitos teóricos sobre o assunto e

apresentar os resultados práticos dos estudos realizados sobre o tema em questão que foi desenvolvido no bairro Capalanga do município de Viana. Quanto a metodologia, o estudo adoptou o tipo de método exploratório carácter quantitativo.

Palavras-Chave: Parentalidade positiva, desenvolvimento cognitivo e criança.

ABSTRACT

Positive parenting, as well as genetic environmental conditions, can influence the child's physical, psycho-social development, as well as the aspect of social cognition. The objective of the present study is to analyze the influence of positive parenting on the child's cognitive development through an integrative review, where theoretical

concepts on the subject will be presented and present the practical results of studies carried out on the topic in question that was developed in Capalanga neighborhood in the municipality of Viana. As for methodology, the study adopted the type of exploratory quantitative method.

Keywords: Parenting, cognitive development and child.

INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa e discute trabalhos já publicados, revisões bibliográficas, com o intuito, de sintetizar ou sistematizar questões relacionadas a parentalidade positiva no desenvolvimento cognitivo da criança, afim de que estas fiquem mais precisas e compactas na transmissão das informações.

De acordo com Sanders e Mazzucchelli (2018) a parentalidade positiva envolve estratégias e comportamentos respeitosos, acolhedores, estimulantes e não violentos. Ou seja, em qualquer conduta para pais e mães, o respeito às crianças e aos adolescentes é elemento básico. Isso porque eles são sujeitos relacionais e sujeitos de direitos. O termo parentalidade tem sido utilizado com diferentes propósitos daquele com que surgiu nas

décadas anteriores. A parentalidade pode ser apresentada de diferentes formas e que acaba interferindo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

A parentalidade tem fortes conotações instrumentais e acredita-se que contribua de maneiras centrais para o curso e o resultado do desenvolvimento e ajustamento da criança, regulando a maioria das interações criança-ambiente, que colocam à prova a disponibilidade e a disposição parental no desenvolvimento da criança, já que as práticas dos pais instituem as oportunidades reais que os pais oferecem aos filhos e, portanto, constituem uma grande medida da experiência de adaptação das crianças.

Na perspectiva de Seligman e Csikszentmihalyi (2000) citados por Lima e Morais (2018, p. 250):

A parentalidade positiva foi indicada como a Recomendação 19 do Comité de Ministros do Conselho da Europa em 2006, uma vez que esta se baseia no comportamento parental alicerçado no superior interesse da criança promovendo o bom desenvolvimento dos descendentes através de um ambiente nutritivo, fortalecedor, não violento, orientado e com estabelecimento de fronteiras.

São crescentes os estudos dos indicadores psicológicos positivos, em um movimento intitulado Psicologia Positiva, cujo foco é a investigação e promoção da felicidade, esperança, criatividade e demais características que impulsionam o desenvolvimento saudável.

O desenvolvimento da criança é influenciado por factores individuais, factores familiares e outros factores do

meio, sendo a família o principal contexto no qual as crianças desenvolvem competências que vão adquirindo com o apoio dos adultos de referência, a interação pais-filhos e os cuidados parentais constituem-se como o recurso emocional e cognitivo mais importante para o desenvolvimento da criança.

CONCEITOS SOBRE A PARENTALIDADE POSITIVA

A Parentalidade Positiva, tem por base a Psicologia Positiva, e tem servido de suporte para desenvolver alguns programas de intervenção.

Do ponto de vista do Conselho da Europa, (2006) conceito é definido como um comportamento parental baseado no melhor interesse das crianças, assegurando o seu desenvolvimento, educação, capacitação, proporcionando-lhe reconhecimento e orientação, sem violência e com limites para possibilitar o seu pleno desenvolvimento.

A parentalidade apresenta-se como objecto de estudo de extrema importância, tendo em conta o desenvolvimento da criança. É no núcleo familiar que a criança desenvolve as competências cognitivas, sociais e afectivas necessárias a um crescimento harmonioso, daí o interesse primordial em analisar os processos através dos quais os pais influenciam esse mesmo crescimento.

A parentalidade é o conjunto de ações iniciadas pelos pais ou prestadores de cuidados, junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento, utilizando os recursos que dispõem dentro da família, e na comunidade (Cruz, 2005). Portanto, a parentalidade envolve um conjunto de funções concedidas aos pais para que eles possam zelar, cuidar, ajudar a crescer e a formar os seus filhos, ou seja todos os papéis que os pais devem conhecer para promover o desenvolvimento da criança.

Desta forma, um programa de educação parental para além de proporcionarem educação (conhecimentos) para a parentalidade, ajudam os pais a compreender as necessidades dos filhos, permitindo assim, aumentar o envolvimento e participação dos pais no processo de educação das crianças.

INFLUÊNCIA DOS PAIS NO DESENVOLVIMENTO COGNITIVO E SOCIAL DA CRIANÇA

Sendo o primeiro núcleo social apresentado à criança, a família tem um papel importante no desenvolvimento social e cognitivo do ser humano. A figura parental (pais, mães ou cuidadores) exercem influência determinante no crescimento de seus filhos.

Walsh (2016) refere que crenças, comportamentos, recursos disponíveis e atitudes dos pais têm impacto direto e indireto no desenvolvimento infantil. No centro da compreensão sobre famílias, a parentalidade e sua relação com o

desenvolvimento infantil têm sido objectos de estudos teóricos há décadas.

A parentalidade pode ser apresentada de diferentes formas e que acaba interferindo no desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. Como apresentam Bornstein, Putnick e Suwalsky (2018, p. 45):

A parentalidade tem fortes conotações instrumentais e acredita-se que contribua de maneiras centrais para o curso e o resultado do desenvolvimento e ajustamento da criança, regulando a maioria das interações criança-ambiente que colocam à prova a disponibilidade e a disposição parental no desenvolvimento da criança.

De acordo com o que os autores apontam, as práticas dos pais instituem as oportunidades reais que os pais oferecema os filhos e, portanto, constituem uma grande medida da experiência de adaptação das crianças.

Concomitante à esse pensamento, Godleski e Ostrov (2020) mostram a primeira infância como um momento importante, dessa forma essa fase se apresenta como uma boa investigação das influências parentais no desenvolvimento cognitivo e social das crianças, pois as crianças estão aprendendo como interagir socialmente. Os pais exercem nos filhos uma influência primordial na regulação do comportamento infantil.

O termo cognição social tem diversos significados, mas amplamente se utiliza para definir operações mentais que baseiam as ações pessoais nas interações sociais, incluindo a percepção e interpretação das intenções, disposições, emoções e comportamentos de outros, e a geração de uma resposta a esses comportamentos.

Parafraseando Figueiredo (2023) As informações sociais incluem as pistas ou estímulos emitidos por outro ser da mesma espécie, que podem ser processadas de forma automática/implícita ou deliberada/explicita. O conceito de cognição social seria na verdade, um constructo guarda-chuva, [...] que inclui o conjunto de funções cognitivas implicadas no processamento das informações sociais.

Para compreender a cognição social, é importante enfatizar a multidimensionalidade do conceito.

Para Magalhães (2008, p. 132): “o termo infânciaem sua origem latina, significa “incapacidade de falar”. Acreditava-se que a criança, não possuía a habilidade de se comunicar através da fala, de explicitar seus desejos, suas inquietudes, seus sentimentos.” Tratava-se de um ser incógnito, sem evidência na sociedade. A noção de infância, portanto se fez construir, sobre o sentido do ser que não fala, e se esse ser não fala, alguém fala por ele, pois não existe ser social, sem uma linguagem articulada, através do qual se faz transmitir conhecimentos e cultura, e tal noção, carrega consigo a posição da terceira pessoa no discurso que desta fala.

A infância é uma categoria que vem sendo construída histórica e socialmente. Sua definição pode variar dependendo da adoção referencial, portanto é fruto da dinâmica das relações sociais. Trata-se de uma categoria geracional, que participa da condição do segmento social denominado criança. Ela designa uma fase da vida que se particulariza pela necessidade de cuidados e proteção.

De acordo Blair e Diamond (2008) citado por Solmeyer, Feinberg, Coffman e Jones (2014, p. 17) *“as competências de autorregulação e socio-emocionais da criança são desenvolvidas no início*

da infância, sendo necessárias para uma socialização adequada e para os desafios académicos da escola que se aproximam.”

No entanto, a evidência demonstra uma elevada prevalência de problemas comportamentais e emocionais das crianças na população geral.

Para Solmeyer et al, (2014, p. 65) *“há evidências de que as crianças com dificuldades de comportamento no início da infância estarão em risco de desenvolver problemas mais sérios posteriormente, como comportamento antissocial ou insucesso escolar.”* Deste modo, a prevenção no início da infância é fundamental para a redução dos problemas comportamentais e emocionais e para a promoção do desenvolvimento positivo da criança.

ESTILOS PARENTAIS

O estilo parental é definido como o ambiente físico e emocional em que o pai e/ou a mãe põe

Assim esta intervenção deverá ocorrer no seio familiar, na medida em que a parentalidade é o primeiro ambiente de socialização para criança, devendo ocorrer através de um processo metódico de aprendizagem e de desenvolvimento de competências emocionais, cognitivas e comportamentais.

A Parentalidade é um processo de transição vivenciado pelos pais e insere-se nas transições de desenvolvimento, no sentido que requer uma conquista da integração, maturação e especialização de competências nas dimensões biológica, mental, social e espiritual.

em exercício as práticas parentais que considera adequadas e sobre as quais a criança se desenvolve enquanto ser social.

ESTILO AUTORITATIVO

Este estilo parental é visto como o desejável pois é caracterizado por pais com alto controlo e exigência, no entanto também com muito afecto e responsividade, é dada prioridade às opiniões da criança ou jovem e não são implementados quaisquer comportamentos punitivos/abusivos. Estas crianças tornam-se, como vimos anteriormente, bastante autónomas, maduras, autoconfiantes e competentes social e academicamente.

Na perspectiva de Figueiredo e Lamela (2014) no estilo autoritativo o desenvolvimento da criança ocorre normalmente, a mesma tem a possibilidade de crescer autónoma e

de agir de acordo com os padrões do grupo, uma vez que os pais são assertivos e envolvem a criança nas tomadas de decisões. Estes procuram que a criança tenha a maior e melhor educação possível, comunicam com a mesma de forma clara sobre os seus valores assim como sobre as suas restrições deixando a criança esclarecida sobre as suas medidas. As crianças oriundas deste ambiente familiar têm, por norma, um melhor desempenho escolar, assim como aparentam ter melhor capacidade de regulação emocional, boa autoestima, autoconfiança, entre outros.

Este é um estilo parental que goza de elevado controlo e elevada aceitação por parte dos pais.

ESTILO AUTORITÁRIO

Este estilo parental possui elevado controle e baixa aceitação, pois há uma tentativa de modelação do comportamento e das atitudes da criança, de forma autoritária, sem dar importância à vontade da mesma de modo que esta se encaixe nos padrões de aceitação dos pais.

Comentando a ideia de Figueiredo e Lamela (2014) é privilegiada a obediência, o respeito pela autoridade e preservação da ordem. As crianças/jovens educadas neste estilo parental estão também normalmente associadas a um desempenho escolar pobre. As crianças provenientes destes lares, cresceram sendo desencorajadas à

exploração autónoma, a independência e a individualidade, têm propensão em serem mais descontentes, agitadas, com maior instabilidade emocional, sentimentos de baixa autoestima e de insegurança assim como inibição social.

Os pais deste estilo parental não valorizam a comunicação, expõem altos níveis de crítica e rigidez e tentam utilizar práticas punitivas/agressivas, o que gera crianças cumpridoras de orientações sem questionamento, inibidas, ansiosas e introspectivas.

ESTILO PERMISSIVO

O estilo Permissivo logra de um baixo controle e elevada aceitação. Os desejos e impulsos da criança são aceites pelos pais, sendo que estes não tomam uma posição de autoridade logo não a punem pelos mesmos.

Para Tu e El-Sheikh, 2016, p. 132) *“estas crianças costumam ser mais imaturas e pouco exploratórias com baixo nível de autoconfiança e autocontrolo, são mais impulsivas e podem apresentar algumas dificuldades durante o desenvolvimento académico”* Este estilo parental, contribui, para o desenvolvimento

adolescência, pela permissibilidade dos pais e o não envolvimento dos mesmos na vida dos filhos o que promove que estes se filiem com pares desviantes.

O desenvolvimento ou não destes comportamentos a quando de uma parentalidade permissiva está também relacionado com vulnerabilidade ou não do jovem, pois alguns são mais resistentes face aos riscos familiares e de pares.

de comportamentos delinquentes na

ESTILO REJEITANTE-NEGLIGENTE

Neste estilo parental, podemos indicar um baixo controle e baixa aceitação dos pais pelos filhos.

Ainda Figueiredo e Lamela (2014, p. 270):

Neste estilo, estas crianças crescem com pais nada autoritários e que acabam sendo permissivos. Eles não proporcionam à criança um ambiente estimulante onde a mesma se pode desenvolver, mas sim um ambiente em que é desencorajada qualquer forma de independência e individualidade.

Podemos assim constatar que existem múltiplos factores que podem levar à negligência, no entanto o mesmo destaca três contextos nos quais os maus-tratos infantis estão integrados, são eles: em primeiro lugar o contexto desenvolvimentista-psicológico onde se pode encontrar a história de desenvolvimento dos pais, as suas características e as características dos filhos e também a transmissão geracional de maus-tratos; em segundo lugar encontramos o contexto interativo imediato composto pelos

comportamentos e padrões de interação entre pais e filhos; por fim verificamos o contexto mais amplo onde é incluído todo o apoio comunitário e social, o contexto de vizinhança, as influências culturais, o estatuto socioeconómico e as normas sociais.

MATERIAL E MÉTODO

O estudo adoptou o tipo de método descritivo de carácter quantitativo apontando para uma revisão bibliográfica da literatura. Utilizamos como instrumento de investigação um questionário, que nos permitiu a recolha de dados. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, com base em artigos empíricos publicados nas bases de dados, livros, artigos, teses de mestrado e de doutoramento. Os artigos analisados foram publicados em revistas indexadas.

Destaca-se que a escolha de artigos indexados é pertinente, pois este material passa por uma avaliação por pares, demonstrando um controlo mais rigoroso nas publicações. Quanto a opção por artigos deve-se ao facto destes serem mais acessíveis na íntegra do que teses,

dissertações, livros e capítulo de livros. A realização desta investigação baseou-se nas seguintes etapas: (i) levantamento nas bases de dados de artigos empíricos, de acordo com os descritores estabelecidos; (ii) leitura dos títulos e, posteriormente, dos resumos dos artigos para seleção daqueles que se enquadravam dentro da proposta da pesquisa; (iii) leitura dos artigos selecionados na íntegra; e (iv) categorização dos trabalhos identificados e a aplicação de um questionário.

Através desse processo, foi localizado um total de 22 artigos que foram importados para o gerenciador Zotero e pelo google livros. Realizou-se a retirada de 18 artigos duplicados. Ressalta-se que, inicialmente, os descritores parentalidade (parenting) foi procurado nos títulos dos artigos, sendo que quando estes não eram localizados, os

artigos foram excluídos. Posteriormente, os descritores foram verificados nos resumos dos trabalhos. Da mesma forma, quando os trabalhos não os contemplavam, estes não eram analisados.

Em seguida, procedeu-se à leitura dos artigos selecionados na íntegra, a fim de verificar se estes estavam dentro da proposta da presente revisão de literatura.

Desse modo, os procedimentos de busca e os critérios de inclusão/exclusão dos artigos foram empregados, de forma a analisar somente trabalhos relacionados à temática. Quanto às variáveis, estabelecemos uma dependente: desenvolvimento cognitivo e uma independente: parentalidade positiva.

RESULTADOS

A pontando para os resultados apresentados pelos autores abaixo, em relação à análise sobre a influência da parentalidade positiva no desenvolvimento cognitivo da criança, verificamos que, 93% dos cuidadores participantes, de um total de 810, destacaram que o modo como cuidam dos filhos condiciona ou influencia de forma significativa no seu desenvolvimento cognitivo. Esta situação se repetiu no trabalho de Cruz, (2013), o qual contou, inicialmente, com a participação de 583 cuidadores, sendo que 92,5% eram pais que davam atenção aos filhos e usam um estilo educativo que permitesse

verificou-se que, 12% eram pais, e 2%, avós, o que indica o modo como estas famílias estão formadas. No estudo de Bornstein, Putnick e Suwalsky (2018), participaram 83 famílias, sendo as mães 81,5% das participantes. Este estudo indicou que, estas famílias são monoparentais. Com isto, os filhos podem sentir a ausência dos pais que por sua vez, interfere significativamente no rendimento psicológico das crianças. Relativamente ao instrumento de investigação, utilizou-se nesta pesquisa um questionário semi-estruturado baseado na escala de

Porém, em todos os casos, o convite para

o desenvolvimento de competências psicológicas. No estudo de Dubowitz e Poole (2019), dos 230 pais participantes do programa, 86% eram pais que indicaram que os filhos não apresentavam um bom desempenho social, mental ou psicológico por reconhecerem que não actuavam de forma efectiva como pais que favorecem a parentalidade positiva. Neste estudo,

a participação, no sentido de perceber a influência da parentalidade positiva no desenvolvimento cognitivo era estendido ao pai e à mãe.

Tabela nº 01. Distribuição de acordo com o Género

Género	Frequência	Percentagem
Masculino	13	43,3%
Feminino	17	56,6%
Total	30	100%

É possível observar que maior parte da nossa amostra é marcada pelo género feminino, conforme se pode ver indicado pelos 56,6. Os 43,3% dizem respeito aos indivíduos do género masculino.

Tabela nº 02. Distribuição da amostra se concorda que a parentalidade positiva ajuda no desenvolvimento de competências de autorregulação e socio-emocionais da criança

A parentalidade positiva ajuda no desenvolvimento de competências de autorregulação e socio-emocionais da criança?	Frequência	Percentagem
Concordo	11	36,6%
Discordo	5	16,6%
Talvez	7	23,3%
Não sei	5	16,6%
Total	30	100%

Questionamos aos nossos inquiridos se eles acreditam que a parentalidade positiva ajuda no desenvolvimento de competências de autorregulação e socio-emocionais da criança. Foi possível aferir que, 36,6% concordaram, 16,6% discordaram, 23,3% disseram talvez e 16,6% disseram que não sabiam ou que não possuíam uma ideia sobre o assunto.

Tabela nº 03. Distribuição da amostra segundo o estilo educativo usado

Que estilo educativo tem usado?	Frequência	Percentagem
Permissivo	9	30%
Autoritário	10	33,3%
Negligente	3	10%
Autoritativo	8	26,6%
Total	30	100%

Cada família decide escolher o tipo ou estilo educativo que lhes é favorável. Nesta ordem de ideias, observamos que 30% reconheceram que têm sido permissivos na educação que passam aos filhos. 33,3% admitiram que possuem um estilo autoritário. Apenas

10% admitiu que têm sido negligentes em muitos aspectos relacionados a educação dos filhos. Vimos uma percentagem de 26,6% de indivíduos que admitiram serem pais democráticos.

Tabela nº 04. Distribuição da amostra de acordo coma influência da parentalidade positiva

Influência da parentalidade positiva	Frequência	Percentagem
Proporciona o desenvolvimento o emocional	9	30%
Proporciona o desenvolvimento o cognitivo	11	36,6%
Proporciona o desenvolvimento comportamental	10	33,3%
Total	30	100%

Nesta tabela, procuramos conhecer por parte dos pais a importância da parentalidade positiva. Verifica-se que, 30% alegaram que, a parentalidade positiva proporciona o desenvolvimento o emocional. 36,6% consideram que a

parentalidade positiva proporciona o desenvolvimento o cognitivo. Outros 33,3% consideram que a parentalidade positiva proporciona o desenvolvimento o comportamental das crianças.

DISCUSSÃO

De acordo com os estudos realizados e, conforme os resultados achados na pesquisa de campo, verificamos a importância da intervenção na primeira infância e a utilização de programas de treinamentos para pais, com vista a possibilitar melhorar a qualidade do relacionamento entre pais e filhos. Portanto, a primeira infância é um momento importante do desenvolvimento humano que precisa ser olhado e conduzido de forma saudável. Estudos indicam que a parentalidade positiva influencia o desenvolvimento cognitivo da criança Assim, sugere-se que crie e que os pais participem de programas de treinamentos com vista apresentar

mudanças nas práticas parentais consonantes ao aumento do senso de autoeficácia da parentalidade. Aponta-se, que o treinamento de habilidades dos pais na primeira infância corresponde a um investimento rentável, sendo considerado preditor do desenvolvimento pleno da criança.

No que diz respeito ao eixo temático, aspectos gerais da parentalidade positiva no desenvolvimento cognitivo da criança, verifica-se a grande necessidade da inserção de programas de treinamentos para pais em práticas parentais positivas. Tal facto denota preocupação dos programas de intervenção em garantir um

alinhamento entre o conteúdo proposto e as práticas dos facilitadores.

Em função dos resultados constatados no nosso inquérito, observamos que 30% da amostra indica que parentalidade positiva proporciona o desenvolvimento o emocional. No caso dos 36,6%, verificamos que ela proporciona o desenvolvimento o cognitivo. Já os 33,3% indicam que a parentalidade positiva proporciona o desenvolvimento comportamental. Estes resultados corroboram com os estudos desenvolvidos por Cruz, (2013), Dubowitz e Poole (2019), Bornstein, Putnick e Suwalsky (2018) que concluíram que a capacidade dos pais em adoptar estratégias cognitivas e comportamentais eficazes influencia diretamente a forma como as crianças compreendem e respondem ao mundo social que as rodeia. Quando os pais demonstram habilidades adaptativas na regulação de suas próprias emoções, isso cria um ambiente propício para o florescimento da cognição social nas crianças.

Quanto aos estilos parentais, concluímos no nosso estudo e fazendo menção aos estudos realizados por Cruz (2013) que deve se utilizar o estilo parental mais favorável que permite o desenvolvimento da criança quer de competências como de aspectos psicológicos. Entretanto, nenhum estilo parental é melhor ou pior que outro. Porém, percebemos que todos os estilos geram alguma influência no desenvolvimento da criança.

Desta forma, é imprescindível citar que a criação de Programas de Treinamento Parental devem ser difundidos em realidades diversas (creches, escolas, centros de saúde, hospitais, sites, panfletagem nas ruas, dentre outros). No entanto, não foram identificados dados referentes aos espaços mais adequados para divulgação e adesão dos participantes, conforme o objectivo do nosso estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho visou analisar a parentalidade positiva e o desenvolvimento cognitivo da criança: uma revisão sistemática da literatura. Pode-se constatar que são vários os programas de treinamento para pais que vêm sendo desenvolvidos internacionalmente com o objectivo de melhorar. Compreende-se que investir em programas de treinamento parental representa intervir em prol do desenvolvimento humano. Assim, programas dessa natureza, que visem a auxiliar mães e pais a aprenderem novas habilidades em relação à socialização dos filhos e à imposição de limites para determinados comportamentos, são maneiras preventivas de auxiliá-los a se sentirem mais seguros, com melhores estratégias para lidar com os desafios cotidianos. Acredita-se que pensar em maneiras e criar espaços da cultura do cuidado são fundamentais para assegurar uma infância mais segura.

Levando em consideração o nosso estudo, juntamente com a bibliografia levantada, pode-se considerar a parentalidade ou os estilos parentais positivamente relacionados com o desenvolvimento de alguns aspectos da cognição social dos filhos, como por exemplo, seu estilo de atribuição, processamento de emoções e geração de respostas adaptativas ao meio. Estilos parentais mais rígidos e conflituosos estão associados a menor capacidade de manejo das emoções e de resolução de problemas, tornando a criança mais externalizante na relação com seus pares e na resposta a situações do meio. Enquanto o estilo parental de apoio à criança está associado à uma melhor auto regulação emocional e à flexibilidade de respostas das crianças, esse estilo parental apresenta um cuidado maior, além da maneira com que interage e orienta o filho ou a filha.

As crianças tendem a adquirir repertório social por meio de seu primeiro núcleo de contacto: a família; seguindo o exemplo das suas figuras de referência. Dessa forma, os estudos reforçam a necessidade da psicoeducação dos pais para além da intervenção com as crianças, mas também ter um olhar para a forma com que se dá sua parentalidade e seu modo de interagir com pares. Contudo, a parentalidade desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da cognição social infantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alarcão, M. (2006). (Des) equilíbrios familiares: Uma revisão sistémica. 3ª Ed. Coimbra: Quarteto.

Bettencourt, S. M. J. C. (2018). Parentalidade positiva: Estudo sobre a perceção da importância da participação em programas de educação parental. 1ª Ed, Madeira. Repositório da Universidade da Madeira.

Bornstein, M., Putnick, D., & Suwalsky, J. (2018). Parenting cognitions → parenting practices → child adjustment? The standard model. *Development and Psychopathology*, 30(2), 399–416. doi:10.1017/S0954579417000931.

Canvarro, M. C., Moreira, H., (2016). Self-compassion and dispositional mindfulness are associated with parenting styles and parenting stress: the mediating role of mindful parenting. *Mindfulness*.

Cardoso, T.S.G., & Mello, C. B. (2022). Cognição social e regulação emocional na infância e na adolescência. 5ª Ed, Coleção Educação e Saúde, Editora Pontes: Campinas-SP

Conselho da Europa e sua Recomendação (2006). Lisboa (nº19). <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:394:0010:0018:pt:PDF>.

Cruz, O. (2005). Parentalidade. 1ª Ed, Porto: Quarteto.

Cruz, O. (2013). Parentalidade. 3ª Ed, Porto: Livpsic.

Dubowitz, H. & Poole, G. (2019). Child Neglect: An Overview. In: Tremblay RE, Boivin M, Peters RDeV, eds. *MacMillan HL, topic ed. Encyclopedia on Early Childhood Development* Disponível em: <https://www.childencyclopedia.com/maltreatment/child/according-experts/child-neglect-overview>. Consultado 28/01/2023.

Figueiredo, B., & Lamela, D. (2014). Parentalidade e coparentalidade: Conceitos básicos e programas de intervenção. 2ª Ed, CUP Book: Contributos para a intervenção em Psicologia.

Figueiredo, T. (2023). A cognição social em psiquiatria: definições e terminologias essenciais à prática clínica e de pesquisa. 1ª Ed, Debates Em Psiquiatria.

Godleski S. A., & Ostrov, J. M. (2020). Parental influences on child report of relation attribution biases during early childhood. *J Exp Child Psychol.* 2020 Apr; 192:104775. doi: 10.1016/j.jecp.2019.104775.

Lares, R. E. & Rodríguez González, L. (2021). Hacia un nuevo concepto de familia: la familia individual. 24ª Ed, Revista digital FILHA.. Universidad Autónoma de Zacatecas.

Lima, I. M. P. A. (2018). Promover a parentalidade positiva: o Triple P em Portugal. Atas do VI seminário internacional cognição, aprendizagem e desempenho.

Mata, N. T., Silveira, L. M. B., & Deslandes, S. F. (2017). Família e negligência: uma análise do conceito de negligência na infância. 2ª Ed, Porto: Ciência & Saúde Coletiva.

Palombella, M. (2022). Parentalidade mindful, autorregulação parental e stress parental [Dissertação de mestrado]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Peixoto, C.S. & Lagarto, M.S. (2019). Polivitimação infantil. Perturbações da Parentalidade. 1ª Ed, Famalicão: Novembro Editora Pereira.

Redman, B. (2003). A prática de educação para a saúde. 9ª Ed, Loures: Lusociência.

Rosas, J. M. M. P. (2019). O afeto como elemento transformador do conceito de família. Associação Brasileira de Psicologia Jurídica. Psicologia na prática jurídica. São Luís: UNICEUMA.

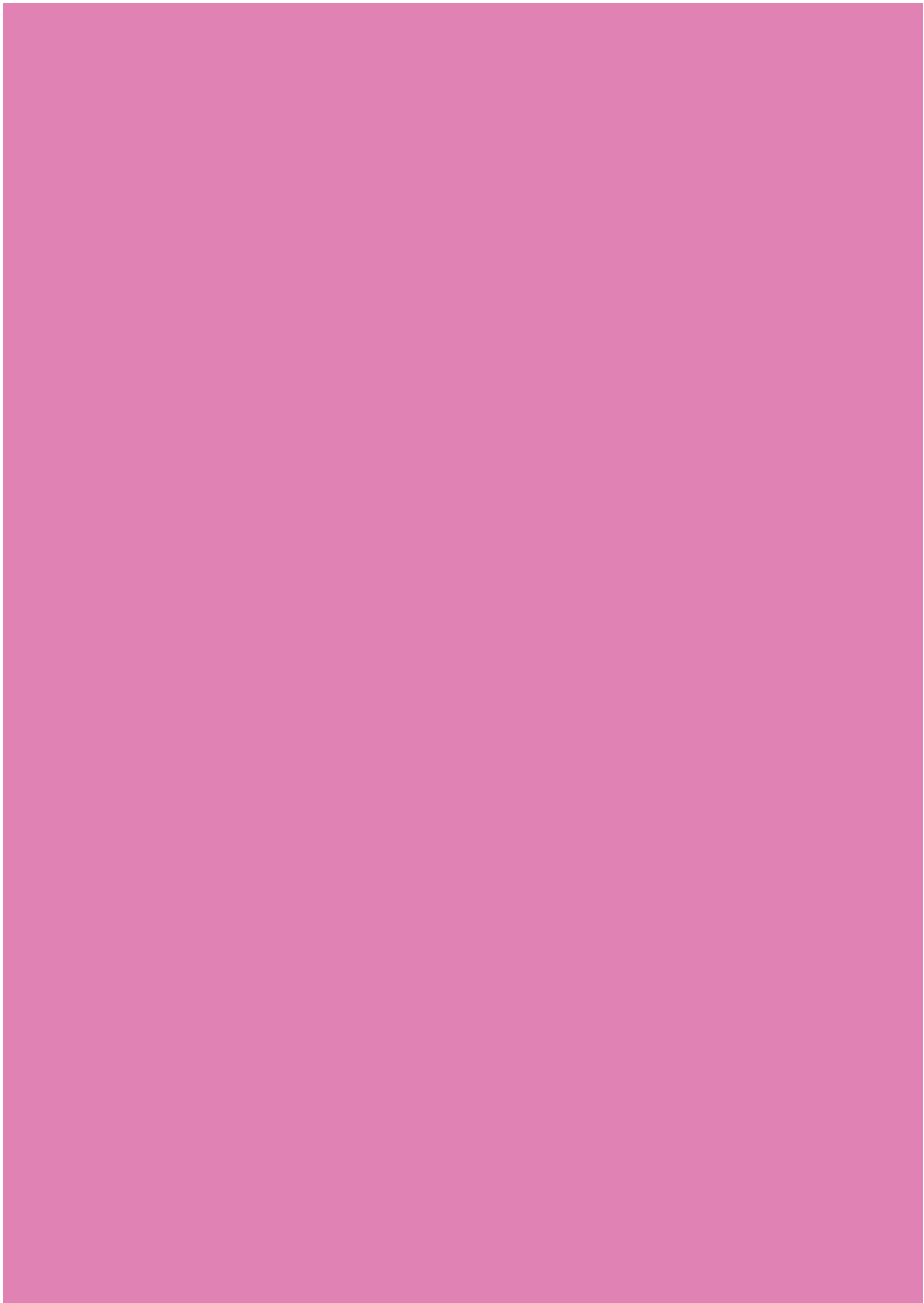
Sanders, M. R., e Mazzucchelli, T. G. (2018). How parenting influences the lives of children. The Power of Positive Parenting. Transforming the Lives of Children, Parents and Communities Using the Triple P System. 2ª Ed, Oxford: University Press.

Sanders, M. R., e Prinz, R. J. (2018). Emergence of a population approach to evidence-based parenting support. 2ª Ed, New York: Oxford University Press.

Silva, A. C. P. (2019). Práticas educativas parentais e os seus efeitos na educação das crianças. In Congresso Internacional em Saúde (No. 8).

ARTIGO

7



ANÁLISE COMPARATIVA DO ÍNDICE DE VEGETAÇÃO POR DIFERENÇA NORMALIZADA (NDVI) DA COBERTURA VEGETAL DE 1996 A 2024 NO PERÍMETRO DE CONCESSÃO DA SOCIEDADE MINEIRA DE CATOCA

Autores: Abimael Benedito PACA | beniespirit@hotmail.com/beniespirit@gmail.com | Msc.Engenharia Geografica UAN – ANGOLA.

Sabino Augusto Calula COQUEIA | sabinocoqueia@rocketmail.com/sabinocoqueia@gmail.com | Doutorando em Ciências e Tecnologias Ambientais Pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

RESUMO

A indústria de mineração, ao longo dos anos, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento económico global, proporcionando insumos essenciais para diversas atividades industriais. No entanto, este setor também enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito aos impactos ambientais associados à extração de recursos minerais. A busca por práticas mais responsáveis e sustentáveis na mineração tem gerado um movimento global, impulsionado por organizações e iniciativas que buscam transformar a indústria em uma força positiva para o ambiente e as comunidades locais. Diante deste cenário, no presente artigo desenvolveu-se uma análise comparativa do índice de vegetação por diferença normalizada (NDVI) da cobertura vegetal

entre 1996 e 2024 no perímetro de concessão da Sociedade Mineira de Catoca – uma joint venture entre a Endiama (empresa estatal angolana) e a Alrosa, responsável pela exploração da maior mina de diamantes de Angola. Situada na província da Lunda Sul, a mina de Catoca é considerada uma das maiores do mundo em termos de reservas e produção de diamantes. Através da análise de imagens de satélite e dados coletados em campo, revelou que no período em análise houve uma melhoria significativa na cobertura vegetal, apesar dos impactos das atividades de mineração sobre a vegetação, a empresa implementou uma série de medidas eficazes de recuperação ambiental, reflorestamento e manejo sustentável, permitindo a regeneração e o fortalecimento da vegetação nativa em grande parte da área de influência.

Palavras-Chave: Geoprocessamento; Recuperação ambiental em Minas Gerais; Sociedade Mineira de Catoca; Impacto ambiental da mineração; Recuperação de áreas degradadas.

ABSTRACT

The mining industry, over the years, has played a crucial role in global economic development, providing essential inputs for various industrial activities. However, this sector also faces significant challenges, especially regarding the environmental impacts associated with the extraction of mineral resources.

The search for more responsible and sustainable practices in mining has generated a global movement, driven by organizations and initiatives that seek to transform the industry into a positive force for the environment and local communities. Given this scenario, this article developed a comparative analysis of the normalized difference vegetation index (NDVI) of vegetation cover between 1996 and 2024 in the concession perimeter of Sociedade Mineira de Catoca – a joint venture between Endiama (Angolan state company) and

Alrosa, responsible for exploring the largest diamond mine in Angola. Located in the province of Lunda Sul, the Catoca mine is considered one of the largest in the world in terms of diamond reserves and production. Through the analysis of satellite images and data collected in the field, it was revealed that during the period under analysis there was a significant improvement in vegetation cover, despite the impacts of mining activities on vegetation, the company implemented a series of effective environmental recovery measures, reforestation, and sustainable management, allowing the regeneration and strengthening of native vegetation in a large part of the area of influence.

Keywords: Parenting, cognitive development and child.

INTRODUÇÃO

A indústria de mineração, ao longo dos anos, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento económico global, proporcionando insumos essenciais para diversas atividades industriais. No entanto, este setor também enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito aos impactos ambientais associados à extração de recursos minerais. A busca por práticas mais responsáveis e sustentáveis na mineração tem gerado um movimento global, impulsionado por organizações e iniciativas que buscam transformar a indústria em uma força positiva para o ambiente e as comunidades locais.

Diante deste cenário, surgiu o interesse de desenvolver uma análise comparativa do índice de vegetação por diferença normalizada (NDVI) da cobertura vegetal entre 1996 e 2024 no perímetro de concessão da Sociedade Mineira de Catoca. Utilizando imagens de satélite, visando compreender o estado e a evolução dos ecossistemas naturais da região, bem como o impacto das atividades de exploração mineira sobre a vegetação e permitindo identificar áreas com potencial de preservação ou que necessitam de atenção especial ao longo do tempo.

A identificação de modificações na cobertura e uso da terra exige a aplicação

de conjuntos de dados multitemporais para distinguir regiões capturadas em várias datas. A análise de séries temporais utilizando imagens de satélite tem sido amplamente empregada em pesquisas relacionadas à dinâmica da paisagem (Sader, S. A., Stone, T. A. & Joyce, A. T. 1990).

A aplicação das técnicas de geotecnologias nos estudos monitoramento sistemático dinâmico da vegetação segundo Ponzoni et al., (2012) permite a análise das correlações entre parâmetros geofísicos do ambiente com os parâmetros biofísicos da vegetação como, a relação radiação-absorção eletromagnética, a área foliar, a biomassa e a cobertura do terreno.

As transformações espaço-temporal ocorridas na cobertura vegetal podem ser

analisadas através do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI). De acordo com Rouse (1973) e Rosa (2007), explicam que esse índice é baseado na utilização de bandas vermelhas e infravermelhas próximas, que respondem por 90% da variabilidade na resposta espectral da vegetação, facilitando assim uma correlação superior com os dados orbitais. O Índice de Vegetação da Diferença Normalizada (NDVI) é uma ferramenta de sensoriamento remoto utilizada para monitorar a saúde e a densidade da vegetação em uma determinada área. O NDVI é amplamente utilizado em estudos de monitoramento ambiental, planejamento de uso do solo, detecção de mudanças na cobertura vegetal e estimativa da produtividade agrícola.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A Sociedade Mineira de Catoca é uma empresa Angolana dedicada à prospecção, exploração, tratamento, beneficiamento e comercialização de diamantes, criada a pedido do governo angolano para explorar o kimberlito de Catoca, de acordo com a legislação angolana é uma empresa de capital misto. Os sócios que formam Catoca, são:

- A Endiama EP: em representação ao estado angolano, com participação de 59%;
- A Alrosa, empresa russa de capital publico, com 41% de acções;

Ao abrigo do título de exploração mineira, a Sociedade Mineira de Catoca, ocupa 357 km² de área de concessão, constituída por uma vila residencial,

infra - estrutura industrial e vários empreendimentos de suporte ao processo de exploração.

Localização Geográfica.

Em termos administrativo-geograficos, a Sociedade Mineira de Catoca, situa-se no Nordeste da República de Nacional de Angola, na parte noroeste da Provincia da Lunda - Sul, proximo a cidade de Saurimo, numa distancia de 35 Km e cerca de 1000 Km da cidade de Luanda, capital do País. O território da área de concessão da SMC, encontra-se dentro da folha topografica 121-SG34, com a escala 1:1000000, do cadastro topográfico pertencente ao estado angolano, situado em uma área ao longo da demarcação entre as províncias da Lunda Norte e Lunda Sul.



Fig. 1. Localização Geográfica da Mina de Catoca. (fonte: Site de Catoca).

Vias de Acessos

O acesso à região pode ser feito tanto por via aérea como terrestre. Por via aérea, utilizam-se aviões de grande e pequeno porte que aterram, respetivamente no aeroporto de Saurimo e aeroporto da mina de Catoca (figura 2), e por via terrestre, através das estradas nacionais (EN180) que liga as cidades de Saurimo ao Dundu (Lunda Norte), e estrada nacional (EN230) entre as cidades de Malange e Saurimo (Lunda Sul).

O local de estudo é acessado por uma via principal, asfaltada pela Empresa – Catoca, a Partir do desvio da estrada Nacional (EN180), no Bairro Muacumbi; diversas vias secundarias na vila residencial estão asfaltados e outras nas zonas de produção foram terraplanados, as mesmas estão em constante manutenção e aspersão de água para eliminação de poeiras.



Fig. 2. Pousagem de Avião no Aerodromo das instalações da Sociedade Mineira de Catoca (Autores).

Hidrografia

A rede hidrográfica da região está orientada para o Norte, onde dreina as suas águas para o Rio Zaire, por intermédio do Rio Kassai, um dos seus maiores tributários, cujos afluentes, alimentados por inúmeros sub-afluentes, atravessam a região de Sul para o Norte. Os principais afluentes do rio Kassai, de Oeste para Leste, o Rio Kuango, Rio Kuilo, Rio Luangue, Rio Luxico/Luele, Rio Lovua, Rio Chikapa, Rio Luachimo, Rio Chihumbe e o Rio Luembe.



Fig. 3. Quedas do Rio Chikapa (Coqueia, 2014)

O clima

O clima da região é tropical, favorável para actividade agrícola, pecuária e pesca. A região apresenta duas principais estações durante o ano:

- A época de chuva, que perdura do dia 15 de Agosto até aos dias 15 de Maio;

- A estação seca, vulgarmente conhecido por cacimbo, tem a duração de 90 dias, começando no dia 15 de Agosto e termina do dia 15 de Maio.

De acordo o centro de controlo meteorológico instalado no aeroportode Catoca, a temporada mais chuvosa ocorre nos meses de Novembro a Março, na qual a estimativa media anual para precipitação atmosférica é de 1366 mm. Quanto aos outros dados meteorológicos, destaca-se:

- A temperatura ao longo do ano, varia em 12° C de mínima e 34° C de Máxima;
- A media anual de humidade relativa é de 63%;
- Dependendo do ano, as direcções predominantes do vento podem variar de Norte a Nordeste e Sul para Sudoeste.

Fauna e Flora

A região de Saurimo, caracteriza-se por ser uma zona de transição entre os domínios de savana ao sul, floresta tropical ao norte, ganhando extensas áreas na República Democrática do Congo. A fauna da região caracteriza-se pela grande diversidade de animais: (i) o hipopótamo (*Hippopotamus amphibius*); (ii) a palanca-vermelha (*Hippotragus equinus*); (iii) a pacaça (*Syncerus caffer*); (iv) a eita tunganga (*Tragelaphus strepsiceros*); (v) a quissema (*Kobus defassa*); (vi) o leão (*Panthera Leo*); (vii) a cabra-de-leque (*Antidorcas marsupialis*); (viii) o sacara (*Otocyon megalotis*); (ix) os mabecos (*Lycaon pictus*); (x) a geneta (*Genetta angolensis*); (xi) o gato-bravo (*Felis silvestris*); (xii) o leopardo-caçador (*Acinonyx jubatus*); (xiii) a hiena-castanha

(*Parahyaena brunnea*); (xiv) a galinha-do-mato (*Numida meleagris*); (xv) as serpentes e etc.



Fig. 4. Área de savana arborizada (Coqueia, 2014)

Vias de Acessos

A metodologia do presente artigo, baseia-se na análise do índice de vegetação da diferença normalizada (NDVI) a partir de imagens de satélite. O NDVI é um indicador que mede a quantidade e a saúde da vegetação, variando de -1 a 1, onde valores mais altos indicam uma cobertura vegetal mais densa e saudável.

Para a análise, foram utilizadas imagens de satélite Landsat 8, sensor Operational Land Imager (OLI) obtidas através da United States Geological Survey e do satélite Landsat 5, sensor Thematic Mapper (TM) dos anos 1996 e 2024, que cobrem a região de influência da Sociedade Mineira de Catoca. Essas imagens foram processadas e analisadas para calcular o NDVI em cada ano, permitindo a comparação da cobertura vegetal ao longo do tempo.

No estudo utilizou-se imagens de satélite de alta resolução da região de interesse, coletadas em 14 de maio de 1996 e 04 de maio de 2024. As imagens foram adquiridas em meses que correspondem a estação de chuva em Angola, de modo que, as análises das respostas espectrais da vegetação não sofressem interferências de questões sazonais do clima.

As imagens foram obtidas a partir de sensores remotos e fornecem informações detalhadas sobre a cobertura vegetal e o uso do solo no perímetro de concessão mineira de Catoca. No entanto, as de 1996, representam a condição inicial da vegetação antes do início das atividades de exploração mineira da Sociedade Mineira de Catoca, enquanto, as imagens de 2024 refletem a situação atual, após aproximadamente 28 anos de operação da mina.

Para calcular os índices de vegetação advindo do sensor OLI, foram usadas a banda 4 (vermelho - 0,64 µm a 0,67 µm) e a banda 5 (infravermelho próximo - 0,85 µm a 0,88 µm), enquanto para o sensor TM as bandas utilizadas

foram, a banda 3(vermelho - 0,63 µm a 0,69 µm) e banda 4 (infravermelho - 0,77 µm a 0,89 µm). A partir destes dados brutos, as imagens foram processadas em ambiente SIG, por meio do software ArcGis 10.8.

O NDVI foi calculado através da equação proposta por Rouse et al., (1973);

NDVI= NIR – Red / NIR+ Red (1)

Onde, NIR representa a reflectância da banda do infravermelho próximo e Red a reflectância da banda do infravermelho visível.

O cálculo é realizado em cada pixel resultando em valores que variam de -1 a 1, sendo que valores próximos a 1 indicam uma vegetação saudável e densa, enquanto valores negativos ou próximos de 0 indicam áreas de corpos de água, edificações, solos expostos ou outras superfícies onde há pouca ou nenhuma actividade da clorofila.

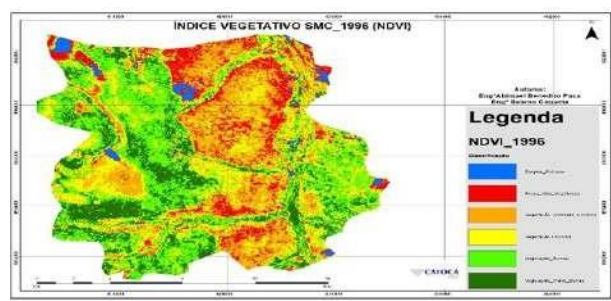
Para melhor representação dos índices de vegetação, as imagens do NDVI dos anos de 1996 e 2024, foi empregue a ferramenta Spatial Analyst Tools e a função Reclassify pertencente ao SIG ArcGIS versão 10.8, para observar a variação do NDVI na área de intervenção; posteriormente, classificadas em seis categorias, tabela I;

Tabela I. Intervalo, classes atribuídas e notas ao índice de vegetação por diferença normalizada.

Intervalo do NDVI	Classes Atribuídas	Notas
0,6 a 0,8	Vegetação muito densa	1
0,4 a 0,6	Vegetação densa	2
0,2 a 0,4	Vegetação esparsa	3
0,1 a 0,2	Vegetação bastante esparsa	4
0 a 0,1	Áreas não vegetadas	5
<0,1	Corpos hídricos	–

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A representação e análise da imagem do ano de 1996, fig. 5., serviu como ponto de partida para compreender as mudanças na cobertura vegetal ocorrida ao longo dos 28 anos de operação da mina de Catoca. No entanto, a referida figura representa a cobertura vegetal da região na época, era predominantemente natural, com os valores estimados em percentagem de acordo a sua classificação em vegetação muito densa 15%, vegetação densa 28%, vegetação esparsa 22%, vegetação bastante esparsa 23%, áreas não vegetadas 11% e corpos hídricos 2%. Este



Em 2024, fig.7. após 28 anos de operação da Sociedade Mineira de Catoca, embora algumas áreas tenham sido desmatadas para o desenvolvimento das actividades de mineração, construção de infra estruturas de apoio, modificando o padrão original da cobertura vegetal, é possível observar



cenário representa o estado do perímetro de concessão da Sociedade Mineira de Catoca, antes do início das atividades de exploração mineira. Concludentemente os valores registados no fig.6., reflecte valores do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI), indicando uma área com actividade fotossintética e biomassa verde.

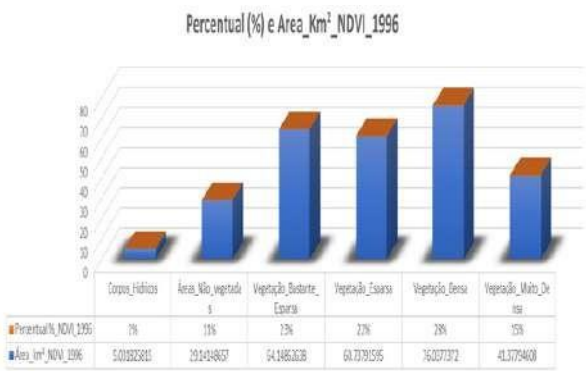


Fig. 6. Percentual de Classes e o equivalente em Km² da Diferença normalizada de 1996.

através dos dados da fig.8. um aumento considerável do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) em comparação a 1996, indicando uma melhoria significativa na saúde e o vigor da vegetação que circunda a concessão de Catoca.

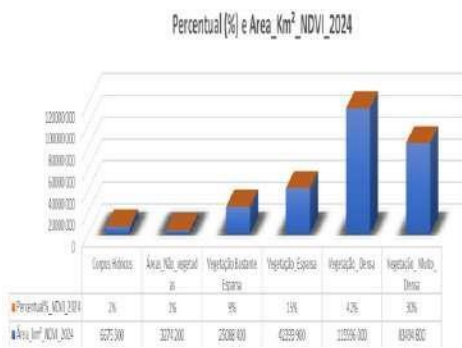


Fig. 8. Percentual de Classes e o equivalente em Km² da Diferença normalizada de 2024.

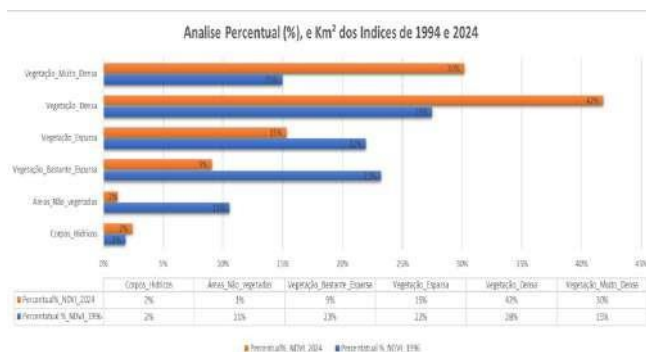


Fig. 9. Análise comparativa das classes e o equivalente em Km² da diferença normalizada de 1996 a 2024.



Fig. 10. Análise Comparativa da mudança temporal das classes e o equivalente em Km² da diferença normalizada de 1996 a 2024.

Com base nos dados da fig. 10. observamos dois fenômenos distintos: florestação e desflorestação. A florestação refere-se à transição da classe “Sem vegetação” para a classe “Vegetação”, com uma área total de 109.47 km² ao longo dos 28 anos de

operação da mina de Catoca. Por outro lado, a desflorestação representa a transição oposta, da classe “Vegetação” para a classe “Sem vegetação”, numa área total de 22.49 km² durante o mesmo período, conforme pode ser visto na fig.11.

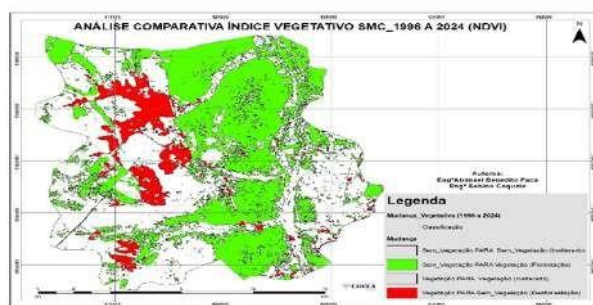


Fig. 11. Análise comparativa do índice vegetativo de 1996 a 2024.

Outrossim, além da análise efectuado na fig.11, a fig.12. apresenta uma evolução positiva do NDVI, sugerindo desta forma que apesar dos impactos da actividade de mineração, a Sociedade Mineira de Catoca implementou

medidas de mitigação e recuperação ambiental, permitindo a regeneração e o fortalecimento da cobertura vegetal em grande parte do perímetro de concessão mineiro.

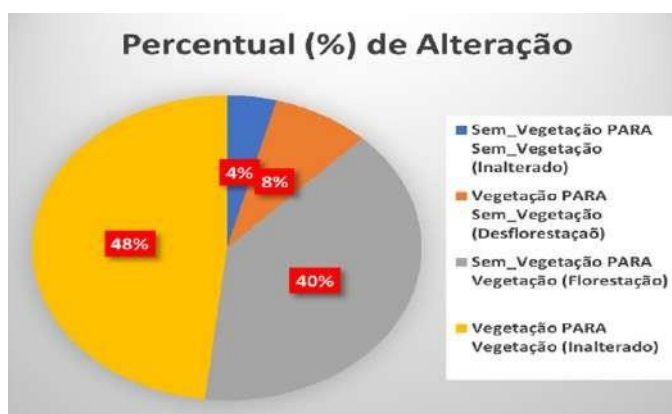


Fig. 12. Percentagem de Alteração da NDVI de 1996 a 2024.

Nos dados apresentados na Fig.12., podemos observar que houve uma florestação totalizando aproximadamente 40% da área estudada ao longo do período de 28 anos. Além disso, houve uma desflorestação correspondente a cerca de 8% da mesma área. Isso demonstra que os esforços que a Sociedade Mineira de Catoca, tem desenvolvido na produção e plantação de 10.000 mudas anuais de espécies nativas e exógenas, para promover a regeneração natural da vegetação, têm sido eficazes na recuperação dos ecossistemas degradados e na promoção da biodiversidade local.

Além dos factos enunciados no parágrafo anterior, a melhoria observada no Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) do perímetro de concessão da Sociedade Mineira de Catoca entre 1996 e 2024, pode ser atribuída aos seguintes factores:

- A adoção de práticas de manejo ambiental mais sustentáveis, como a preservação de corredores ecológicos, a restrição de

desmatamento e o controle de erosão, contribuíram significativamente para a melhoria dos indicadores de cobertura vegetal;

- A monitorização ambiental contínua das zonas reabilitadas e aos investimentos em recuperação de áreas degradadas;
- O envolvimento e a participação da comunidade local foram fundamentais para o sucesso das ações de preservação e recuperação da vegetação, através da disseminação de informações, capacitação e adoção de práticas sustentáveis de uso da terra;
- Investir em estudos e pesquisas científicas para compreender melhor os ecossistemas da região e desenvolver estratégias de recuperação ambiental eficazes. Esse conhecimento aprofundado permitiu a implementação de técnicas de restauração ecológica adaptadas às necessidades locais, acelerando a regeneração da vegetação e a melhoria do NDVI.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a análise da evolução do Índice de Vegetação por Diferença Normalizada (NDVI) na região da Sociedade Mineira de Catoca entre 1996 e 2024 revelou uma melhoria significativa na cobertura vegetal. Apesar dos impactos iniciais das atividades de mineração, a empresa implementou uma série de medidas eficazes de recuperação ambiental, reflorestamento e manejo sustentável, permitindo a regeneração e o fortalecimento da vegetação nativa em grande parte da área de influência;

A análise comparativa do NDVI entre 1996 e 2024 permitiu um monitoramento contínuo da evolução da cobertura vegetal na região. Essa avaliação ao longo do tempo é essencial para identificar tendências, avaliar a eficácia das ações de mitigação e recuperação, e direcionar futuros investimentos em projetos ambientais pela Sociedade Mineira de Catoca;

As ações de conscientização e sensibilização sobre as práticas de queimadas, nas comunidades locais, foram fundamentais para a obtenção desses resultados positivos, sinalizando a eficácia de uma abordagem integrada e participativa para a gestão sustentável dos recursos naturais;

Embora os resultados sejam animadores, é necessário um monitoramento contínuo da cobertura vegetal, a fim de identificar possíveis ameaças e implementar ações de longo prazo para a manutenção da melhoria observada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COQUEIA, S. (2014). Metodologia de controlo geoambiental da Bacia de Rejeitado da Sociedade Mineira de Catoca [Dissertação de Mestrado]. Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Jensen, J. R. (2009). Sensoriamento remoto do ambiente: Uma perspectiva em recursos terrestres (J. C. N. Epiphany, Trad.). São José dos Campos, SP.

Ponzoni, F. J., Shimabukuro, Y. E., & Kuplich, T. M. (2012). Sensoriamento remoto da vegetação (2^a ed.). São Paulo: Oficina de Textos.

Rouse, J. W., Haas, R. H., Schell, J. A., & Deering, D. W. (1973). Monitoring vegetation systems in the Great Plains with ERTS. In Third Symposium of ERTS (Vol. 1, pp. 309–317). Greenbelt, MD: NASA SP ± 351.

Rosendo, J. S., & Rosa, R. (2007). Análise da detecção de mudanças no uso da terra e cobertura vegetal utilizando a diferença de índices de vegetação. In Anais do 13^o Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto (pp. 4209–4216). Florianópolis, SC.

Sader, S. A., Stone, T. A. & Joyce, A. T. (1990). Remote Sensing of Tropical Forests: An Overview of Research and Applications Using Non-Photographic Sensors. Photogrammetric Engineering and Remote Sensing, 56 (10) 1343–1351.

United States Geological Service. (2024). Collection: Landsat archive. Disponível em <http://earthexplorer.usgs.gov/>. Acesso em 01 de maio de 2024.

ARTIGO

8

EDUCAÇÃO AMBIENTAL SOBRE A PROBLEMÁTICA DO SANEAMENTO BÁSICO NAS COMUNIDADES URBANAS: CASO PARTICULAR DO MUNICÍPIO DO UÍGE.

Autores: Kinkani Michel André | Gilson Rebelo Samahina das Neves

RESUMO

A presente pesquisa é intitulada como “Educação ambiental sobre a problemática do saneamento básico nas comunidades urbanas: caso particular do município do Uíge”, a escolha do tema deveu-se pela necessidade de se divulgar, compreender e procurar soluções aos diversos problemas com relevância científica que se têm desencadeado na vida cotidiana, no sentido de se promover o progresso social. O objectivo geral é elaborar algumas estratégias de educação ambiental no sentido de ajudar a sociedade a moldar as suas atuações no meio ambiente e reflectir sobre

as consequências que podem advir da ausência do saneamento básico no seio das comunidades. Para o seu alcance, utilizou-se métodos de investigação científica de níveis teórico e empírico. A presente pesquisa está estruturada por 3 capítulos e suas devidas conclusões. O primeiro capítulo faz uma abordagem teórica sobre o tema, fundamentado em ideias de diversos autores, o segundo, apresenta a metodologia utilizada nesta pesquisa, já o terceiro apresenta os resultados e a sua devida discussão. Para as referências bibliográficas e a bibliografia, usou-se a norma APA 6ª edição (Associação dos Psicólogos Americanos).

Palavras-Chave: Comunidades urbanas. Educação Ambiental. Saneamento básico.

ABSTRACT

This research is entitled “Environmental education on the problem of basic sanitation in urban communities: a particular case of the municipality of Uíge”, the choice of the topic was due to the need to publicize, understand and seek solutions to various problems with scientific relevance that have been unleashed in everyday life, in order to promote social progress. The general objective is to develop some environmental education strategies in order to help society shape its actions in the environment and reflect on

the consequences that may arise from the absence of basic sanitation within communities. To achieve this, scientific research methods at theoretical and empirical levels were used. This research is structured by 3 chapters and their respective conclusions. The first chapter provides a theoretical approach to the topic, based on ideas from different authors, the second presents the methodology used in this research, and the third presents the results and their appropriate discussion. For bibliographical references and bibliography, the APA 6th edition standard (Association of American Psychologists) was used.

Keywords: Urban communities. Environmental education. Basic sanitation.

INTRODUÇÃO

Na actualidade, o mundo está mergulhado a um conjunto de situações e que carecem de um estudo cuidadoso de modo que se dê as devidas soluções. Entre os principais problemas que se vêm debatendo e com impacto significativo para o futuro do planeta, assim como para a vida humana, temos: a poluição das águas, as alterações climáticas, a degradação da biodiversidade, o saneamento básico, etc. Na procura de soluções para estas situações, a divulgação a investigação e divulgação de temas desta natureza torna-se fundamental, uma vez que, é por lá onde são formados todos os seres que posteriormente vão actuar nas mais variadas esferas. Nesta vertente, sendo o saneamento básico um

problema de saúde pública e tema da actualidade, que de diversas maneiras pode condicionar o futuro do planeta, se tornou uma motivação para nós desenvolver-lo de modo a contribuímos no melhoramento de certas situações que afectam negativamente a vida no planeta.

Os problemas sobre o saneamento básico, embora noutro o homem não tivesse noção, datam desde o surgimento das primeiras comunidades. O desenvolvimento das cidades, em várias localidades como Inglaterra, França, Bélgica e Alemanha, tornaram as condições de vida nas cidades assustadoras, onde moradias ficavam superlotadas e sem as mínimas condições de higiene (Guimarães, 2007).

Dá-se nome de “saneamento ao conjunto de medidas que visam preservar ou modificar as condições do meio ambiente com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde, melhorar a qualidade de vida da população, realizar a colecta do esgoto das residências, indústrias e das vias públicas, e facilitar a actividade econômica” (Guevara, 2019, p. 8).

Ao longo desta abordagem, ver-se-á que a saúde que o saneamento proporciona difere daquela que se procura nos hospitais e nas chamadas casas de saúde, onde são encaminhadas as pessoas que já estão efectivamente doentes, pelo contrário, ela promove a saúde pública preventiva, reduzindo a necessidade de procura aos hospitais e postos de saúde (Guimarães, 2007).

São várias as causas que dão origem a falta do saneamento básico, entre as principais falar-se-á do crescimento demográfico nas zonas urbanas, o desenvolvimento da indústria, assim como a desigualdade Social. No concernente

a importância, abordar-se-á que a promoção do saneamento básico ajuda na prevenção de doenças; evita a presença de resíduos sólidos em locais inadequados e a proliferação de vectores de doenças como ratos e insectos que são responsáveis pela disseminação de várias doenças, etc.. Atendendo a estes pressupostos, a complexidade das situações no sector do saneamento básico, são de carácter interdisciplinar, e devem por isso integrar as diversas políticas públicas que têm relação com o saneamento, por meio da parceria entre os sectores do saneamento, da saúde, do meio ambiente, da habitação, da energia, dos transportes e do urbanístico, etc. (Rubinger, 2008).

Portanto, a falta de saneamento, é um problema de saúde pública que afecta sobretudo boa parte dos países em desenvolvimento assim como Angola e o Uíge não foge a regra, razão na qual,

Justificativa

O saneamento básico é entendido como o conjunto de procedimentos adoptados com objectivo de proporcionar uma situação higiénica e de saúde, para população urbana e rural. Entre os procedimentos do saneamento básico temos: tratamento da água, canalização e tratamento de esgotos, limpeza pública de ruas e avenidas, colecta e tratamento de resíduos sólidos. Assim, o conjunto de procedimentos que este integra se resumem nos principais elementos que uma comunidade precisa para garantir o seu bem-estar em diversos âmbitos. Nas constatações que se têm vindo a fazer a partir dos locais de vivência, escola, cidade, assim como nos diversos países do mundo subdesenvolvido, o saneamento básico

merece de um estudo cuidadoso de modo a minimizar os efeitos negativos que deste pode advir.

encontra-se numa situação muito precária, e em muitos casos mesmo inexistente, provocando diversas consequências no seio das populações humanas assim como também para o meio ambiente.

E como nas diversas sociedades a investigação científica constitui o pilar fundamental para a divulgação e resolução de diversos problemas, no sentido de se promover o progresso social, procuramos abordar este tema, de modo a despertar a sociedade Uígene, assim como os leitores deste artigo no sentido de moldar as suas percepções e reflectir sobre as consequências que podem advir da ausência do saneamento básico no seio das comunidades, assim como reflectir sobre as soluções como forma de prevenir-se dos impactos negativos derivados do mesmo.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Definição de termos

O conceito de saneamento básico, está relacionado com o controlo e distribuição dos recursos básicos (abastecimento, tratamento e distribuição de água, esgoto sanitário, colecta e destino adequado do lixo, limpeza pública) tendo em conta o bem-estar físico, mental ou social da população (Altunaga, 2018).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é o controle de todos os factores do meio físico do homem, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico,

mental e social. De outra forma, pode-se dizer que saneamento caracteriza o conjunto de acções socioeconómicas que têm por objectivo alcançar salubridade Ambiental (Guimarães, 2007).

O saneamento básico pode ainda ser entendido como o conjunto de serviços, infra-estruturas e instalações operacionais de:

a) Abastecimento de água potável: constituído pelas actividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;

b) Esgotamento sanitário: constituído pelas actividades, infra-estruturas e instalações operacionais de colecta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;

c) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de actividades, infra-estruturas e instalações operacionais de colecta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do

lixo originário da varrição e limpeza de instituições e vias públicas;

d) Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas: conjunto de actividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais nas áreas urbanas (Rubinger, 2008, p. 22).

*A noção de comunidade é muito vasta, geralmente abrange controversos pontos de vista e dissonantes discursos. Etimologicamente, é proveniente do termo *communitas* que tem sua formação baseada nos termos *cum* e *munus*, que desdobram-se nos sentidos de relação com os outros, um estar junto. O sentido de *cum*, tem uma relação de dar sem receber em troca por dever, obrigação, retribuição (sentido de *munus*), o sujeito se sente arrastado por um dever incontornável, porque coincide com o próprio desejo (Lazzari, Mazzarino, & Turatti, 2016, pp. 1-2).*

“**Comunidade urbana:** é uma associação jurídica de municípios onde se localiza. Suas paisagens são variadas por depender de estruturas antigas, do urbanismo por vezes desordenado, etc.” (Baud, Bourgeat, & Bras, 2007, p. 45).

Em geral, sanear quer dizer tornar são, sadio, saudável, concluindo-se portanto, que saneamento equivale a saúde. Porém, é uma saúde que difere daquela que se procura nos hospitais e nas chamadas casas de saúde, onde são encaminhadas as pessoas que já estão efectivamente doentes ou, no mínimo, presumem que estejam. Ao contrário, o saneamento promove a saúde pública preventiva, reduzindo a necessidade de procura aos hospitais e

postos de saúde, porque elimina a chance de contágio por diversas moléstias. Isto significa dizer que, onde há saneamento, são maiores as possibilidades de uma vida mais saudável e os índices de mortalidade, principalmente infantil, permanecem nos mais baixos patamares.

Principais causas da falta do saneamento básico nas comunidades urbanas

São várias as causas que estão na base da falta do saneamento básico, entre as que mais se destacam podemos citar:

O CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO NAS ZONAS URBANAS

O crescimento urbano constitui um dos grandes factores que têm concorrido na poluição das águas. Este problema tem agravado cada vez mais, a medida em que se tem acentuado a concentração das populações nos centros urbanos em

razão dos conflitos armados, a procura de áreas com mais segurança, e o próprio crescimento natural. Estas concentrações, trazem consigo inúmeros problemas de gestão urbana e impactos negativos para a biodiversidade aquática (Knapic, n.d).

Em grande parte dos países em desenvolvimento, o crescimento urbano tem sido mais acelerado em relação as capacidades de instalação de estações de tratamento de água, esgotos e zonas propícias para o depósito do lixo, fazendo com que todos os seus resíduos sejam despojados directa ou indirectamente nos rios, contaminando assim as suas águas e seres que nele se encontram (Morais, Torres, & Martins, 2006, p. 59)

A industrialização

A indústria é uma actividade central nas sociedades modernas e motor indispensável para o

crescimento social e económico.

Quando não acompanha o crescimento demográfico, pode causar impactos significativos no ambiente, por meio da descarga de efluentes não tratados e a emissão de gases para a atmosfera por indústrias, pode ser um grande problema para o ambiente, e este pode provocar alterações físico-químicas no meio aquático, originando a degradação ou poluição (Morais, Torres, & Martins, 2006, p. 59).

A nível mundial, os maiores produtores de resíduos, são os países industrializados. Mais em contrapartida por causa do nível de desenvolvimento alcançado por estes, estes são reutilizados para outras actividades. A industrialização em África não atingiu um nível tão elevado, daí é que boa parte dos resíduos produzidos têm como destino o mar, rios, etc. (Cunha, 2008).

A desigualdade Social

Na maior parte dos casos, os serviços de abastecimento de água, recolha de lixo, varrição, etc., se limitam nas regiões centrais e de forte atracção pública. Como consequência as camadas de baixo nível vêm-se afectados pelas consequências destas restrições, entre as principais pode-se mencionar:

- **Poluição dos recursos hídricos:** o tratamento inadequado dos esgotos, do lixo, etc., se reflecte na contaminação dos recursos hídricos, pois o mesmo esgoto sem tratamento, de alguma maneira, acaba desaguando em locais onde contamina águas que poderiam ser utilizadas para diversos serviços;
- **Poluição urbana:** os esgotos a céu aberto, decorrentes da falta de saneamento, geralmente acabam virando um local de depósito de lixo, o que poderá entupir os mesmos, causando alagamentos em vastas regiões;
- **Improdutividade:** o acumulo de lixo em certas regiões, provocam a contaminação dos solos, que em diversas situações causam a improdutividade do local e a indisponibilidade de tratamento desse esgoto, assim deixando diversos locais em maneiras insalubres para realização de serviços em prol da sociedade (Guevara, 2019).

■ IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE O SANEAMENTO BÁSICO NA VIDA DAS POPULAÇÕES

Para se evitar as consequências acima mencionadas, torna-se necessária a implementação do saneamento básico, que é tão importante uma vez que: Ajuda na prevenção de doenças; Evita resíduos sólidos em locais inadequados e a proliferação de vectores de doenças como ratos e insectos que são responsáveis pela disseminação de algumas moléstias; Garante e promove o melhoramento da qualidade de vida; Controla os factores do meio físico do homem, que exercem ou possam exercer efeito prejudicial ao seu bem-estar físico, mental e social; Ajuda na prevenção da poluição das águas de rios, mares e outros mananciais, de modo a garantir a qualidade da água utilizada pelas populações para consumo, bem

como o seu fornecimento de qualidade, além do controle de vectores; Promove a drenagem das águas das chuvas, de modo a evitar enchentes e cuidar das águas subterrâneas (Oliveira & Oliveira, 2015).

Portanto, o saneamento como aplicado hoje, tem alcançado um elevado grau de perfeição resultado do desenvolvimento de vários ramos da ciência. [...] O desenvolvimento da ciência do saneamento tem se tornado tão amplo que é impossível para um só indivíduo ter conhecimento detalhado de suas várias ramificações (Rubinger, 2008).

CONSEQUÊNCIAS DA FALTA DE UM SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO EFICIENTE

A falta de saneamento básico gera impactos negativos significativos à saúde das populações. No meio urbano, vem se tornando cada vez mais frequente, principalmente nas comunidades mais carentes. Com o aumento descontrolado da população, as comunidades urbanas ficam cada vez mais susceptíveis a riscos ambientais, tais como: as ruas que muitas vezes servem para defecação de animais, os esgotos a céu aberto, a proliferação do lixo, águas paradas,... Sendo assim, pessoas expostas a esses riscos estão mais propensas a introduzir nas suas residências agentes infecciosos adquiridos no domínio público. A falta de hábitos higiênicos, provocada muitas das vezes pela, facilita em muitos casos a transmissão de doenças infecciosas. A lavagem das mãos antes das refeições e depois de ir ao banheiro, a disposição higiênica das fezes, a preparação e conservação adequada de alimentos são hábitos de higiene que visam minimizar a transmissão doméstica das doenças(Ribeiro & Rooke, 2010).

Portanto, distinguem-se dois domínios de transmissão de doenças:

- **O domínio público:** abrange os lugares de trabalho, de educação, de comércio e de recreação;
- **Domínio doméstico:** a transmissão ocorre nas residências.

Esta divisão em dois domínios é importante porque facilita o controle da transmissão em cada ambiente, por exigir intervenções diferentes. As doenças ou infecções provocadas pela falta de saneamento ou pelo saneamento inadequado, tais como as diarreias, se transmitem geralmente em ambos os domínios (público e doméstico). Sendo assim, se faz necessário implantar medidas de intervenções nos dois domínios para que a transmissão seja controlada. Em suma, uma intervenção dirigida unicamente ao domínio doméstico, será pouco eficaz contra a transmissão no domínio público e vice versa(Ribeiro & Rooke, 2010).

Assim, as consequências do saneamento básico ao meio ambiente são enormes, entre as principais podemos enumerar:

- **Ameaça a saúde pública:** segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o principal objectivo do saneamento básico é prevenir doenças que podem se proliferar devido à falta desse serviço. A má qualidade da água, má deposição de dejectos, destino inadequado dos resíduos e ambientes poluídos são reflexos da falta desse serviço, virando fonte de proliferação de doenças. de acordo com a Unicef, a diarreia é a segunda maior causa de mortes em crianças abaixo de cinco anos de idade(Guevara, 2019, pp. 11-12).

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA DAS MEDIDAS EFICAZES PARA A PROMOÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

Educação ambiental é o instrumento de formação de uma consciência através do conhecimento e da reflexão sobre a realidade ambiental. Visa desenvolver a consciência ambiental para o melhoramento de actitudes e condutas que favoreçam o exercício da cidadania, a preservação do ambiente e a promoção da saúde e do bem-estar. Deverão ser implementados programas de acções com ampla participação pública, através da veiculação de campanhas educativas e de mobilização comunitária, capacitação de agentes multiplicadores, promoção e articulação entre os sectores públicos, privados e comunitários (Fundação Nacional de Saúde, p. 28).

A produção de resíduos e outros sistemas degradantes a nível do planeta, actualmente atingem milhões de toneladas, e o seu ritmo de crescimento é cada vez mais incontrolável. O caso concreto de África, a população tem a tendência de crescer cada vez mais sobretudo nas zonas urbanas. Facto que também trás repercursões negativas em termos de saneamento básico das cidades assim como as zonas suburbanas, pois a quantidade do lixo aumenta, a rede de esgotos e o abastecimento da água se torna cada vez mais precário. Os países do mundo subdesenvolvido, também não utilizam métodos modernos de recolha e tratamento de resíduos, onde o lixo é recolhido muitas vezes por veículos não recomendados e depositado posteriormente em áreas fora do perímetro urbano nas chamadas lixeiras, ficando a céu aberto. Por consequência as populações pobres deslocam-se ainda a estes locais a procura do que lhes for útil para a sustentabilidade podendo assim

contrair algumas enfermidades. Nas zonas suburbanas devido a intransitabilidade das ruas também se deitam dejectos humanos nos grandes amontuamentos de lixo. Como solução a estas situações, a educação ambiental neste contexto joga um papel fundamental, uma vez que poderá permitir com que a população em geral tome consciência sobre como proceder face a situação dos resíduos (Cunha, 2008).

Portanto, entre as soluções para a educação ambiental, a fórmula dos 3 R's (R,R,R), Reduzir, Reutilizar e Reciclar, é uma das mais eficazes para minimizar as situações de degradação:

Redução: consiste em produzir a menor quantidade possível, diminuindo o consumo ou reduzir o peso e o volume de embalagens.

Reutilizar: consiste em aproveitar repetidas vezes a mesma embalagem, frasco, etc., depois de consumir o conteúdo, o recipiente pode ser levado de volta a loja ou ao super mercado que também poderá devolver posteriormente às fábricas.

Importa aqui salientar que na realidade dos países pobres, a reutilização muitas das vezes é feita de forma inadequada, uma vez que os recipientes muitas das vezes são catados em ambientes impróprios, e mesmo sem passar por um tratamento adequado são novamente aproveitados para armazenar produtos consumíveis, facto que também pode gerar repercursões muito negativas na vida do homem.

A reciclagem: é o processo que transforma resíduos e materiais úteis. Permite reduzir a quantidade de detritos, poupando recursos naturais e energéticos. Este implica a separação e o tratamento de materiais como o papel, vidro, pneus, para posteriormente serem recuperados e reutilizados. Na maior parte dos países

desenvolvidos, as populações têm plena consciência de que das suas habitações o lixo só pode sair separado em sacos próprios para o efeito (ver apêndice n:). Já nos países africanos, a política dos 3 erres ainda é um grande desafio devido aos enormes recursos financeiros e à alta tecnologia que exige (Cunha, 2008).

O SANEAMENTO BÁSICO NO CONTEXTO ANGOLANO

Em Angola, tal como a África no geral, o crescimento desordenado da população tem contribuído bastante para o aumento significativo de pessoas a viver em condições de pobreza e degradante. Do ponto de vista habitacional, se verificam grandes contrastes, entre as grandes habitações de luxo e as casas dos bairros degradados, assim como também poucos se presta atenção em cidades e habitações antigas,

nestas zonas, as condições de habitação e de vida, abastecimento de água potável, recolha de lixo e os cuidados de saúde são insatisfatórios (Cunha, 2008).

Em diversas cidades africanas, assim como também as angolanas não fogem a regra, o panorama de degradação é quase semelhante, apresentando as seguintes características:

- **A urbanização é geralmente orientada pelos próprios habitantes, com o surgimento de moradias descontroladas, sem mínimo cumprimento de regras básicas da construção;**
- **A fraca distribuição da rede eléctrica, águas, assim como também os serviços hospitalares e de educação;**
- **Um sistema de saneamento muito fragilizado;**
- **A pressão das populações sobre os ecossistemas, fruto da procura de espaços para a agricultura e habitações, etc.**

Como consequência destas acções, a Organização Mundial da Saúde (OMS), admite que nas zonas urbanas em África, proliferam diversas doenças, todas provocadas por factores ligados a degradação ambiental, adicionados com a má nutrição, muitas das vezes crónica. Entre as principais causas desta degradação ambiental temos:

O êxodo rural; o elevado crescimento natural da população urbana; a pobreza extrema; a falta de acesso a água potável; a construção em zonas inadequadas (dificultando o processo de recolha do lixo e outros serviços públicos; etc. (Zerquera, 2011).

MATERIAIS E MÉTODOS

Modalidades de pesquisa

A presente investigação, utilizou duas modalidades de pesquisas a saber:

1. De acordo aos objectivos do estudo: descritiva explicativa;
2. De acordo aos procedimentos técnicos: bibliográfica e estudo de campo.

Do ponto de vista metódico, para se alcançar o objectivos propostos, utilizou-se várias as categorias de métodos de investigação científica, repartidos em duas categorias: os métodos de nível teórico, que ajudaram significativamente na constituição do marco teórico referencial e não só; e os métodos empíricos que ajudaram no levantamento de dados no campo de pesquisa e não só.

Instrumentos de colecta de dados

Por se tratar de uma pesquisa de campo, os dados foram colectados mediante a observação no terreno, imagens fotográficas, e entrevistas. Os dados foram

apresentados e analisados de forma qualitativa por intermédio de imagens.

Portanto, o desenvolvimento desta pesquisa, compreendeu três grandes etapas, na primeira, constituiu-se o marco teórico referencial, baseado por ideias dos diversos autores sobre o saneamento básico. A segunda realizou-se diversas actividades, entre elas, visitas de campo em diversas artérias do campo em estudo e fez-se diversas imagens, no sentido de se caracterizar o funcionamento dos diversos serviços relacionados ao saneamento básico no município do Uíge. Por fim, na terceira e última etapa, fez-se a apresentação dos resultados a respeito da situação do saneamento básico no campo de estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com base as constações e buscas efectuadas no terreno, nota-se que o saneamento básico no município do Uíge é deficiente, em conformidade com os itens a baixo:

a)- Abastecimento de água potável: o abastecimento da água as populações, constitui um dos elementos essenciais nas políticas governamentais de cada país, uma vez que, a água é uma

necessidade para a população. No município do Uíge, a distribuição da água as populações em muitos bairros é uma realidade, embora seja parcial em muitos casos como Papelão, Kituma, Mbemba-Ngango (sub urbano), Paco-Benze, e tantos outros, e inexistente em bairros como Kituma, Condo e Benze, e outros fazendo com que as populações recorram a fontes impróprias que não passam por algum mecanismo de tratamento

como chafarizes, cacimbas e até mesmo as águas poluídas dos rios, que podem

causar sérios problemas na saúde da população.

Figuras 1 e 2: Algumas fontes de águas consumidas nas periferias da cidade do Uíge, (rios Cabonda e Bispo) Bairro Papelão, zona 3.



Fonte: Gentileza de Filipe Mbemba 2021.

b) Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: Apesar dos grandes esforços que o Governo local tem vindo a efectuar neste sector, em muitos casos é notório se assistir a intransitabilidade de algumas avenidas principais e outras ruas secundárias devido aos grandes amontuados de lixo no meio das mesmas, o mesmo também se verifica em relação aos rios e vales localizados na periferia da cidade, que têm servido como destino final dos diferentes tipos de resíduos, a título de exemplo temos o caso dos rios Candombe, Kakuia, Bolongonzo, Paco e tantos outros. As empresas que velam pela recolha e tratamento de resíduos, não possuem uma capacidade para a recolha diária eficiente nos principais pontos da

cidade, facto que faz com que em diversos casos os contentores não correspondam a demanda, e os munícipes depositem o lixo no chão. Outro problema é a inexistência de uma colecta e recolha selectiva, e o destino final é a lixeira do Quivita, um lugar a céu aberto.

Outro grave problema, é que os serviços públicos sobre a recolha de resíduos, ocorrem somente com frequência na cidade centro, fazendo com que as periferias enfrentem situações muito difíceis, por consequência o hospital central, não tem conseguido responder de forma satisfatória em função da demanda do elevado número de pacientes.

Figura 3 e 4: Destino final dos resíduos sólidos urbanos, Nova Lixeira do Kivita, Bairro Papelão Zona 3, Município do Uíge e rio Bispo.



Fonte: Kinkani Michel André, 2022

d) Esgotamento sanitário, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas

No o sector habitacional, a realidade é também preocupante, boa parte das construções não são dirigidas, e muitas das vezes construídas em ruas e em zonas de risco, provocando dificuldades enormes na generalização dos serviços públicos ligados ao saneamento. Se pode verificar também que os edifícios da cidade centro, carecem na sua maioria de uma séria requalificação, uma vez que a rede de esgotos já se encontra em situações preocupantes, a canalização da água na maior parte dos casos também é problemática, facto que faz com que na sua maior parte enfrentam situações de degradação muito fortes, a título de exemplo dos edifícios Kiatomo, Rimaga, Embondeiro, etc., facto que faz com que as águas residuais vazam para qualquer lugar, provocando maus cheiros, poluição estética.

Quanto a drenagem urbana, geralmente os serviços de requalificação das vias de comunicação eliminou grande parte dos

esgotos noutros existentes em algumas avenidas, e dos que ainda existem dificilmente passam por uma manutenção, dificultando assim a transição das águas pluviais, provocando alagamentos, e muitas vezes a solução tem sido a abertura de canais para as zonas de declive, com vista a facilitar o escoamento das águas, facto que trás repercursões negativas, uma vez que facilita a formação de ravinas e também aperiga as construções das zonas circundantes, a título de exemplo, factos do género se verificam nas zonas adjacentes da Escola de Magistério Cor Mariaé do Uíge, na avenida do mercado da Rotunda (Bairro Papelão), nas imediações a Lenita (Rua Industrial), na avenida do Aeroporto Provincial (juntos a praça da independência), assim como também em outras áreas.

Figura 5 e 6: Estado actual do saneamento básico das estruturas habitacionais antigas, (Edifício Residencial e Comercial Kiatomo), rua 1º de Agosto, Cidade do Uíge.



Fonte: Gentileza de Isabel Fernando Senteio, 2022

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base a todas situações retratadas nesta pesquisa podemos concluir que:

O problema da falta de saneamento básico nas comunidades urbanas, é causado por diversos factores, com destaque ao crescimento descontrolado da população nas zonas urbanas, o desenvolvimento das actividades industriais desprovidas da responsabilidade ambiental, e os desequilíbrios sociais.

Os problemas relacionados ao saneamento básico no município do Uíge, são resultados do acelerado crescimento populacional descontrolado na zona urbana, facto que tem causado enormes desafios ao Governo local na implementação de políticas de promoção e generalização dos serviços de saneamento básico e de gestão urbana no meio envolvente.

A elaboração desta pesquisa “educação ambiental sobre a problemática do saneamento básico nas comunidades urbanas”, foi eficaz, uma vez que constitui uma ferramenta preventiva sobre as consequências negativas que esta pode provocar ao meio ambiente e no seio das sociedades, também constitui uma via para ajudar a sociedade a moldar as suas atuações sobre o meio ambiente, no sentido de se promover o bem-estar no seio das comunidades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Altunaga, J. Z. (2018).** O espaço geográfico. Luanda: Mensagem.
- Baud, P. B., Bourgeat, S. B., & Bras, C. B. (2007).** Dicionário de GEOGRAFIA. Lisboa: Plátano Editora, S.A.
- Cunha, A. C. (2008).** Geografia 9a Classe. Luanda: Texto Editores.
- Fundação Nacional de Saúde. (s.d.).** Manual de Saneamento. Ministério da Saúde, Departamento de Saneamento.
- Guevara, A. J. (2019).** Sustentabilidade ODS 6 Água potável e saneamento. Material de apoio na Disciplina Sustentabilidade 1s 2019. São Paulo.
- Guimarães , C. (2007).** Saneamento Básico. n.d.
- Knapic, D. K. (n.d).** Geografia 2º ano 1º volume,. Lisboa: EDITORIAL ASTER, LDA.
- Lazzari , A. L., Mazzarino, J. M., & Turatti, L. T. (2016).** Comunidade: a busca de um conceito. Revista Espacios, 1–2.
- Moraes, M. M., Torres, M. O., & Martins, M. J. (2006).** Biodiversidade Marinha e Costeira: identificação e análise de pressões de origem antropogénica. Luanda.
- Oliveira, , J., & Oliveira, J. M. (20 de 06 de 2015).** Saúde/doença: as consequências da falta de saneamento básico. Obtido de Informativo Técnico do Semiárido(Pombal-PB): <http://www.gvaa.com.br/revista/index.php/INTESAINTESA> –
- Ribeiro, J. W., & Rooke, J. M. (2010).** SANEAMENTO BÁSICO E SUA RELAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE E A SAUDE PUBLICA. BRAZIL: Faculdade de Engenharia da UFJF.
- Rubinger , S. D. (2008).** DESVENDANDO O CONCEITO DESANEAMENTO NO BRASIL:UMA ANÁLISE DA PERCEPÇÃO DA POPULAÇÃO EDO DISCURSO TÉCNICO CONTEMPORÂNEO. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.
- Zerquera, J. (2011).** Geografia 9a classe, I ciclo do Ensino Secundário. Luanda: Livraria Mensagem Editora.

ARTIGO

9

A PERCEPÇÃO DO CIDADÃO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ADVOGADO NA DEFESA NECESSÁRIA NOS TRIBUNAIS

Autor: João Dias dos Santos (Mi Podoba) | joasanto1958@gmail.com | Universidade Técnica de Angola (UTANGA)

RESUMO

A pesquisa investigou a percepção dos cidadãos de Luanda Sul em Viana sobre a importância dos advogados na defesa judicial, identificou as barreiras ao acesso aos serviços jurídicos na comunidade e propôs recomendações para melhorar o acesso e a qualidade desses serviços. Utilizando uma abordagem qualitativa exploratória, foram entrevistados cinco moradores de Luanda Sul, seleccionados através de amostragem teórica por contraste-aprofundamento. A análise temática dos dados revelou que os advogados

são amplamente reconhecidos como fundamentais para garantir um julgamento justo e defender direitos nos tribunais, embora enfrentem desafios significativos como a escassez de recursos jurídicos locais e custos elevados. As recomendações incluem a expansão de recursos jurídicos locais, a redução dos custos dos serviços jurídicos e a promoção de educação jurídica comunitária. Em conclusão, este estudo destaca a necessidade urgente de intervenções que promovam um sistema jurídico mais acessível e equitativo em Luanda Sul

Palavras-Chave: Advogados, Acesso à justiça, Serviços jurídicos, Percepção comunitária.

ABSTRACT

The research investigated the perception of citizens of Luanda Sul in Viana regarding the importance of lawyers in legal defense, identified barriers to access to legal services in the community, and proposed recommendations to improve access and quality of these services. Using an exploratory qualitative approach, five residents of Luanda Sul, selected through theoretical sampling by contrast-depth, were interviewed. Thematic analysis of

the data revealed that lawyers are widely recognized as essential to ensuring a fair trial and defending rights in court, although they face significant challenges such as scarcity of local legal resources and high costs. Recommendations include expanding local legal resources, reducing the costs of legal services, and promoting community legal education. In conclusion, this study highlights the urgent need for interventions that promote a more accessible and equitable legal system in Luanda Sul.

Keywords: lawyers, access to justice, legal services, community perception.

INTRODUÇÃO

No sistema judicial contemporâneo, a presença e o papel do advogado são fundamentais para garantir que os direitos individuais sejam adequadamente protegidos e defendidos. Em muitos casos, especialmente em contextos urbanos complexos como o bairro Luanda Sul em Viana, a assistência jurídica torna-se essencial para assegurar que os cidadãos tenham acesso equitativo à justiça. Este estudo se propõe a explorar a percepção dos residentes de Luanda Sul sobre a importância do advogado na defesa necessária nos tribunais, proporcionando uma análise crítica da maneira como os serviços jurídicos são percebidos e utilizados nesta comunidade específica.

Luanda Sul, distrito urbano do Município de Viana, situada na capital de Angola—Luanda, é um microcosmo que reflecte os desafios e as dinâmicas mais amplas do sistema legal angolano. Com uma população diversificada em termos socioeconómicos e culturais, este bairro enfrenta variadas questões legais que vão desde disputas imobiliárias até questões de direitos humanos. A presença de advogados neste contexto não apenas desempenha um papel na resolução de conflitos legais, mas também na promoção da confiança pública no sistema judicial e na garantia de acesso equitativo à justiça.

Ao examinar a percepção dos cidadãos sobre a importância do advogado, este estudo busca preencher uma lacuna na literatura existente, oferecendo conhecimentos valiosos sobre como os serviços jurídicos são valorizados e utilizados pelos residentes de Luanda Sul. Compreender essas percepções é crucial não apenas para melhorar os serviços jurídicos oferecidos nesta comunidade,

mas também para informar políticas públicas que visem fortalecer o acesso à justiça em níveis locais e nacionais.

Este artigo está estruturado da seguinte forma: após esta introdução, a secção seguinte revisará as teorias relevantes que sustentam o estudo, destacando a importância do advogado na defesa legal. Posteriormente, serão apresentados os detalhes metodológicos utilizados para recolher e analisar os dados qualitativos. Os resultados qualitativos foram discutidos em seguida, seguidos por uma conclusão que sintetiza os principais achados e suas implicações para a prática jurídica e para futuras pesquisas. Esta investigação não apenas contribui para o entendimento académico da percepção pública sobre advogados e defesa legal, mas também busca promover discussões informadas e prepositivas sobre como melhorar o acesso à justiça em contextos urbanos como Luanda Sul.

No contexto jurídico angolano, a presença de advogados é sumamente importantel para a garantia de um julgamento justo e a projecção dos direitos dos indivíduos. No entanto, a percepção dos cidadãos sobre a importância e o papel dos advogados pode variar significativamente, influenciada por factores socioeconómicos, culturais e educacionais. No bairro Luanda Sul, essa percepção pode ser particularmente complexa devido à diversidade da população e aos desafios específicos enfrentados por esta comunidade.

A problemática deste estudo, reside, na necessidade de explorar e compreender essas percepções para identificar possíveis discrepâncias entre a importância teórica dos advogados e a valorização

prática por parte dos cidadãos. Nesta pesquisa, centramos a nossa atenção na seguinte questão científica: **Qual é a percepção do cidadão moradores do Bairro Luanda Sul em Viana sobre a importância do advogado na defesa necessária nos tribunais?**

Essa questão foi respondida desta forma, realizou-se entrevistas com os moradores do bairro Luanda Sul município de Viana, com o objectivo de explorar a percepção dos residentes de Luanda Sul sobre a importância do advogado na defesa necessária nos tribunais. Os objectivos específicos deste estudo são: Avaliar a Percepção dos Cidadãos de Luanda Sul sobre a Importância dos Advogados na Defesa Judicial, Identificar as Barreiras ao Acesso aos Serviços Jurídicos em Luanda Sul e Propor Recomendações para Melhorar o Acesso e a Qualidade dos Serviços Jurídicos.

Os resultados apresentados e discutidos neste artigo fazem parte de um estudo de carácter exploratório de pendor qualitativo. As entrevistas, depois de transcritas, foram submetidas à análise de conteúdo temática, com o recurso ao software Nvivo 14.

Existem várias teorias que podem ser aplicadas ao estudo da percepção do cidadão sobre a importância do advogado na defesa necessária nos tribunais. Algumas dessas teorias incluem:

TEORIA DO ACESSO À JUSTIÇA

A Teoria do Acesso à Justiça aborda a capacidade dos indivíduos de buscar e obter um resultado justo por meio do sistema judicial. «Esta teoria examina as barreiras económicas, sociais e culturais que impedem o acesso equitativo à justiça» (Capelletti & Garth, 1978). A teoria pode ser utilizada para analisar como os cidadãos de Luanda Sul percebem a acessibilidade e a eficiência dos advogados na defesa dos seus direitos. Esta teoria ajuda a identificar os obstáculos que os residentes enfrentam ao tentar acessar serviços jurídicos e como isso afecta a sua percepção da importância dos advogados.

TEORIA DA CONFIANÇA PÚBLICA

A Teoria da Confiança Pública explora o nível de confiança que as pessoas têm nas instituições, incluindo o sistema judicial. «A confiança pública é essencial para a legitimidade e eficácia das instituições» (Tyler, 1990). Esta teoria pode ser aplicada para avaliar como a percepção da importância dos advogados está relacionada à confiança dos cidadãos no sistema judicial. Pode ajudar a entender se a confiança ou desconfiança nos advogados influencia a forma como os cidadãos vêem a necessidade de defesa legal.

TEORIA DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA

A Teoria da Assistência Jurídica se concentra na provisão de serviços jurídicos acessíveis e de qualidade para todos, especialmente para aqueles que não podem pagar por um advogado particular. Pode ser usada para investigar a percepção dos cidadãos sobre a disponibilidade e a qualidade dos serviços de assistência jurídica em Luanda Sul. «A teoria é útil para compreender a importância atribuída aos advogados que fornecem serviços por bono ou a preços reduzidos» (Rhode, 2004).

TEORIA DAS NECESSIDADES JURÍDICAS NÃO ATENDIDAS

A teoria em causa, explora a disparidade entre as necessidades jurídicas dos cidadãos e os serviços efectivamente recebidos. «As necessidades jurídicas não atendidas podem levar a uma percepção negativa do sistema judicial e dos advogados» (Currie, 2007). A teoria pode ser utilizada para identificar áreas onde os serviços jurídicos são percebidos como insuficientes ou inadequados. A teoria ajuda a mapear as lacunas entre as expectativas dos cidadãos e a realidade dos serviços prestados por advogados.

TEORIA DA PERCEPÇÃO SOCIAL

A Teoria da Percepção Social examina como as atitudes, crenças e percepções são formadas e influenciadas por interações sociais e contextos culturais. Esta teoria pode ser aplicada para analisar como as percepções dos cidadãos sobre os advogados são moldadas por factores sociais e culturais específicos do bairro Luanda Sul. «A teoria ajuda a entender as influências comunitárias e culturais na valorização dos serviços jurídicos» (Moscovici, 2000).

IMPORTÂNCIA DO ADVOGADO NA DEFESA NECESSÁRIA NOS TRIBUNAIS

Os advogados desempenham um papel fundamental na administração da justiça, sendo essenciais para garantir que os direitos dos indivíduos sejam protegidos e defendidos adequadamente nos tribunais. A seguir, são destacadas algumas das principais razões que justificam a importância dos advogados na defesa necessária nos tribunais:

Segundo Amaral (2010), «Os advogados são treinados para compreender e navegar pelo complexo sistema jurídico. Eles asseguram que seus clientes recebam um julgamento justo, apresentando provas, questionando testemunhas e argumentando em nome dos seus clientes de acordo com a lei». Sem a representação adequada, os indivíduos podem não ser capazes de defender seus direitos efectivamente.

De acordo com Silva(2012), «os advogados garantem que os direitos constitucionais dos indivíduos sejam respeitados durante todo o processo judicial». Isso inclui direitos fundamentais como o direito a um julgamento justo, o direito de permanecer em silêncio, e o direito a uma defesa eficaz. Advogados bem preparados podem identificar e contestar violações desses direitos.

O sistema jurídico é caracterizado por leis complexas e procedimentos rigorosos. Os advogados são especialistas em interpretar essas leis e procedimentos, garantindo que seus clientes compreendam as implicações legais de suas acções e as possíveis consequências. Eles ajudam a navegar por essas complexidades, evitando erros que poderiam prejudicar o resultado do caso. De acordo com Zaffaroni (2007):

A presença de um advogado nivela o campo de jogo entre as partes envolvidas em um litígio. Isso é especialmente importante em casos onde uma das partes tem recursos significativos ou acesso a representação legal sofisticada. Advogados trabalham para assegurar que todos os indivíduos, independentemente de sua condição financeira, tenham uma representação justa e equitativa

Os advogados desempenham um papel crucial na mediação e resolução de conflitos fora do tribunal, promovendo acordos que podem ser mais benéficos e menos dispendiosos para todas as partes envolvidas. A capacidade dos advogados de negociar e mediar é vital para a resolução eficiente de disputas.

«A presença de advogados contribui para a confiança pública no sistema judicial. Quando os cidadãos sabem que têm acesso a uma defesa competente, a confiança no processo judicial e na imparcialidade do sistema aumenta» (Moscovici, 2000). Isso é crucial para a

manutenção do Estado de Direito e para a legitimidade das instituições judiciais.

A importância dos advogados na defesa necessária nos tribunais não pode ser subestimada. Eles garantem que os direitos dos indivíduos sejam protegidos, que o processo judicial seja conduzido de maneira justa e que todos tenham acesso equitativo à justiça. A falta de representação legal adequada pode resultar em injustiças significativas, destacando a necessidade de advogados qualificados e acessíveis para todos os cidadãos.

METODOLOGIA E RESULTADOS

O estudo é descritivo, de carácter e exploratório, com abordagem qualitativa. Para a escolha dos dados, utilizou-se a amostragem teórica por contraste-aprofundamento. No caso do estudo sobre a visão dos moradores do bairro Luanda Sul, essa técnica foi aplicada para seleccionar residentes com diferentes experiências e opiniões sobre a importância do advogado na defesa necessária nos tribunais. Dessa forma, foi possível comparar as percepções dos moradores do bairro Luanda Sul, no

município de Viana, que apresentam realidades distintas, com o objectivo de entender melhor a importância do advogado na defesa judicial.

O método descritivo segundo Gama [2016: 37] “tem por objectivo descrever as características de uma população, de um fenómeno ou de uma experiência”.

De acordo com Simões [2016: 15], “actualmente, a pesquisa qualitativa, apesar das controvérsias, adquiriu o seu

estatuto por ter encontrado um terreno fértil em diversos campos de aplicação”.

Participaram deste estudo cinco indivíduos do município de Viana, residentes no bairro Luanda Sul, escolhidos de acordo com variáveis como género, idade e nível

académico. Esta diversidade permitiu uma análise mais aprofundada e comparativa das percepções sobre o papel crucial dos advogados na defesa necessária nos tribunais.

Quadro 1- Dados dos entrevistados

Moradores Luanda Sul	Género	Idade	Nível académico
Morador 1	Feminino	34 anos	Licenciada
Morador 2	Masculino	37 anos	Licenciado
Morador 3	Feminino	34 anos	Licenciada
Morador 4	Masculino	45 anos	Licenciado
Morador 5	Feminino	41 anos	Licenciada

Fonte: Autor (2024)

Como se vê no quadro acima exposto, num universo dos moradores do bairro Luanda Sul município de Viana, foi seleccionada uma amostra de 5 indivíduos. No que concerne à idade, o maior predomínio está entre 30–39 anos de idade. Em um estudo sobre a percepção do cidadão sobre a importância do advogado na defesa necessária nos tribunais, utilizando como estudo de caso o bairro Luanda Sul, pode-se interpretar esse resultado como indicativo de que: Indivíduos nessa faixa etária tendem a ter mais experiências de vida, tanto pessoais quanto profissionais, que podem influenciar sua percepção sobre a importância dos advogados. Eles podem ter enfrentado situações que requereram assistência jurídica, como questões trabalhistas, familiares ou civis, proporcionando-lhes uma compreensão mais aprofundada da necessidade de defesa legal.

Relativamente ao género, o quadro acima descrito mostram-nos o predomínio do género feminino em detrimento do masculino. No caso de um estudo sobre a percepção do cidadão sobre a importância do advogado na defesa necessária nos tribunais, utilizando como estudo de caso o bairro Luanda Sul, pode-se interpretar esse resultado como indicativo de que: Mulheres podem enfrentar desafios legais distintos dos homens, como questões de direito de família, violência doméstica, entre outros, o que pode influenciar sua percepção sobre a importância de ter assistência jurídica qualificada. A prevalência feminina pode reflectir dificuldades específicas que as mulheres enfrentam ao acessar o sistema judicial, como barreiras económicas, culturais ou sociais que afectam seu acesso à justiça. Isso pode ressaltar a importância de advogados na mitigação dessas desigualdades.



Em relação ao nível académico, notamos que há um predomínio dos moradores licenciados. Em relação ao nível académico, onde há um predomínio de moradores licenciados em um estudo sobre a percepção do cidadão sobre a importância do advogado na defesa necessária nos tribunais, utilizando o bairro Luanda Sul como estudo de caso, esse resultado pode ser interpretado como indicativo de diversos

aspectos: Indivíduos com formação académica superior, como licenciados, geralmente têm um maior conhecimento sobre direitos legais e processos judiciais. Isso pode influenciar sua percepção da importância de advogados na defesa necessária nos tribunais, entendendo melhor a complexidade e os benefícios da assistência jurídica especializada.

ANÁLISE TEMÁTICA

A abordagem de análise temática conforme descrita por Minayo (2001) é particularmente relevante para o objectivo da entrevista proposta, que visa explorar a percepção dos residentes de Luanda Sul sobre a importância do advogado na defesa necessária nos tribunais. De acordo com Minayo, a análise temática busca identificar e compreender os principais temas ou núcleos de sentido que emergem dos dados recolhidos, especialmente aqueles que são significativos para os objectivos analíticos estabelecidos.

Nesse contexto, a análise temática ajudaria os pesquisadores a extrair e interpretar as percepções dos entrevistados

sobre o papel dos advogados. Ela permitiria identificar padrões, ideias recorrentes, preocupações comuns e variações nas opiniões dos residentes de Luanda Sul em relação à assistência jurídica nos tribunais. Os núcleos de sentido identificados seriam aqueles que são mais frequentes ou que possuem uma presença significativa nos relatos dos entrevistados, indicando temas centrais que merecem atenção especial na interpretação dos resultados.

IMPORTÂNCIA DO ADVOGADO NA DEFESA NECESSÁRIA NOS TRIBUNAIS

Os entrevistados demonstraram uma variedade de perspectivas sobre a importância dos advogados na defesa judicial: A maioria dos entrevistados reconheceu o papel crucial dos advogados na garantia de um julgamento justo e na defesa de direitos nos tribunais. Eles destacaram

que advogados são essenciais para apresentar argumentos legais, interpretar leis complexas e proteger os interesses de seus clientes. Como afirma o entrevistado 1:

O primeiro entrevistado, um morador de longa data em Luanda Sul, enfatizou a importância crucial dos advogados na defesa judicial. Segundo ele, advogados são essenciais para garantir que os direitos individuais sejam protegidos de maneira justa nos tribunais. Ele destacou que a presença de um advogado pode fazer a diferença entre receber um julgamento justo e enfrentar desafios significativos ao navegar pelo sistema legal complexo.

Alguns entrevistados mencionaram que a presença de um advogado aumenta sua confiança no

sistema judicial, proporcionando uma sensação de equidade e proteção legal.

PRINCIPAIS DESAFIOS NO ACESSO AOS SERVIÇOS JURÍDICOS EM LUANDA SUL

Os entrevistados identificaram diversos desafios ao tentar acessar serviços jurídicos na comunidade: Muitos entrevistados apontaram o custo elevado dos serviços

jurídicos como um grande obstáculo. Eles mencionaram dificuldades em pagar honorários advocatícios e outros custos relacionados. Como afirma o entrevistado 2:

“Para mim, os advogados são fundamentais não apenas pelo seu conhecimento legal, mas também por sua capacidade de representar nossos interesses de forma imparcial e justa. Eles são como guias no labirinto legal, ajudando a navegar pelas complexidades do sistema judicial e garantindo que todos tenham uma chance de ser ouvidos.”

Alguns entrevistados destacaram a falta de escritórios de advocacia próximos ou acessíveis em Luanda Sul, o que dificulta o acesso físico aos serviços jurídicos. Alguns

entrevistados expressaram que há uma falta de conhecimento geral sobre direitos legais e procedimentos jurídicos, o que dificulta ainda mais o acesso aos serviços jurídicos adequados.

SUGESTÕES PARA MELHORAR O ACESSO À JUSTIÇA E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS JURÍDICOS EM LUANDA SUL

As sugestões dos entrevistados para melhorar o acesso à justiça e a qualidade dos serviços jurídicos foram várias: os entrevistados sugeriram

a implementação de programas de assistência jurídica gratuita ou subsidiada para residentes de baixa renda. Como afirma o entrevistado 3:



“Reduzir os custos dos serviços jurídicos seria uma grande melhoria. Muitas vezes, as pessoas hesitam em buscar ajuda legal por causa dos altos honorários advocatícios. Subsídios ou assistência jurídica gratuita para quem não pode pagar seria uma solução”.

Alguns entrevistados propuseram iniciativas de educação jurídica comunitária para aumentar o conhecimento sobre direitos legais e processos judiciais entre os moradores de Luanda Sul. Houve sugestões para

estabelecer mais escritórios de advocacia ou clínicas jurídicas em Luanda Sul, facilitando o acesso físico aos serviços jurídicos. Ainda o entrevistado 4:

“Acredito que um sistema de mediação comunitária poderia ajudar a resolver muitos conflitos antes que cheguem aos tribunais. Isso não apenas reduziria a carga sobre o sistema judicial, mas também proporcionaria soluções mais rápidas e acessíveis para as pessoas da comunidade.”

A análise temática dos cinco entrevistados do bairro Luanda Sul revelou uma percepção positiva geral sobre a importância dos advogados na defesa necessária nos tribunais, apesar dos desafios significativos no acesso aos serviços jurídicos.

As sugestões para melhorar a justiça e a qualidade dos serviços jurídicos enfatizaram a necessidade de assistência jurídica acessível, educação jurídica comunitária e

a expansão da disponibilidade física de serviços jurídicos na área. Esses insights podem informar políticas e práticas que visam melhorar o acesso à justiça e a eficácia dos serviços jurídicos em Luanda Sul.

DISCUSSÃO

A falta de acesso adequado aos serviços jurídicos em Luanda Sul está directamente relacionada à escassez de recursos jurídicos locais, altos custos associados aos serviços advocatícios e à falta de educação jurídica generalizada na comunidade.

Esta hipótese sugere que a combinação desses factores contribui para dificultar

o acesso dos residentes de Luanda Sul à justiça e à qualidade dos serviços jurídicos. A escassez de recursos jurídicos locais implica em uma necessidade de deslocamento significativo para buscar ajuda legal, o que pode ser um impedimento prático para muitas pessoas. Além disso, os altos custos dos serviços advocatícios podem excluir financeiramente uma parte significativa da comunidade, deixando-os sem opções

viáveis para resolver questões legais. Por fim, a falta de educação jurídica contribui para um entendimento limitado dos direitos legais e dos processos judiciais,

dificultando ainda mais a capacidade dos residentes de navegar efectivamente pelo sistema judicial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo buscou avaliar a percepção dos cidadãos de Luanda Sul sobre a importância dos advogados na defesa judicial, identificar as barreiras ao acesso aos serviços jurídicos na comunidade e propor recomendações para melhorar o acesso e a qualidade desses serviços. Os resultados indicam que a maioria dos entrevistados reconhece a importância crucial dos advogados na garantia de um julgamento justo e na defesa de direitos nos tribunais.

Os advogados foram percebidos como essenciais não apenas pelo seu conhecimento legal, mas também por sua capacidade de representar e proteger os interesses individuais perante a lei. As principais barreiras identificadas incluem a escassez de recursos jurídicos locais, custos elevados associados aos serviços advocatícios e a falta de educação jurídica generalizada na comunidade. Esses factores combinados dificultam significativamente o acesso dos residentes de Luanda Sul à assistência jurídica necessária, limitando sua capacidade de buscar e obter justiça de maneira eficaz. Com base nas descobertas, várias recomendações foram propostas:

- Estabelecer mais escritórios de advocacia ou clínicas jurídicas acessíveis em Luanda Sul.
- Implementar programas de assistência jurídica gratuita ou subsidiada para residentes de baixa renda.
- Desenvolver iniciativas educativas para aumentar o entendimento dos direitos legais e processos judiciais entre os moradores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O Amaral, F. A. (2010). O papel do advogado no sistema de justiça: Garantia dos direitos fundamentais. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira.

Capelletti, M., & Garth, B. (1978). Acesso à justiça: uma revisão mundial. São Paulo: Revista dos Tribunais.

Currie, A. (2007). The legal problems of everyday life: The nature, extent and consequences of justiciable problems experienced by Canadians. Ottawa: Department of Justice Canada.

Dias, R. L. (2015). Advocacia e justiça: A importância do advogado na defesa dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Editora Forense.

Gama, F.T.D.S. (2023) As Atitudes dos Pais no Relacionamento com Filhos Adolescentes: O Caso do Projecto Morar Viana II.RevistaAngolanaSamayonga. Vol.2, Pag. 11–24. ISSN: 0504 – ODJG.

Moscovici, S.(2000). Social representations: Explorations in social psychology. Cambridge: Polity Press.

Rhode, D. L. (2004). Access to justice. Oxford: Oxford University Press.

Silva, M. T.(2012). A função do advogado no processo penal brasileiro. Brasília: Editora Jurídica Nacional.

Simões, A. (2016). Metodologia de Investigação científica: a investigação qualitativa: Tome I, 1ª ed. MayambaEditora, Luanda.

Tyler, T. R. (1990). Why people obey the law. New Haven: Yale University Press.

Zaffaroni, E. R. (2007). Em busca das penas perdidas: A perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan.

A solid teal background with a white vertical line positioned to the left of the text.

ARTIGO

10

RELEVÂNCIA DAS TÉCNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO COMO FERRAMENTA ESTRATÉGICA PARA O CRESCIMENTO ORGANIZACIONAL

Autor: Kalunga Silveira Muinga | kalunga.muinga@gmail.com | [Un Instituto Superior Politécnico Deolinda Rodrigues](#)

RESUMO

O presente artigo tem como objectivo explicar a relevância das técnicas de informação e comunicação Como ferramenta Estratégica para o Crescimento Organizacional. Trata-se de uma questão extremamente importante para este setor, no qual são escassas as informações sobre o assunto e pouco conhecimento se tem de sua relevância no processo estratégico. O uso da tecnologia para a gestão de recursos humanos permite aos líderes e supervisores realizar avaliações e planejar táticas operacionais com base em dados mais claros e acessíveis. O investimento nesses sistemas é relevante quando são instalados pela primeira vez, e seus custos de manutenção costumam ser muito baixos e, em médio e longo prazos, têm impacto muito positivo sobre os resultados finais, remunerando

amplamente. As informações juntamente a um sistema para os gestores se tornam grandes aliadas na atualidade, no entanto é necessário que tenha um bom gerenciamento. A tecnologia de informação alterou o mundo dos negócios de forma irreversível desde que foi introduzida sistematicamente na atualidade, tanto sob a perspectiva acadêmica quanto do mundo dos negócios, é uma questão de grande relevância, para as organizações se manterem competitivas neste mercado que oscila a cada dia, elas tem que estar acompanhando as ocorrentes mudanças em torno dela. Atrelado a essas mudanças está a Tecnologia, que dia a dia vem se mostrando cada vez mais inovadora. Os gestores da era digital têm uma função importantíssima, a de identificar a tecnologia adequada para que esta atenda as reais necessidades de suas empresa, sabendo que irá mudar toda a cultura organizacional.

Palavras-Chave: Relevância; Técnicas de Informação; Comunicação; Ferramenta Estratégica.

ABSTRACT

This article aims to explain the relevance of information and communication technologies as a strategic tool for organizational growth. This is an extremely important issue for this sector, in which there is little information on the subject and little knowledge of its relevance in the strategic process. The use of technology for human resources management allows leaders and supervisors to carry out assessments and plan operational tactics based on clearer and more accessible data. Investment in these systems is relevant when they are installed for the first time, and their maintenance costs are usually very low and, in the medium and long term, they have a very positive impact on the final results, paying a large return. Information

together with a system for managers become great allies today, however it is necessary to have good management. Information technology has changed the business world irreversibly since it was systematically introduced today, both from the perspective academic and business world, it is a question of great relevance, for organizations to remain competitive in this market that fluctuates every day, they have to keep up with the changes occurring around it. Linked to these changes is Technology, which is becoming increasingly innovative day by day. Managers in the digital era have a very important role, which is to identify the appropriate technology to meet the real needs of their company, knowing that it will change the entire organizational culture.

Keywords: Relevance; Information Technologies; Communication; Strategic Tool.

INTRODUÇÃO

Hoje, a informação é uma arma fundamental na gestão de uma organização e é a base para o desenvolvimento e a tomada de decisões.

Considerando o constante aumento da quantidade de informações e as demandas cada vez maiores, a organização dos sistemas de informação empresariais tornou-se uma verdadeira ferramenta de trabalho que atende às necessidades dos gestores, tornando-se cada vez mais ágil e confiável.

Quando a tecnologia é usada na gestão de recursos humanos, os gerentes e supervisores podem avaliar e planejar táticas operacionais com dados mais fáceis de

entender. O investimento nesses sistemas é relevante quando são instalados pela primeira vez, pois costumam ter custos de manutenção muito baixos. Em médio e longo prazos, esses sistemas melhoram significativamente os resultados finais, rendendo o investimento.. Actualmente a tecnologia está presente em todos os sectores da sociedade, é um componente social importante na vida moderna. E sem utilização das TIC'S, podemos dizer que estaríamos a nos comparar na época da idade da pedra, porque "o uso da tecnologia está além do 'fazer melhor', 'fazer mais rápido', trata-se de um 'fazer diferente'".(Albano, 2001).

Segundo Torquato e Silva (2000), ao esclarecerem o vínculo entre tecnologia e estratégia, afirmam que, na criação e inovação de vantagens competitivas, essenciais à sobrevivência de uma empresa, a tecnologia surge como um fator importante para encontrar características benéficas que a diferenciem dos concorrentes.

O presente trabalho tem, como objetivo geral, abordar, a partir da revisão da literatura a Relevância das tecnologias de informação e comunicação Como ferramenta Estratégica para o Crescimento Organizacional. Objectivos específicos: Analisar o uso das TICs nas organizações e Identificar Tecnologia da Informação Como Suporte à Gestão Estratégica.

Justificativa

A escolha do tema, centra-se pelo facto de que nos dias de hoje as empresas necessitam de tecnologias de informação e comunicação para maior eficiência nos seus serviços. Portanto Os processos de difusão e os custos de troca normalmente têm sido estudados como condicionantes da adoção de tecnologias em geral. Nessa pesquisa busca-se Analisar o uso das TICs nas organizações e Identificar Tecnologia da Informação Como Suporte à Gestão Estratégica., tendo em vista seu alto grau de disseminação dentro das organizações e na sociedade como um todo em nosso momento atual, e sua importância para a gestão dos negócios dentro do

ambiente de alta competitividade ao qual as organizações estão sendo cada vez mais submetidas.

A integração do conhecimento das tecnologias de informação e comunicação permite que as organizações desenvolvam melhores soluções para os problemas administrativos contemporâneos. Isso torna as organizações mais competitivas. O avanço dessas duas tecnologias trabalhando juntas contribui para o desenvolvimento do fenómeno da globalização, que é tão predominante nos dias atuais. Os obstáculos resultantes exigem profissionais excepcionalmente qualificados.

REVISÃO DA LITERATURA

Nessa secção é feita a apresentação do referencial teórico revisado para esse estudo. Inicia-se com o referencial sobre Tecnologia de Informação para o Crescimento Organizacional, Tecnologias de Informação Gestão da Informação como Ferramentas de Alavancagem de Valor para as Organizações Tecnologia de Informação e Comunicação em Angola.

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO PARA O CRESCIMENTO ORGANIZACIONAL

A tecnologia da informação é uma parte essencial da gestão organizacional porque permite a rápida identificação de maneiras de otimizar o desempenho da organização e a implementação de ajustes para atingir os objetivos estratégicos. Além disso, os recursos de TI estão ajudando os processos de tomada de decisão a tomar melhores decisões. (Costa & Rosini, 2015).

Segundo Vidal, (1989), Para concretizar a visão no âmbito do plano estratégico relevante, a informação deve ser sempre fornecida a quem a solicita de uma forma fácil de utilizar e compreensível, em tempo útil que apoie a tomada de decisões e a um custo razoável. tem que ser, caso contrário, as pessoas não poderão usá-lo.

Portanto, um dos objetivos mais importantes e comuns dos sistemas de informação é tornar a informação facilmente acessível para uso futuro das necessidades de negócios à realidade, a TI oferece múltiplas opções. Portanto, para que uma empresa aproveite ao máximo, ele deve ser instalado, executado e gerenciado corretamente para aumentar ainda mais a vantagem competitiva da empresa. (Sacilotti, 2011).

As Informações aliadas em um sistema para os gestores de hoje tornam-se grandes aliadas, mas essa aliança precisa ser bem gerenciada, pois a falta de dados leva ao desconhecimento, o exagero desse sistema sem controle levará à desorganização.

Segundo Jaeger Neto, et al. (2009.), os gestores da organização, como responsáveis pela administração, definem estratégias com ações que buscam gerar um comportamento desejável para que as diretrizes da empresa sejam concretizadas. Para implementar a estratégia da organização, é necessária a administração adequada de todos os ativos da empresa.

A meu ver, com a visão dos autores citados acima, a tecnologia da informação e comunicação acelera os processos organizacionais, criando vantagens competitivas que contribuem positivamente para o crescimento das organizações.

TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Segundo Graeml (2000, p. 216) As tecnologias de informação (TI) referem-se a toda a tecnologia utilizada para lidar com as comunicações, incluindo sistemas de telefonia, Web sites, e áudio e transmissões de vídeo e dentro do contexto de negócio, teve um grande impacto no que tange as comunicações internas e externas de transformação, comercialização e dados.

Já para Pacievitch, (2017, p. 88), TIC pode ser definida, como um conjunto de recursos tecnológicos, utilizados de forma integrada, com um objetivo comum. As TIC são usadas em vários setores, como na indústria (como na automação de processos), no comércio (como no gerenciamento e em várias formas de publicidade), no investimento (como em

comunicação imediata e informações simultâneas) e na educação (como em processos de ensino a distância).

Baseando-se nos autores acima citados podemos definir que as Tecnologias de informação e comunicação como sendo os recursos tecnológicos que

as organizações utilizam (telefones, computadores, Internet, etc.) em diversas formas na recolha de informações para transformação de dados para que as mesmas consigam alcançar os objectivos traçados pela organização.

GESTÃO DA INFORMAÇÃO COMO FERRAMENTAS DE ALAVANCAGEM DE VALOR PARA AS ORGANIZAÇÕES

A administração de recursos informacionais é uma exigência para as empresas que desejam se manter no mercado (Prajogo, 2018), Informação e conhecimento estão presentes no desenvolvimento de culturas, na realização das grandes ações e na transformação dos indivíduos em todos os cenários, uma vez que são recursos inerentes às atividades de qualquer organização (Sveiby, 2020).

No âmbito empresarial, o conhecimento presente nas pessoas é uma fonte de valor (Strik, 2020), elemento fundamental para a formação do indivíduo, para o crescimento das organizações e para o desenvolvimento social (Macedo, 2017).

A informação é o insumo básico para a construção do conhecimento, sendo necessária para o desenvolvimento e evolução das organizações, sendo a base da inovação e o motor do crescimento econômico (Lastres, 1999). A “informação não é conhecimento, mas, sem ela, não há conhecimento, porque ela é a sua base. O conhecimento é construído com informações” (Costa al., 2018).

Quando utilizada de forma estratégica, as informações ajudam a entender as mudanças do ambiente externo, a gerar novos conhecimentos por meio do aprendizado e a tomar decisões. Neste

sentido, a informação impacta diretamente no desenvolvimento e competitividade das empresas, mantendo-as ativas no mercado (Choo, 2018).

Paletta e Jaime, (2021, p. 55) ressaltam que as empresas precisam de uma grande quantidade de informações para “produzirem o melhor produto, destinado ao público-alvo, no momento ideal de compra e consumo, com potencial para fidelizar e atingir novos consumidores”. Dessa forma, o uso de informações relevantes para tal ação possibilita além da vantagem competitiva, o desenvolvimento de capacidades organizacionais voltadas para a orientação e adaptação às mudanças (Cruz, 2015).

Gerir a informação significa disponibilizar no contexto empresarial informações oportunas e relevantes oriundas do ambiente interno e externo de maneira a proporcionar a melhoria dos processos, a inovação de produtos e serviços e a alavancagem da vantagem competitiva (Barboza, 2019).

Além disso, a informação vista como um recurso, possibilita a percepção por parte dos indivíduos do que está acontecendo no ambiente organizacional (Cruz, 2015).

A firma Sabbag (2007, p. 12), que o termo Tecnologia de Informação e Comunicação surgiu há cerca de dez anos atrás, em substituição à palavra informática. Representa a fusão dessa última com a telemática e com a robótica, ambas dominadas por computadores e as quais tiveram suas expectativas aumentadas em decorrência dessa fusão.

Da mesma forma, o autor explica que o objectivo primordial da tecnologia de informação e comunicação não era mais somente gerir informação, mas sim conhecimento, o que provocou uma nova ruptura, devido aos estudos relacionados à inteligência artificial ligados à cognição.

O Executivo Angolano encara as TIC como uma ferramenta e um sector económico-produtivo. Em primeiro lugar, considera-as como uma ferramenta indispensável a se aplicar para a organização do trabalho, garantir a eficiência, consequentemente servir para aumentar a produtividade. Contribuiria também para melhorar significativamente a qualidade dos serviços prestados. Com esta ferramenta pode-se promover o comércio electrónico, melhorar as actividades de gestão empresarial, facilitar os contactos entre as empresas e os mercados (Pasi, 2006, p. 78).

Estágio de Desenvolvimento– Entre 2011 a 2015, entre as principais actividades que se pretendem, destaca-se o reforço das ligações internacionais, desenvolvimento dos serviços móveis, desenvolvimento das Redes de Nova Geração (entende-se como redes de telecomunicações modernizadas), acesso universal dos serviços de telefonia, internet e teledifusão digital. Ainda nesta fase pretende-se promover a inovação nacional nas áreas das TIC e intensificar a sua aplicação nos diversos sectores e serviços públicos.

Estágio de Liderança– entre 2016 a 2020. Nesta fase, face aos resultados alcançados pelas fases anteriores, o Executivo pretende consolidar o progresso e utilização das TIC e assumir a liderança em África. Segundo Sarmento (2010), numa matéria publicada no Jornal Exame Angola afirma que as perspectivas da liderança de Angola é um objectivo no mínimo ambicioso se tivermos em conta os actuais índices de penetração das TIC em Angola quando comparados com os dos países líderes da Comunidade Desenvolvimento da África Austral.

É de salientar que os referidos estágios podem ser considerados como planos de médio prazo, relativos ao progresso das TIC em Angola e o seu impacto na sociedade.

MATERIAIS E MÉTODOS

Conforme objectivo proposto, o estudo apresentado, refere-se a uma revisão literária acerca do tema sobre relevância das tecnologias de informação e comunicação como ferramenta estratégica para o crescimento organizacional, para melhor compreensão do tema.

Para Lakatos e Marconi (2008, citado por Trucilo, 1974, p.43-44) “a pesquisa bibliográfica é aquela que se trata de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em formas de livros, revistas, publicações avulsas e impressa escrita. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contacto directo com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto”

Para busca na literatura optou-se por pesquisar artigos publicados em diversas bases de dados, disponíveis online. Com a conclusão das pesquisas dos artigos, os principais autores de livros contemporâneos foram examinados. Após a leitura e análise dos artigos e livros consultados, criou-se um quadro dos estudos bibliográficos e empíricos, abordando suas contributos em nível TIC a fim de realizar uma análise comparativa das conexões e divergências de opiniões se existir.

RESULTADOS

Perreira, (2016, p. 154) afirmam que as TIC são um dos aspectos consequentes pela intensa modificação no mundo atualmente, na qual, com a realização de práticas de modificações, as TIC passam a ser indispensáveis para o crescimento da economia mundial.

Lana e Moraes (2009) apontam que, a comunicação possui importância para

a troca de experimentos e informações devido ao fato de que a comunicação tem um impacto significativo no processo de desenvolvimento de software de uma organização, pois a satisfação está diretamente ligada ao processo de comunicação. Falhas no processo de comunicação podem resultar em problemas aparentes no produto final, causando insatisfação dos usuários. Silva et al. (2016), destacam que a

comunicação interna de uma organização visa estabelecer canais que permitam que a gestão se comunique rapidamente e claramente com seus diferentes públicos internos. Isso significa que a comunicação eficaz de uma organização vai além de apenas informar os membros da organização.

Segundo Bulhões (1997) apud Grícolo, Bohne Dagani (2015, p.6) “as TIC surgiram na

década de 1970 nos países industrializados como resultado dos avanços da indústria eletrônica. Nas décadas seguintes, Devido à globalização dos mercados, os instrumentos que abrangem essas tecnologias se expandiram ainda mais. Além disso, com o crescimento da indústria eletrônica, as TIC estão se tornando cada vez mais integradas à globalização dos negócios modernos.

Para Rossetti e Morales (2007) As pessoas e as organizações podem buscar a competitividade em seus segmentos de mercado usando a tecnologia da informação, que surge do conhecimento humano e está se tornando cada vez mais inovadora, para comunicação e gestão empresarial. Além disso, as pessoas e organizações que usam a tecnologia da informação podem

acompanhar o crescimento e a agilidade das mudanças que ocorrem no mundo moderno, podendo auxiliar na melhoria da qualidade dos produtos oferecidos ou prestados. Isso torna a organização mais dinâmica frente ao mercado, com seus clientes, parceiros e também com sua concorrência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da nossa investigação, constatamos que o tema das TIC é amplamente discutido em vários fóruns e encontramos diversos artigos e documentos que abordavam o tema principal: a integração das TIC nas organizações. Assim, observou-se que a tecnologia atual está impactando diversas áreas como saúde, política e educação, e claro, em velocidades diferentes.

Para as organizações se manterem competitivas neste mercado que oscila a cada dia, elas têm que estar acompanhando as ocorrentes mudanças em torno dela. A tecnologia vem se mostrando cada vez mais inovadora diariamente, acompanhando essas mudanças. As organizações desaparecerão se não souberem utilizá-la a seu favor.

Os gestores da era digital devem identificar a tecnologia que melhor atenda às necessidades de sua empresa, sabendo que isso mudará toda a cultura da empresa., incluindo a qualificação profissional de seus funcionários e colaboradores, portanto torna-se indispensável sua utilização desde que seja feito um planeamento antecipado e estratégico visando todas estas mudanças ocorrentes na implantação das Tecnologias de informação e comunicação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O Antonialli, L. (1996). Tecnologia Da Informação E Estratégia De Uma Cooperativa De Cafeicultores: O Caso Cooxupé. São Paulo:: Fea/Usp.

Balarine, O. F. (2002). Gestão Da Informação: Tecnologia Da Informação Como Vantagem Competitiva. São Paulo,: Revista De Administração De Empresas – Eletrônica,.

Barba-Sánchez, V., & Martínez-Ruiz, M. D. (2007). Drivers, Benefits And Challenges Of Ict Adoption By Small And Medium Sized Enterprises . A Literature Review.

Barboza. (2019). Knowledge Management And Information And Communication Technologies: Some Lessons Learned For Education. Espacios, .

Campos Filho, M. P. (1994). Os Sistemas De Informação E As Modernas Tendências Da Tecnologia E Dos Negócios. Rio De Janeiro: Revista De Administração De Empresas.

Choo. (2018). The Knowing Organization As Learning Organization. New York:: Oxford University Press,.

Costa Al., C. E. (2018). Reflexões Sobre O Estado Da Arte Da Gestão Da Informação E Do Conhecimento Por Emeide Nóbrega Duarte.

Costa, R. F., & Rosini, A. M. (2015.). Estudo Do Impacto Da Governança De Tecnologia Da Informação No Desempenho Das Empresas Brasileiras: Uma Análise A Partir Da Perspectiva Dos Executivos, Usuários E Membros De Equipes De Ti. . São Paulo: Future Studies Research Journal.

Cruz. (2015). Gestión De Información Y Del Conocimiento Para La Toma De Decisiones . Bibliotecas Anales De Investigación.

Graeml, A. R. (2000.). Sistemas De Informação:O Alinhamento Da Estratégia De Ti Com A Estratégia Corporativa. São Paulo:: Ed. Atlas,.

Jaeger-Neto, J. I., Luciano, E. M., & Becker, C. A. (2009.). A Percepção Dos Gestores De Ti Em Relação Às Práticas De Governança De Ti Adotadas Em Empresas Do Rio Grande Do Sul. Rio Grande Do Sul: Revista Eletrônica De Sistemas De Informação,.

Jaime, P. E. (2021). Gestão Da Informação E Conhecimento Na Era Digital: Competência Nformacional E Mapas Conceituais. Prisma,.

Macedo. (2017). Tipologia Do Trabalhador Do Conhecimento: Papeis E Processos Pesquisa.

Mcgee, J. V., & Prusak, L. (1994). Gerenciamento Estratégico Da Informação. Rio De Janeiro : Campus. .

Moura, A. D., & Campanholo, T. (2011). Tecnologia Da Informação Aliada A Gestão Do Conhecimento Na Melhoria Da Estratégia E Desempenho Organizacional. Revista Católica,.

- Neves, R. D. (1998.).** Imagem Institucional. Rio De Janeiro:: Mauad,.
- Pacievitch, T. (2017).** Tecnologia Da Informação E Comunicação. Infoescola.
- Pinho, C. S., Nogueira, M. G., & Franco, M. J. (2014).** As Tic Como Uma Vantagem Competitiva Para As Pme: Benefícios E Barreiras À Sua Utilização. Porto: Universidade Do Porto.
- Prajogo. (2018).** The Relationships Between Information Management, Process Management. International Journal Of Production Economics,.
- Rodrigues, A. D. (1997).** Estratégias De Comunicação. Lisboa:: Presença,.
- Rodrigues, L. C., Maccari, E. A., & Simões, S. A. (2009).** Desenho Da Gestão Da Tecnologia Da Informação Nas 100 Maiores Empresas Na Visão Dos Executivos De Ti. Journal Of Information Systems And Technology Management.
- Sacilotti, A. C. (2011).** A Importância Da Tecnologia Da Informação Nas Micro E Pequenas Empresas: Um Estudo Exploratório Na Região De Jundiaí. Faccamp – Sp.
- Strik, M. (2020).** Gestão Do Conhecimento Em Empresas De Tecnologia Da Informação E Comunicação: Análise Do Ambiente Perspectivas Em Gestão & Conhecimento.
- Sveiby. (2020).** A Nova Riqueza Das Organizações. Rio De Janeiro:: Campus, .
- Vidal, A. G. (1989).** Clipper Versão Summer 87. Rio De Janeiro:: Ed.
- Walton, R. ((1993).). Tecnologia Da Informação: O Uso Da Ti Pelas Empresas Que Obtêm Vantagem Competitiva. . São Paulo:: Atlas.**



MWANA PWV EDITORA

